

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**A RECEPÇÃO DE FREGE DA NOÇÃO KANTIANA DE
EXISTÊNCIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bruno Rafaelo Lopes Vaz

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**A RECEPÇÃO DE FREGE DA NOÇÃO KANTIANA DE
EXISTÊNCIA**

por

Bruno Rafaelo Lopes Vaz

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Transcendental e Hermenêutica, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Frank Thomas Sautter

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

A RECEPÇÃO DE FREGE DA NOÇÃO KANTIANA DE EXISTÊNCIA

elaborada por
Bruno Rafaelo Lopes Vaz

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA

Frank Thomas Sautter, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Luiz Carlos P. D. Pereira, Dr. (PUC-RJ)

Dirk Greimann, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 13 de fevereiro de 2006.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

A RECEPÇÃO DE FREGE DA NOÇÃO KANTIANA DE EXISTÊNCIA

AUTOR: BRUNO RAFAELO LOPES VAZ

ORIENTADOR: FRANK THOMAS SAUTTER

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de fevereiro de 2006.

Este trabalho apresenta um estudo da relação entre duas célebres abordagens do conceito de existência. A primeira, apresentada por Kant, exclui o conceito de existência do conjunto dos possíveis predicados ou propriedades de objetos. A segunda, apresentada mais tarde por Frege, trata o conceito de existência como um predicado de nível superior, i.e., apresenta o conceito como um predicado de predicados, e não como um conceito que se aplica diretamente a objetos. Apesar de ambas abordagens se parecerem muito entre si, um estudo mais aprofundado de ambas servirá para mostrar que a diferença entre os sistemas teóricos em que se inserem, bem como entre os objetivos que visavam, sugerem que seria precipitado identificá-las. Tentar-se-á mostrar, neste trabalho, que Kant desenvolve suas concepções a respeito deste conceito num contexto epistemológico, tendo em vista, como fica claro na sua *opus magnum*, garantir o requisito de que todo conhecimento deve ter, além do elemento conceitual, também uma contraparte advinda da intuição. Frege, por sua vez, apresenta suas teses a respeito do tema dentro de um contexto basicamente lógico, onde se fazia necessária uma rigorização do tratamento das expressões que compõem a linguagem. O objetivo do presente trabalho consiste em estudar a abordagem de cada autor separadamente, e, em seguida, comparar as duas abordagens a fim de mostrar se existem diferenças significativas entre as caracterizações que ambos deram ao conceito de existência, e, em caso positivo, mostrar quais seriam estas diferenças. Dentre os principais resultados a que se chegou, destacam-se as diferenças que as posições dos autores possuem; diferenças sugeridas pela diferenciação entre os contextos de apresentação da temática nos dois autores. Também se destaca a equivalência das teses de ambos em alguns aspectos, como por exemplo, a tese segundo a qual o conceito de existência não se encontra entre os conceitos que podem servir para caracterizar um objeto, ou a alegação de que os enunciados existenciais constituem um tipo único de juízo, cuja aparência nas linguagens naturais sugere uma leitura errônea dos mesmos. Deve-se mencionar, por outro lado, a diferença significativa de posições de Kant e Frege em outros aspectos, como no que tange à possibilidade de se derivar existência por meio de análise conceitual, possibilidade negada categoricamente por Kant e admitida, com algumas ressalvas, por Frege. Por fim, destaca-se a possibilidade de se interpretar as teses de Frege como um aperfeiçoamento, mas não como uma mera repetição, das teses de Kant.

Palavras-chave: ser, existência, predicado real, predicado de nível superior, juízos existenciais.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

A RECEPÇÃO DE FREGE DA NOÇÃO KANTIANA DE EXISTÊNCIA (FREGE'S RECEPTION OF THE KANTIAN NOTION OF EXISTENCE)

AUTHOR: BRUNO RAFAELO LOPES VAZ

SUPERVISOR: FRANK THOMAS SAUTTER

Date and Place of Defense: Santa Maria, February 13, 2006.

In this work the relationship between two famous conceptions of existence is investigated. The first, proposed by Kant, excludes the concept of existence from the set of possible predicates or properties of objects. The second, later proposed by Frege, treats the concept of existence as a higher-level predicate, i.e., it presents this concept as a predicate of predicates rather than as a predicate of objects. A closer look at these conceptions reveals, however, that despite this similarity it would be premature to identify their conceptions, because there are differences with regard to the systems in which they are embedded as well as differences with regard to the aims that they pursue. The present work tries to show that Kant developed his conceptions of the concept of existence in an epistemological context whose aim was, as he makes clear in his *opus magnum*, to warrant the claim that every knowledge should have besides a conceptual element also a counterpart arising from the intuition. Frege, on the other hand, develops his conception in a basically logical context, in which the treatment of expressions is submitted to strong rigor. The aim of the present work is to compare Kant's and Frege's approaches in order to answer the question whether there are significant differences between their characterizations of the concept of existence and, if so, which ones. One important result of the present work is that the differences in their positions are consequences of some differences between the contexts in which they are developed. Another result is that their conceptions include some common theses, such as the claim that the concept of existence is not a concept that can be used to characterize an object, or the claim that existential statements constitute an odd type of judgement whose appearance in natural languages suggests an erroneous reading of them. On the other hand, however, there are significant differences between the positions advocated by Kant and Frege as, for instance, differences with regard to the possibility of deriving statements of existence from the analysis of concepts, a possibility that is categorically denied by Kant but admitted, with some qualifications, by Frege. The third important result finally is that Frege's conception of existence must be regarded as an improvement, not as a mere repetition, of Kant's conception. **Keywords:** being; existence; real predicate; higher-level predicate; existential judgements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CONCEITO DE EXISTÊNCIA EM KANT	10
1.1. Doutrina pré-crítica.....	11
1.1.1. O conceito de existência no período pré-crítico	12
1.1.2. Comentários à doutrina do <i>ser</i> como <i>posição</i>	19
1.2. Doutrina crítica	25
1.2.1. O conceito de existência na <i>CRP</i>	26
1.2.2. Comentários sobre a doutrina crítica.....	31
2. O CONCEITO DE EXISTÊNCIA EM FREGE	38
2.1. Aspectos importantes para a discussão do conceito de existência em Frege	39
2.2. Os conceitos de ‘ser’ e ‘existência’ na obra de Frege	49
2.2.1. Sobre a ambigüidade do conceito de existência em Frege	54
2.3. O <i>Diálogo com Pünjer sobre Existência</i>	61
3. DOIS ESTUDOS DE CASO: FREGE E KANT COMPARADOS	65
3.1. O Argumento Ontológico	65
3.1.1. A crítica kantiana ao argumento ontológico.....	66
3.1.2. A crítica fregeana ao argumento ontológico.....	73
3.1.3. Forgie: Frege e Kant equiparados.....	76
3.2. Conceitos vazios	81
CONCLUSÃO	85
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	88

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como horizonte um tema que vem, ao longo dos séculos, ocupando sempre um lugar de destaque nas investigações filosóficas, por ser, talvez, o tema filosófico *par excellence*: o estudo do *ser*. Dentro da vasta gama de abordagens que este tema permite, bem como da longa história que seu estudo possui, pretende-se aqui se restringir ao estudo do mesmo enquanto relacionado com o conceito de existência, nas obras de Kant e Frege. Mesmo delimitado deste modo, o assunto já foi estudado por muitos autores ao longo do século XX. Aqui, portanto, apresentar-se-á um estudo do tema com base nos textos de ambos autores, sem deixar de levar em conta os resultados alcançados por alguns dos principais comentadores da temática. Trata-se, basicamente, de um trabalho de revisão bibliográfica.

O objetivo que guia esta investigação é o estudo e esclarecimento das teses de Kant e de Frege sobre o conceito de existência, bem como da relação entre ambas. Em outras palavras, pretende-se estabelecer qual o tratamento dado por Kant ao conceito de existência, qual o tratamento dado por Frege ao mesmo tema, e de que maneira o último é influenciado pelo primeiro. Aqui, onde parece já haver uma tese, há, no entanto, quase uma trivialidade: parece claro, já à primeira vista, que há de fato uma forte influência do pensamento de Kant nas teses de Frege sobre existência. Apesar desta tese parecer um ponto pacífico nas discussões, há ainda muita polêmica sobre qual seria o modo como Frege recebe esta influência. Não é raro de se encontrar autores que sustentem uma superação do pensamento kantiano por parte de Frege; bem como não é raro encontrar autores que sustentem o contrário, ou seja, que Frege meramente repete as teses de Kant.

A tese de Kant segundo a qual o conceito de ser, ou de existência, não é um predicado real pode ser vista como apresentada em uma nova versão por Frege quando este diz que existência é um conceito de nível superior, podendo até ser uma propriedade daqueles conceitos que se aplicam a objetos, mas nunca uma nota de tais conceitos. Um olhar mais cauteloso, no entanto, sugere que esta releitura pode incorporar elementos que não eram vislumbrados pela versão original, ou mesmo que a contradizem. Em Kant, por exemplo, o conceito de existência aparece sempre vinculado a algum dado empírico, sugerindo que somente aquilo que se insere no contexto da experiência, ou seja, somente entidades empíricas, pode ser o sujeito legítimo de um enunciado existencial. Em Frege, dadas as exigências do programa logicista, não apenas objetos físicos, mas também os números devem poder instanciar conceitos. Deste modo, o conceito de existência ganha outros contornos na abordagem fregeana. Tais elementos, dentre outros, sugerem a necessidade de um olhar

minucioso sobre as teses de ambos autores, bem como sobre a relação entre elas. Estas necessidades dão a forma de apresentação deste trabalho, como se verá a seguir.

No primeiro capítulo deste trabalho serão apresentadas em detalhe as teses de Kant, retiradas principalmente da *Crítica da Razão Pura*, bem como de um escrito pré-crítico intitulado *O único fundamento possível para uma demonstração da existência de Deus*. A escolha da primeira se justifica pelo fato de ser ela a principal obra deste autor, onde seu pensamento é expresso de modo mais completo; com relação ao texto pré-crítico, este se faz necessário para este estudo por ser a obra do assim chamado período pré-crítico em que se pode encontrar esboçado, com riqueza de detalhes, o pensamento crítico de Kant a respeito do conceito de existência. Após o estudo das teses de cada período do pensamento kantiano (período pré-crítico e período crítico), será feita uma seção dedicada a comentários que possam de algum modo auxiliar na compreensão das mesmas, bem como à discussão de elementos importantes para a interpretação, como modificações que porventura um período apresente com relação ao outro.

Uma vez exposta a argumentação kantiana, no segundo capítulo serão abordadas as teses de Frege. Como na obra de Frege o tema não é discutido em detalhe em um texto específico (salvo em um diálogo publicado postumamente), serão utilizadas todas as passagens que se puder encontrar em que o autor trata do assunto. Não obstante, serão adotados, como em Kant, textos em que se possa ver a evolução do pensamento do autor. Assim, serão estudados um texto do início da sua produção, *Fundamentos da Aritmética*, três textos de um período intermediário, *Função e Conceito*, *Sobre o Sentido e a Referência*, e *Sobre o Conceito e o Objeto*, e alguns textos do final de sua produção, tais como *O Pensamento, uma investigação lógica*. Para uma melhor compreensão das teses de Frege, serão apresentados, a título de introdução, elementos importantes para a caracterização do pensamento fregeano como um todo. Também será discutida em detalhe neste capítulo a problemática envolvendo uma possível ambigüidade no conceito de existência tal como Frege o apresenta. Ao final do capítulo uma seção será dedicada ao estudo do *Diálogo com Pünjer sobre Existência*. Este diálogo, publicado após a morte do autor, representa talvez a única obra em que ele se dedicou exclusivamente à discussão sobre o conceito de existência. Além disso, sua importância para este trabalho jaz no fato de que ali se encontram confrontadas as posições de Kant (representadas pelas de Pünjer) e as de Frege sobre o referido conceito.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, as posições de Frege e de Kant poderão ser melhor comparadas por meio do estudo de dois casos em que o conceito de existência desempenha um papel importante. São eles a refutação do argumento ontológico para a

existência de Deus e o tratamento dado aos conceitos vazios. Através destes dois estudos de caso, tratados em seções separadas, se poderá ver qual o alcance de cada abordagem, e quais as diferenças que se pode traçar entre elas. Ao final deste capítulo será exposta uma análise crítica de uma tentativa de se mostrar uma identidade total entre as teses destes dois autores. Tal maneira de encarar o assunto, como se tentará mostrar, pode ter como consequência uma visão anacrônica do pensamento de Kant.

O estudo deste tema justifica-se na medida em que o mesmo sempre se mostra renovado a cada olhar que se lance sobre ele. Talvez isso seja um indicativo do quanto o assunto ainda pode intrigar àqueles que se dedicam ao seu estudo, e do quanto o tema ainda continua vivo nas discussões filosóficas.

1. O CONCEITO DE EXISTÊNCIA EM KANT

Para falar do conceito de existência na obra de Kant, tomar-se-á como tese fundamental, como uma espécie de “chave de interpretação”, e como pano de fundo de toda a discussão, a tese à qual Kant sempre recorre quando fala sobre o tema. Essa tese, grosso modo, pode-se expressar com as seguintes palavras: há uma diferença radical entre o discurso sobre conceitos e o discurso sobre coisas. O *nível lógico*, pode-se chamá-lo assim (Kant também o chama *formal*), está relacionado aos conceitos e às operações lógicas que se pode fazer com eles. Neste nível as regras orientadoras são aquelas regras da lógica, e não há nele nenhuma preocupação com a relação entre os conceitos e a realidade; vale o que é logicamente permitido. O *nível real*, por sua vez, diz respeito às coisas, ao mundo tangível. Este nível é inalcançável mediante simples conceitos e regras lógicas (embora, ao que parece, possa-se chegar ao nível lógico partindo dele). Nele governam as regras da sensibilidade, juntamente com as do entendimento; vale aquilo que está de acordo com as condições da experiência.

Este posicionamento de Kant quanto à separação radical entre um mundo das coisas e um mundo dos conceitos pode ser notado mais claramente a partir de 1762, quando ele escreve *A falsa sutileza das quatro figuras silogísticas*, e a seguir, em 1763, *O único fundamento possível para uma demonstração da existência de Deus*¹. Giovanni Reale situa mais ou menos neste período o que Kant denomina “o despertar do sono dogmático”². No primeiro escrito, Kant alerta para a incapacidade da lógica de captar o fundamento real das coisas, o ser. E, no segundo, ele aponta a mesma dificuldade, só que então no âmbito da crítica aos argumentos ontológicos para provar a existência de Deus.

De acordo com esta visão, a metafísica, se deseja tornar-se efetivamente uma ciência que estude o fundamento último das coisas, deve sair do nível puramente lógico, e levar em conta aspectos da experiência. Esta tese será apresentada em sua forma mais completa no conjunto de sua *opus magnum*, a *Crítica da Razão Pura*, sob a forma do requerimento de que todo conhecimento, num sentido forte da palavra, deve possuir um elemento intuitivo e um elemento conceitual.

¹ *Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes* (doravante, para fins de brevidade, simplesmente *Beweisgrund*). Na tradução para o inglês, de David Walford e Ralf Meerbote, o título aparece como *The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God* (KANT, 1992b). Já na tradução de Gordon Treash, o título aparece como *The One Possible Basis for a Demonstration of the Existence of God* (KANT, 1979). Serão utilizadas aqui as duas traduções; todavia, a primeira será mais comumente usada por conter a paginação da edição da Academia (AK).

² REALE, 1991, p. 868.

Nas passagens em que se dedica a explicar o conceito de existência, tanto no período crítico quanto no período pré-crítico, Kant parece sempre ter em mente esta necessidade de um elemento empírico quando se trata de falar da existência de algo. Ao que tudo indica, o centro da concepção kantiana a respeito da existência não é alterado na assim chamada “virada crítica”.

Neste capítulo será analisada a evolução do pensamento de Kant com relação ao conceito de existência, sendo primeiramente apresentadas as teses relativas ao tema no período pré-crítico, e em seguida as teses do período crítico.

1.1. Doutrina pré-crítica

Já no período pré-crítico Kant se mostra interessado na relação entre a metafísica e a ciência, nomeadamente, a ciência de Newton. É pela visão dos progressos desta ciência, com seus resultados e métodos próprios, que ele vê a necessidade de se tentar usar um método semelhante ao da física na metafísica³. A metafísica precisava de um método que também lhe permitisse a segurança de discurso de que gozava a ciência de Newton, mas que não fosse, a exemplo do método matemático, um procedimento por construção de conceitos, pois isto, como fica claro na *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, de 1764, seria torná-la uma ciência estéril.

Para levar a cabo esta tarefa era preciso que se levasse em conta a experiência, e que se saísse do nível meramente conceitual. Se a metafísica queria se ocupar do fundamento último das coisas – ou do ser *qua* ser, de acordo com a clássica formulação de Aristóteles – era preciso mais que simples conceitos, pois a compreensão do sentido mais forte do *ser* (o de *posição absoluta*) exige o recurso à experiência. Este método bloqueia, portanto, uma prova da existência de Deus, tal como até então tinham sido tentadas, pois a prova de existência requer a experienciabilidade, o que não é possível em se tratando de um ser não sensível como um deus, por exemplo.

É nesta atmosfera que é escrito, em 1763, o *Beweisgrund*. Nesta obra o autor apresenta sua alternativa às provas tradicionais da existência de um ser supremo. Sua prova se dá por meio da noção de possibilidade, e pode ser descrita brevemente como segue: “se algo é possível, então algo existe necessariamente”⁴. Como corolário desta prova se tem a afirmação

³ Este projeto é apresentado com detalhes na *Investigação acerca dos princípios da teologia natural e da moral*, de 1764.

⁴ Maiores detalhes sobre esta tese são apresentados no terceiro capítulo deste trabalho.

de que este ser necessário é Deus. O próprio Kant parece reconhecer uma certa fragilidade em sua prova, dado que para ele este não é um assunto que se possa submeter a este tipo de procedimento. A importância da obra, no entanto, jaz no fato de ela ser a apresentação mais pormenorizada da concepção de Kant sobre o conceito de existência (e, conseqüentemente, de ser). No que segue será apresentada uma reconstrução dos principais momentos desta obra com relação ao tópico, e a seguir comentários de caráter histórico, críticas e observações a respeito das teses de Kant.

1.1.1. O conceito de existência no período pré-crítico

As principais teses kantianas acerca da noção de existência no período pré-crítico são encontradas, como já foi dito, no *Beweisgrund*. É no começo desta obra, antes de apresentar seu argumento para uma demonstração da existência de um ser supremo⁵, que o autor procura clarificar a noção de existência.

No prefácio, Kant adverte que a obra não contém uma demonstração do tema a que se pretende, mas somente um argumento⁶. Cabe então lembrar a diferença que o autor vê entre uma *demonstração* e um *argumento*. Uma demonstração, segundo a visão de Kant (expressa tanto na *Crítica da Razão Pura* quanto na *Lógica Jäsche*, de 1800, mas também no período pré-crítico, em especial na *Investigação*), deve ter força apodítica e, portanto, é mais adequada à matemática. Uma demonstração parte de definições e por meio de inferências válidas chega a uma conclusão necessária. Um argumento, por seu turno, não tem o caráter apodítico da demonstração, pois parte de elucidações⁷, em vez de definições. Na *Investigação*, Kant distingue entre definições que são adequadas à matemática (as do primeiro tipo acima mencionado) e definições que são adequadas à filosofia (as últimas), diferenciando-as com base no método que cada tipo de investigação utiliza. Na matemática se procede, segundo Kant, por ligação de conceitos (síntese), e as definições são, então, estipulações; e constituem os pontos de partida da teoria. Já na filosofia, o procedimento é por decomposição de

⁵ O argumento kantiano, bem como as críticas aos argumentos ontológicos tradicionais serão discutidos numa seção a parte.

⁶ Walford e Meerbote sugerem uma diferenciação entre *argumentum*, em latim, e *ratio*. O primeiro apela a fatos, o segundo a razões. (em KANT, 1992b, p.428, nota #3).

⁷ A palavra utilizada em alemão é *Erklärung*, que se diferencia daquela utilizada para *definição* (*Definition*), e significa *elucidação*, *esclarecimento*. Na tradução de Walford, as duas palavras são traduzidas por *definition*, mas sempre que se trata de *Erklärung* faz-se constar esta palavra numa nota de rodapé. Isto porque o próprio Kant utiliza as duas palavras como sinônimos nesta obra, e mesmo que as diferencie na *Crítica da Razão Pura*, atenta para o fato de que apenas *Erklärung* é uma palavra nativa da língua alemã, e que se pode então relaxar o caráter estrito desta diferenciação (KANT, 1997, A730/B758).

conceitos complexos (análise), e as definições são os pontos de chegada da teoria: um filósofo que quer investigar o conceito de tempo, por exemplo, não vai partir de uma definição deste e construir uma cadeia de raciocínios sobre tal definição, mas sim procurará decompor os diversos dados que se tem sobre tal conceito até poder chegar a uma elucidação mais ou menos precisa do termo⁸. Cabe notar aqui que Kant parece estar utilizando os termos “análise” e “síntese” num sentido próximo daquele que Descartes dava aos termos, e não naquele sentido que o próprio Kant adota no período crítico.

Assim, Kant não parte de uma definição arbitrária dos conceitos a serem utilizados (como Descartes e Leibniz fizeram, por exemplo, nas suas provas da existência de Deus por argumentos ontológicos) para em seguida proceder por dedução. Ele parte, sim, do conhecimento confuso que se tem acerca destes conceitos como o de existência e o de Deus, para tentar chegar, ao fim, a uma definição mais ou menos clara dos mesmos. É neste espírito que Kant começa a primeira seção⁹, lembrando que nem todo o conceito usado será completamente definido. Todavia, com o conceito de existência deve-se tomar cuidado, alerta Kant, pois obscuridades a seu respeito geram confusões e mal-entendidos (Kant provavelmente se reporte aqui aos argumentos ontológicos tradicionais, os quais geralmente utilizam o conceito de existência de modo inescrupuloso). Portanto, uma clarificação mais cuidadosa deve ser feita com relação a ele. O procedimento adotado a partir de então é de acordo com aquele que Kant chama *filosófico*: primeiro será elencado o que pode ser dito, afirmativamente ou negativamente, mas com certeza, do conceito de existência, para somente depois se procurar uma definição para o conceito.

A primeira tese é negativa: “Existência não é um predicado ou uma determinação de uma coisa”¹⁰. Para Kant, na determinação completa da possibilidade de uma coisa já estão dados de uma vez por todas todos os seus predicados. Em outras palavras, quando se pensa um objeto (sem se perguntar se ele existe ou não), este é pensado com todas as suas características, ou seja, é pensado mediante uma certa descrição completa de todos os seus atributos. Ora, como o predicado de existência só pode ser aplicado a tal objeto se ele for real, ou seja, se ele for um objeto dos sentidos, é claro que ele não poderia estar entre aqueles predicados que determinam tal objeto – caso contrário não se teria pensado o objeto de modo completo.

⁸ Para maiores informações sobre as teses kantianas acerca do método da filosofia, ver KANT, 1992c.

⁹ KANT, 1992b, AK 2:70.

¹⁰ Ibid., AK 2:72.

A determinação completa da possibilidade de uma coisa significa o conceito completo desta coisa. O conceito completo de um indivíduo é uma espécie de conjunção de todos os predicados imagináveis, sendo negados ou afirmados conforme se apliquem ou não se apliquem ao objeto em questão, de acordo com o princípio do *tertium non datur*. Kant toma como exemplo o conceito de Júlio César: mesmo se se pensar dele todos os predicados que lhe possam pertencer, inclusive aqueles de espaço e tempo, lembra Kant, ao final não se poderá dizer se tal objeto existe ou não¹¹. De acordo com o mito da maioria das religiões monoteístas, quando o Criador quer criar algo apenas pensa-o e ordena: “Seja!”. Ele já possuía toda a descrição da criatura em sua mente, sem que com isso ela por si só já existisse. Sua existência é dada, então, sem que com isto se acrescente algo à sua descrição, ao seu conceito completo.

Não obstante, na linguagem comum o conceito de existência é utilizado como um predicado, e isto não traz maiores problemas a não ser que se tente derivá-lo de outros predicados. Mas aqui Kant parece ver uma distinção, entre uma *gramática superficial*, numa terminologia contemporânea, e uma *gramática profunda* dos juízos existenciais:

(...) quando existência ocorre como um predicado na linguagem comum, ela é um predicado não tanto do próprio objeto quanto do pensamento que se tem do objeto. Por exemplo: existência pertence ao unicórnio do mar [*sea-unicorn*] (ou *narwal*) mas não ao unicórnio da terra [*land-unicorn*]. Isto simplesmente significa: a representação de um unicórnio marinho é um conceito empírico; em outras palavras, ele é a representação de uma coisa existente.¹²

(...) a asserção ‘Nada existe’ significa o mesmo que a asserção ‘Não há nada’.¹³

Não se deveria dizer ‘Hexágonos regulares existem na natureza’, mas, mais propriamente: ‘Os predicados em que se pensa coletivamente quando se pensa em um hexágono se aplicam a certas coisas na natureza (...)’. Todas as linguagens humanas possuem certos defeitos incorrigíveis que surgem das circunstâncias contingentes em torno das suas origens. Seria pedante e fútil refinar a linguagem e impor-lhe limites naqueles casos em que, no uso ordinário, nenhum mal-entendido poderia surgir.¹⁴

¹¹ Ibid., AK 2:72.

¹² A tradução para o português foi feita por mim a partir da tradução inglesa de Walford e Meerbote. Em inglês o texto é o seguinte: “(...) when existence occurs as a predicate in common speech, it is a predicate not so much of the thing itself as of the thought which one has of the thing. For example: existence belongs to the sea-unicorn (or narwal) but not to the land-unicorn. This simply means: the representation of a sea unicorn is an empirical concept; in other words, it is the representation of an existent thing.” (Ibid., AK 2:72)

¹² “(...) the assertion ‘Nothing exists’ means the same as the assertion ‘There is nothing whatever’.” (Ibid., AK 2:78)

¹³ “(...) the assertion ‘Nothing exists’ means the same as the assertion ‘There is nothing whatever’.” (Ibid., AK 2:78)

¹⁴ “One ought not to say ‘Regular hexagons exists in nature’ but rather: ‘The predicates, which one thinks collectively when one thinks of an hexagon, attach to certain things in nature(...)’. All human languages have certain ineradicable defects which arise from the contingent circumstances surrounding their origins. It would be

Nestas passagens, se pode ver que o autor diferencia entre o modo como são proferidos os juízos existenciais (no qual “existe” aparece como um predicado comum) e o modo como eles devem ser entendidos. É apenas nesta diferenciação entre uma estrutura superficial e uma estrutura profunda dos juízos existenciais que Kant apresenta de modo detalhado sua concepção a respeito dos juízos existenciais, como bem observa Landim¹⁵. A sua concepção a respeito deste tipo de juízo não aparece, por exemplo, na sua classificação dos juízos na *CRP*. Pode-se notar, na primeira passagem, o quanto a concepção kantiana a respeito do conceito de existência é relacionada com a epistemologia, ou, pelo menos, com algum elemento que extrapola o âmbito da linguagem ou da lógica, o que pode ser visto, por exemplo, na menção a “conceito empírico”¹⁶.

Como se vê, a linguagem comum pode levar a certas armadilhas quando se pretende usá-la para investigações mais profundas a respeito dos significados dos conceitos nela envolvidos. Facilmente se poderia, pelo fato de que a existência nela aparece como um conceito comum, tentar derivar existência de outro conceito qualquer, por mera dedução. Poder-se-ia, por exemplo, a partir da afirmação de que *existe* o conceito na posição sujeito de um juízo, concluir que aquele conceito contém como nota o conceito de existência. Isto, todavia, é impossível porque, de acordo com Kant, não é possível encontrar o conceito de existência analisando-se o conceito sujeito de um juízo, pois este só contém os predicados que o definem, dentre os quais não pode estar o de existência.

O que deve ser examinado não é o conceito¹⁷ na posição sujeito de um juízo existencial para se poder confirmar a existência do mesmo. Deve-se examinar, sim, a fonte que deu origem a um tal juízo, a um tal conhecimento:

Se alguém quer demonstrar a correção de uma tal proposição, ele deve examinar a fonte do seu conhecimento do objeto. Alguém diz: ‘Eu o vi’ ou ‘Eu ouvi a respeito dele por meio daqueles que o viram’.¹⁸

pedantic and futile to over-refine language and impose limits upon it in those cases where, in ordinary usage, no misunderstandings could arise.” (Ibid., AK 2:73)

¹⁵ LANDIM, 2000, p. 88.

¹⁶ Esta terminologia faz com que se possa defender a concepção kantiana contra aqueles que a julgam circular quando traduz “x existe” por “a representação que tenho de x pertence a algo *existente*”, pois se evita a circularidade ao se traduzir a expressão “x pertence a algo existente” por “x é um conceito empírico”. As oposições a esta concepção serão melhor apresentadas na seção 3.1.3, dedicada ao diálogo entre Frege e Pünjer, no qual este último defende uma posição semelhante à de Kant.

¹⁷ Vale lembrar que Kant não distingue, como faz Frege, entre nomes para conceito e nomes para objeto. Pelo menos não numa forma tal que haja uma diferenciação categórica entre eles. Ambos comportam-se do mesmo modo.

¹⁸ “If one wishes to demonstrate the correctness of such a proposition, one examines the source of one’s cognition of the object. One says: ‘I have seen it’ or ‘I have heard about it from those who have seen it’.” (KANT, op. cit., AK 2:72-73)

Aqui se torna óbvio o caráter epistemológico das teses kantianas. Os juízos existenciais são vistos como extrapolando o nível da mera relação entre conceitos e chegando ao nível da relação entre o sujeito que conhece e o mundo a ser conhecido. Os juízos existenciais (da forma “X existe”), portanto, parecem ser um tipo especial de juízos.¹⁹

A tese positiva, a mais obscura e também a mais conhecida, sobre o tema aparece logo em seguida à tese negativa acima exposta: a existência é a posição absoluta de uma coisa. Kant não é muito eloqüente nesta passagem, talvez pelo motivo que ele mesmo menciona, a saber, que o conceito de *posição* é demasiado simples, e idêntico com o de *ser* em geral, de modo que por mais que se discorra sobre o mesmo, pouco ou nada se obterá de adicional com relação ao que se entende por este último²⁰. Não obstante, se pode tentar esclarecer, mediante interpretação, o que Kant está querendo dizer. Ele diferencia entre posição absoluta e posição relativa. Esta última diz respeito ao assim chamado *respectus logicus*, ou seja, a função que o verbo ser, enquanto cópula de um juízo, tem de pôr o conceito na posição sujeito com o conceito na posição predicado numa relação lógica. Daí então, posição *relativa*: dois conceitos são simplesmente relacionados um com o outro, de forma negativa ou afirmativa. Um juízo da forma “S é P” coloca o sujeito como uma parte do conceito predicado (P é, aqui, uma *nota*²¹ de S); a todo objeto que o conceito sujeito se aplica, também se aplica o conceito predicado. Ou, no caso de o juízo ser negativo, com a negação sendo colocada antes da cópula, o juízo expressa que o conceito sujeito está fora da esfera do conceito predicado; aos objetos a que ele se aplica não se aplica o conceito predicado²². Dito de outro modo, numa forma mais adequada ao modo como Kant pensava, num juízo categórico o verbo ‘ser’ serve apenas para indicar que ambos conceitos são idênticos (embora, geralmente, de forma parcial). Para Kant, num juízo categórico afirmativo é atribuído ao sujeito um predicado que lhe é idêntico; como ele diz na *Investigação* de 1764,

¹⁹ Talvez por isso eles não apareçam na tábua dos juízos na *Crítica da Razão Pura* e nos escritos de lógica de Kant.

²⁰ KANT, op. cit., AK 2:73.

²¹ Aqui pode-se notar uma diferença entre Kant e Frege no que diz respeito à terminologia: Frege distingue *nota* de *propriedade*, sendo a primeira uma relação entre conceitos de mesmo nível, e a segunda uma relação entre conceitos de níveis diferentes, ou entre um conceito e um objeto. Kant não faz todas estas distinções, mantendo apenas a relação entre conceitos (como *notas*), que Frege chama *subordinação*. Uma apresentação mais pormenorizada do aparato fregeano, bem como um contraste entre este e aquele de que dispõe Kant, será feita no capítulo dedicado ao estudo das concepções de Frege.

²² Neste período Kant ainda não classificava os juízos em analíticos e sintéticos da forma como faz na *CRP*. Mas, mesmo se fizesse esta classificação, esta tese não implicaria que todo juízo afirmativo é analítico, pois não parece seguir-se desta tese que todo predicado de um juízo categórico esteja *analiticamente* contido no sujeito. Ele está contido no sujeito, mas talvez este fato não seja possível de ser descoberto por análise do conceito. Em “Todos os corpos são pesados”, que Kant reconhece como um juízo sintético, o predicado está contido no sujeito, mas este fato só pode ser descoberto por meio de considerações que extrapolam a análise lógica, como a constatação empírica de que todo corpo possui peso.

A forma de qualquer afirmação consiste em que qualquer coisa é representada como característica de qualquer coisa, isto é, como idêntica à característica de uma coisa, todo o juízo afirmativo é verdadeiro se o predicado for idêntico ao sujeito²³.

No juízo “Tomates são vermelhos” se está fazendo uma identificação entre algo (a propriedade de ser vermelho) e a característica de algo (a vermelhidão dos tomates), ou, de outro modo, uma identificação parcial entre um conceito simples “A” e um complexo de conceitos “AB” do qual ele faz parte. A posição *absoluta*, por sua vez, não tem a função de relacionar conceitos. Este parece ser o sentido mais básico da noção de *posição*. É absoluta, primeiramente, ao que parece, porque não serve para relacionar representações. Num juízo existencial, em que o verbo ‘ser’ tem a função de pôr o sujeito de modo absoluto, uma representação (o conceito-sujeito do juízo) é posta, com todas as suas notas, de modo absoluto, ou seja, diz-se dela que ela é existente, que pode ser objeto de experiência, que dela se pode falar mesmo sem relacioná-la a outro conceito.

Posto isso, pode-se traçar uma distinção entre o meramente possível e o existente. Primeiramente, Kant se pergunta se há mais no último que no primeiro. A resposta a esta questão se dá de duas maneiras, de acordo com a distinção entre o conteúdo e o modo como algo é posto (*o quê é posto e como é posto*²⁴). Com relação ao conteúdo, não se pode dizer que há mais no existente que no possível, uma vez que todas as notas que o que é posto deve conter já estão dadas de antemão, de acordo com seu conceito completo. Tudo que há no real, também há no meramente possível (caso contrário não se trataria do mesmo conceito quando se fala, por exemplo, de Júlio César enquanto um ser meramente possível e de Júlio César enquanto existente). No entanto, de acordo com o modo como é posto, o existente contém mais que o meramente possível, pois além de todas aquelas notas que compõem o seu conceito completo, a própria coisa é posta como existente. O possível só pode ser posto de modo relativo, ou seja, apenas se pode colocar suas notas em relação recíproca; o existente, por seu turno, além de poder ser posto relativamente a outras representações, também é posto de modo independente delas, ou seja, é dado na realidade, e não apenas no pensamento. Portanto, quanto ao modo como é posto, o real contém mais que o possível.

A partir disso, Kant critica Wolff²⁵, que considera a existência como o complemento da possibilidade. Uma vez que não há nada a mais na existência que na possibilidade, não há lugar para um complemento, pois o conceito possível já é também completo. A mesma crítica

²³ “The *form* of every affirmation consists in something being represented as a characteristic mark of a thing, that is to say, as identical with the characteristic mark of a thing. Thus, every affirmative judgement is true if the predicate is identical with the subject.” (Ibid., AK 2:294).

²⁴ Ibid., AK 2:75.

²⁵ Ibid., AK 2:76.

se dirige a Baumgarten²⁶, que considera que a existência completa o que foi deixado indeterminado pela possibilidade. Ora, se não há predicado que possa estar indeterminado com relação a uma coisa, de acordo com o princípio do *tertium non datur*, então a existência não completa nada. Uma crítica diferente se dirige a Crusius²⁷, que considerava que a existência era dada pelo *onde* e *quando*. Kant observa que pode-se atribuir características espacio-temporais a um possível sem que isto implique que ele exista.

Uma vez elucidada suficientemente a noção de existência, Kant começa a lançar as bases de seu argumento em suporte para uma demonstração da existência de Deus. O argumento terá a seguinte estrutura: a partir da afirmação de que algo é possível, Kant deriva a afirmação de que algo deve existir necessariamente, e em seguida demonstra que este algo é um deus.

O que interessa, no momento, é a caracterização que Kant faz da noção de possibilidade, a qual aparece de modo semelhante no período crítico²⁸. O autor distingue dois aspectos da possibilidade²⁹: o formal e o material. De acordo com o aspecto formal (ou, como Kant também denomina, *aspecto lógico*), algo é possível se suas notas não encerram contradição. De acordo com o aspecto material (ou *aspecto real*), algo é possível se o conteúdo das notas é real, ou, pelo menos, realizável. Assim, o conceito de bilátero é formalmente possível, mas não o é materialmente, pois não se pode criar uma figura plana encerrada entre duas retas. Portanto, algo é impossível se encerra contradição em suas notas, ou se é materialmente irrealizável, ou seja, se suas notas são vazias de conteúdo ou se tais conteúdos são materialmente incompatíveis.

Assim, é impossível dizer que nada existe, pois quando afirmamos a existência de algo, este algo é posto de modo absoluto³⁰. Se dissermos que nada existe, não podemos dizer ainda que algo é possível, pois o nada seria posto de modo absoluto e, como sua própria definição exige, não poderia existir ainda alguma coisa. Neste caso, então, faltaria o aspecto material da possibilidade (se não existisse nada, não haveria dados materiais para que se compusesse o conceito de algo possível). Da afirmação de que algo é possível, então, se deduz que é impossível que nada exista (pois se nada existisse também não existiria possibilidade). O possível, sustenta Kant, só pode surgir do real, por via direta (todo o atual é também possível, embora nem todo possível seja atual), ou por via indireta, ou seja, por

²⁶ Ibid., AK 2:76.

²⁷ Ibid., AK 2:76.

²⁸ Ver o exemplo dos cem táleres na *CRP* (KANT, 1997, A599-B627).

²⁹ Id., 1992b, AK 2:77-78.

³⁰ Ibid., AK 2:78.

composição de conceitos de coisas que são reais³¹. Portanto, se algo é possível, então algo é real, ou seja, algo existe.

Como é contingente³² aquilo cuja negação é possível, toda existência particular é contingente, pois pode ser negada sem que isto implique contradição. No entanto, quando se trata da possibilidade interna de todas as coisas, não se pode dizer que aquela realidade da qual ela surge é contingente, pois sua negação implicaria a impossibilidade de todas as coisas. Como já se viu, é impossível negar a existência de tudo, ou seja, a possibilidade interna de todas as coisas. Logo, tal possibilidade não é contingente, e portanto é necessária. Como o possível só surge do real, deve existir algo a partir do qual esta possibilidade interna tenha surgido, e esta existência é, portanto, também necessária.

A partir daí, Kant trata de mostrar que esta realidade necessária é única, e a seguir que ela é um deus³³. Como já foi dito, todavia, o argumento de Kant será analisado na seção 3.1 do presente trabalho.

1.1.2. Comentários à doutrina do *ser* como *posição*

A doutrina de Kant sobre o *ser* pode ser vista como retomando, em alguns aspectos, as teses de Aristóteles sobre o tema. Com efeito, ambos parecem ver no *ser* algo básico, impossível de ser definido. Para Kant o *ser* não é um predicado real; para Aristóteles, ele não é um gênero. Tanto para um quanto para outro, o *ser* possui uma multiplicidade de usos; e ambos vêm na *existência*, ou posição absoluta, o sentido mais básico do termo.

De acordo com a conhecida tese de Aristóteles, o *ser* não é um gênero³⁴. Se fosse um gênero, ou seja, um tipo de coisas, deveria haver um outro gênero diferente dele em que se encontrariam coisas que não se encontram nele.

Não é possível que unidade ou existência devam constituir uma classe de coisas; pois as diferenças de cada classe devem, cada uma delas, existir e ser uma, e é impossível para uma classe ser predicada de suas diferenças.³⁵

³¹ Ibid., AK 2:79.

³² Kant diferencia contingência nominal de contingência real, sendo a primeira relativa à possibilidade da aplicação ou não-aplicação de um predicado a um sujeito, e a última à possibilidade da negação ou da afirmação da existência de um objeto particular.

³³ Id., AK 2:83 e ss.

³⁴ Esta tese está explicitamente formulada no *Livro B* da *Metafísica* (apud BARNES, 1995, p. 72).

³⁵ “It is not possible that either existence or unity should constitute a kind of things; for the differentiae of any kind must exist and be one, and it is impossible for a kind to be predicated of its differentiae.” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, Livro B, 3, 998B21-24 apud BARNES, 1995, p.72).

Quando se define, por exemplo, ‘homem’ como ‘animal racional’, são explicitados o gênero próximo a que ele pertence (‘animal’), e a diferença específica que o diferencia dos restantes dentro deste gênero (‘racional’). Mas, no tocante ao conceito de ‘ser’, como defini-lo desta maneira? Ao que parece, não existe um gênero próximo a ele, que o contenha, pois o conceito de ser se aplica a tudo. Também, não existe algo que seja diferente do *ser*, uma vez que somente o nada pode se opor a ele, e o nada, por definição, não é *algo*.. Do *não-ser*, bem advertiu Parmênides, não se pode falar com propriedade. Assim sendo, não se pode considerar o *ser* um gênero, pois não há como especificar coisas que caem e coisas que não caem sob ele.

Outro argumento de Aristóteles para sustentar a tese acima se baseia sobre o fato de que o *ser* pode ser dito de vários modos, ou seja, se diz que algo é de várias maneiras. Se é dito de vários modos, então, não seria correto falar do *ser* como um gênero, afinal não possui a unidade de sentido que se requer para se considerar algo um gênero. A tese de Aristóteles quanto a este tópico, em sua forma mais conhecida, é a de que o verbo ‘ser’ é *homônimo*³⁶. Tem-se um caso de homonímia quando uma palavra se aplica a duas coisas em sentidos diferentes (o termo “barbeiro” é homônimo, pois se aplica tanto ao profissional barbeiro quanto ao inseto barbeiro, embora significando uma profissão no primeiro caso e um inseto no segundo). A homonímia distingue-se da sinonímia pelo fato de que na última a palavra comum a ambas as coisas deve se aplicar a elas com um mesmo sentido, tal como a palavra ‘inseto’ com relação ao inseto barbeiro e à mosca, por exemplo.

O conceito de homonímia, no entanto, está muito próximo do de ambigüidade (pode-se mesmo considerar a ambigüidade como um caso especial de homonímia). Com efeito, se diz que uma palavra é ambígua quando possui sentidos diferentes entre si (como a palavra ‘barbeiro’, no exemplo acima), embora talvez não se diga o mesmo de palavras que tenham sentidos diferentes, porém próximos, como ‘chave’, que pode se referir a uma chave de fenda e a uma chave de fechadura (‘chave’, pode-se dizer então, é um termo homônimo, mas não ambíguo). Dada a sutileza da diferenciação entre ambigüidade e homonímia, Aristóteles substitui em sua tese esta última noção, pois se o conceito de ser é ambíguo, ou se é classificado de modo tal que possa sugerir um tal status, então se poderia dizer que possivelmente não há sequer uma unidade no possível campo de estudo da metafísica, o que faz com que ela perca seu status de ciência. Vale lembrar aqui que a discussão aristotélica se desenvolve no âmbito de sua defesa da legitimidade da metafísica como a ciência do *ser* enquanto *ser* e de suas propriedades. Para evitar que se atribua alguma espécie de

³⁶ BARNES, 1995, p. 72.

ambigüidade ao verbo ‘ser’, Aristóteles substitui a noção de homonímia. O verbo passa a ser classificado como *parônimo* (um meio-termo entre sinônimo e homônimo): duas coisas são ditas parônimas quando uma palavra que se aplique a uma delas tenha uma palavra derivada que se aplique a outra. Barnes utiliza o seguinte exemplo: usamos termos parônimos quando nos referimos a um homem, por um lado, e o seu semblante humano, por outro. A um deles se aplica a palavra *homem* (ao homem propriamente dito) e a outro se aplica a palavra derivada *humano* (o semblante do homem em questão)³⁷. Aristóteles usa como exemplo o termo ‘saudável’: se aplica a dieta saudável, corpo saudável, vida saudável, etc. Todos estes usos diferem um pouco entre si, mas possuem um sentido primitivo comum a todos eles: todos se referem à saúde (o que seria diferente no caso de um termo ambíguo, por exemplo). Com o conceito de ser se passa algo semelhante, pois ele tem vários usos, mas um único sentido primitivo. Este sentido primitivo é o da *substância*, e os derivativos são os dos *acidentes*. Deste modo, está preservada a legitimidade da investigação metafísica, pois seu campo de estudo, embora variado, possui um elemento que subjaz a todas as variações.

Embora a metafísica tenha sido salva da possível falta de unidade de seu objeto de estudo, resta ainda responder à questão de se é possível falar de *todas as coisas*. Para Aristóteles isto seria de fato impossível, uma vez que não se está assim qualificando um domínio. Mas uma vez que a metafísica estuda os seres³⁸ *enquanto ser* (ou, dito de modo mais tradicional, “estuda o(s) ser(es) *qua ser*”³⁹), ela pode falar com propriedade a respeito de todas as coisas (pode falar delas na medida em que *são* coisas). Assim, a metafísica se ocuparia de sentenças como “Toda a entidade é tal que não há predicado que se aplique e ao mesmo tempo não se aplique a ela”⁴⁰.

A título de ilustração das possíveis origens históricas que as concepções kantianas possam ter, cabe notar aqui alguma correspondência entre as teses de Aristóteles e as de Kant. Também para Kant o verbo ser possui apenas um significado (*posição*), mas é usado de dois modos distintos, um absoluto e um relativo. Charles Kahn, falando do conceito de existência

³⁷ Id., p. 76.

³⁸ Segundo a interpretação de Barnes,, melhor se traduz o *dictum* aristotélico por “o estudo *dos seres* enquanto ser”, pois deste modo se está qualificando o objeto de estudo da metafísica.

³⁹ Na mesma linha de argumentação de Barnes se encontra Poli, que, em seu texto sobre a teoria da reduplicação (ou teoria-*qua*), sustenta que se Aristóteles quisesse dizer que a metafísica estuda o ser, simplesmente, incorreria em problemas relativos justamente à falta de unidade que o objeto desta ciência teria (não se especificaria seu domínio de estudo; de certa forma, todas as ciências estudam o que *é*, embora, por exemplo, a matemática estude o *ser* enquanto (*qua*) quantidades; a física o estuda enquanto corpos e movimentos, e assim por diante). Mas, se ele quis dizer que a metafísica estuda o ser *enquanto ser*, ele estaria adotando uma postura mais semelhante à que Barnes lhe atribui, a qual é menos sujeita a este tipo de críticas. Para mais detalhes sobre a teoria da reduplicação, ver POLI, 2005.

⁴⁰ BARNES, op. cit., pp. 88-89.

na filosofia grega, utiliza a mesma terminologia para se referir ao sentido básico do verbo ‘ser’ em Aristóteles:

Minha tese é antes a de que o conceito de existência jamais é ‘tematizado’: ele não se torna por si só um assunto da reflexão filosófica. Podemos dizer que a noção de existência é usada, mas nunca mencionada. Mas mesmo esta afirmação deve ser qualificada, uma vez que há inúmeras passagens em Aristóteles onde ele demonstra estar prestes a isolar a existência como um tópico distinto. Por exemplo, quando ele distingue rapidamente entre o uso de ‘ser’ em ‘Homero é um poeta’ e o uso ‘absoluto’ do verbo na frase ‘Homero é’ (...) ⁴¹.

Embora, adiante, Kahn coloque como sentido básico do verbo ‘ser’ na filosofia grega o sentido veritativo, não se pode negar que em Aristóteles, ao menos, o sentido existencial tenha significativa importância. Tal como observa Barnes, a categoria básica em Aristóteles é a da substância: a justiça, por exemplo, bem como qualquer outra das assim chamadas qualidades, existe na medida em que existem substâncias justas ⁴². Claro está, todavia, que uma tal aproximação entre as teses de Kant e Aristóteles soaria grosseira se baseada apenas em poucas passagens, pois sabe-se que a temática em Aristóteles dá origem a muitas interpretações distintas, e que isto, por si só, impossibilita uma correspondência total de seu pensamento com o de Kant. No entanto, se pode tentar estabelecer algumas correspondências parciais entre suas concepções.

Tanto Aristóteles como Kant vêem o verbo ‘ser’ como dotado de um significado único, básico (o de *substância* para Aristóteles e o de *posição* para Kant), e de diferentes usos. O que para Aristóteles seria um uso, por assim dizer, *accidental* seria o que para Kant é o uso *relativo*. Forçando um pouco a interpretação, um acidente está para uma substância assim como uma nota está para um objeto. Tome-se um objeto real, por exemplo, o monte Everest: ele existe de modo absoluto, desfruta do status mais forte do *ser*. E desfruta também do sentido relativo, mais fraco, do *ser*, pois ele *é* uma montanha, *é* coberto de gelo, *é* o monte mais alto do mundo, etc. Agora, tome-se uma de suas propriedades, como a de ‘ser frio’: ela só existe na medida em que existem coisas frias, e portanto desfruta apenas do caráter mais fraco de *ser* (ou seja, ela pode ser considerada apenas como relacionando-se a outras representações, quer sejam elas conceitos, quer sejam objetos; mas nunca poderá ser considerada uma substância). Com efeito, não se pode dizer, segundo o que Aristóteles e Kant sustentam, que “O frio existe”. Esta sentença deveria ser traduzida, de acordo com Kant, por

⁴¹ KAHN, 1997, p. 95.

⁴² BARNES, op. cit, p. 82.

“O que se entende pelo conceito de ‘ser frio’ pertence a certas coisas na natureza”⁴³, e de acordo com Aristóteles a solução não seria muito diferente, uma vez que para ele propriedades como a de ser frio só existem na medida em que existem coisas (substâncias) às quais estas propriedades se apliquem. Disso pode-se deduzir que o sentido mais fraco de ‘ser’ já está contido naquele mais forte. Tudo que *é*, num sentido forte (*existe*), instancia conceitos. Mas nem tudo que *é*, num sentido fraco do termo (*é isto-e-aquilo*), desfruta do estatuto ontológico de *existente*⁴⁴.

Claro está, no entanto, que há muitas diferenças entre Kant e Aristóteles. Kant não reconhece tantos usos do conceito como Aristóteles o faz. De acordo com o que sugere Kahn, baseado na interpretação de Owen, há pelo menos três sentidos diferentes de leituras existenciais do verbo *ser* (a saber: existência individual no tempo; existência de classes; e existência de objetos abstratos), além dos sentidos veritativo, de inclusão em uma classe, predicativo e identitário⁴⁵. Outra diferença está no fato de que Kant também retira dos juízos categóricos a força existencial que Aristóteles atribuía a eles⁴⁶, o que denota uma diferença com relação aos usos existenciais do verbo ‘ser’. No entanto, se pode perceber que Kant compartilha muitos elementos da teoria aristotélica. Hintikka também sugere esta relação entre os dois autores⁴⁷. De acordo com ele, a tese de que a existência não é um predicado real, apresentada por Kant, pode ser vista como uma crítica à interpretação neo-platônica e escolástica das teses de Aristóteles sobre o assunto. De acordo com tal interpretação, a existência *enquanto* existência pode ser o objeto de uma teoria significativa. Com efeito, foram baseadas na pressuposição de que o conceito de existência pode ser analisado em conceitos mais simples que mais tarde se construíram as provas ontológicas da existência de Deus tais como as de Descartes. Assim, não obstante as diferenças que existem entre os dois, não se pode dizer que Kant não leva em conta o que disse Aristóteles quando constrói suas próprias teses.

Atualmente a tese de Kant é criticada, sobretudo, por aqueles que trabalham com a lógica modal, na qual são levados em conta mundos possíveis para além do mundo atual; e nas lógicas livres, para as quais não valem as pressuposições existenciais da lógica clássica. De

⁴³ Este conceito é tido por Kant como um *ens privativum*, um dos tipos de vazío. Ele só pode existir como indicativo da ausência de algo positivo (neste caso, o calor).

⁴⁴ Esta observação pode não ser adequada a Aristóteles, uma vez que para ele mesmo os enunciados categóricos envolvem existência.

⁴⁵ KAHN, op. cit., p. 96.

⁴⁶ Mais detalhes a respeito desta discussão podem ser encontrados num texto de Gyula Klima, intitulado *Existence and Reference in Medieval Logic*. (ver KLIMA, 2001, p. 2).

⁴⁷ HINTIKKA, 1981, p. 132.

acordo com estas perspectivas, o conceito de existência pode figurar como um predicado real numa teoria – tal suposição, como veremos abaixo, enfrenta alguns problemas; principalmente no que diz respeito ao uso do predicado de existência como sendo um predicado *real*, na verdadeira acepção que Kant confere à palavra.

Hintikka, por exemplo, critica a tese negativa de Kant, baseando-se em exemplos de uso do conceito de existência como um predicado legítimo de indivíduos⁴⁸. Um destes exemplos é o uso do conceito de existência em contextos modais, quando, por exemplo, se fala da existência possível de seres vivos em outros planetas. Nestes casos, não parece que a aplicação do conceito de existência seja trivial aos objetos de que se fala.

Embora atraente à primeira vista, a crítica de Hintikka não parece atingir o coração da tese Kantiana. Cabe aqui lembrar a observação que faz Heidegger, segundo qual *real*, na tese de Kant, não significa *efetivo*, ou *atual* – dito de outro modo, algo que se aplique a coisas reais – mas sim *parte constitutiva do conceito de uma coisa (res)*⁴⁹. De fato, Kant não chega a negar explicitamente que o conceito de existência se aplique aos objetos reais, efetivos. Tampouco diz ele que o conceito de existência não é em absoluto um predicado, como sugere Hintikka. Ele apenas sustenta que este conceito não entra naquele conjunto de notas que definem uma coisa qualquer, ou seja, ele não é um predicado *real*. Assim sendo, os seres vivos (possíveis) em outros planetas não teriam sua descrição modificada pelo acréscimo do conceito de existência. Nosso conhecimento, por outro lado, sofreria um enorme acréscimo com esta descoberta. Este é o caráter modal, que, na *CRP* Kant explicitamente atribuirá ao conceito: este conceito não diz respeito ao conteúdo de outros conceitos, mas à relação entre a faculdade de conhecimento e a realidade.

Uma interpretação original e bastante esclarecedora sobre a tese positiva de Kant se encontra num texto que Heidegger dedicou ao assunto. Ali o autor, ao falar da concepção kantiana a respeito do conceito de ser, cita uma nota que lança um pouco mais de luz sobre a tese:

Numa nota não datada (VW, Edição da Academia XVIII, número 6276), Kant resume brevemente o que até aqui foi exposto:

‘Com o predicado do ser aí [existência], nada acrescento à coisa, mas acrescento a coisa mesma ao conceito. Numa proposição relativa à existência, não ultrapasso, portanto, o conceito em direção a um predicado diferente daquele pensado no conceito, mas em direção à coisa mesma, precisamente com os mesmos predicados,

⁴⁸ Ibid., p. 134.

⁴⁹ HEIDEGGER, 1984, p. 229.

nem mais nem menos. O pensamento apenas acrescenta, à posição relativa, ainda a posição absoluta.⁵⁰

De acordo com Heidegger, a palavra “real” é utilizada por Kant como designando o que pertence a uma coisa (*res*), isto é, aquilo que entra na definição, no conteúdo objetivo de uma coisa. Nas palavras de Heidegger, “[R]ealidade não significa para Kant o que existe efetivamente, mas aquilo que pertence à coisa”⁵¹.

Sobre a posição absoluta, Heidegger tem uma interpretação semelhante à que foi dada acima: é absoluta porque não é relativa. Quando Kant fala da posição absoluta como a posição das determinações *em si mesmas*, quer significar com isso que elas são postas não *em relação* com outras determinações, mas sim que elas são postas de modo absoluto, ou seja, do modo mais básico possível em que se pode falar que algo é.

Como se pode ver, embora muitas vezes se reclame da falta de clareza das teses kantianas sobre *ser* e *existência*, não se pode negar que com um pouco de esforço na interpretação se consegue ver o poder e o alcance das mesmas. E a obscuridade neste caso se deve muito mais à complexidade do tema do que ao modo como Kant o trata.

Pode-se observar também que no período pré-crítico já estavam esboçadas em seus traços principais as teses defendidas na *CRP* sobre o tema. Aliás, é digno de nota que é neste período que se pode ver com mais clareza as concepções do autor, pois na *CRP* estas teses parecem ser apenas apresentadas *en passant*, como algo já pressuposto para o desenvolvimento das demais teses ali encontradas.

1.2. Doutrina crítica

Não obstante a grande revolução que o advento do assim chamado *período crítico* representa no pensamento de Kant, sua concepção a respeito do conceito de existência não sofre muitas alterações com relação a sua concepção inicial. *Ser* ainda indica a *posição* de um conceito num juízo. No entanto, surgiram alguns novos elementos que se relacionam com o conceito de existência (as tábuas dos juízos e das categorias, principalmente), e outros que já estavam presentes no período pré-crítico passaram a partir de então a receber um tratamento mais sistemático (como as noções de possibilidade real e possibilidade lógica, a relação entre existência e experiência e a classificação dos juízos em analíticos e sintéticos, por exemplo).

⁵⁰ Ibid., p.231.

⁵¹ Ibid., p. 229.

Deste modo, a chave de interpretação que foi proposta no começo deste capítulo deve sofrer um refinamento. A distinção entre um discurso relativo a conceitos e um discurso relativo a coisas deve ser mudada devido à impossibilidade apontada pelo sistema da *CRP* de se acessar o mundo real entendido como o mundo das coisas em si. O discurso relativo a coisas deve ser entendido como relativo às coisas enquanto fenômenos, enquanto passíveis de serem percebidas pelos agentes racionais. Assim, o conceito de existência não é algo totalmente externo ao entendimento e às operações entre conceitos. Ele é, inclusive, um dos conceitos puros do entendimento, mas sua contribuição para o conhecimento ainda é tida como uma contribuição que nada tem a ver com o conteúdo de um conceito qualquer. Sua contribuição se dá na medida em que ele aponta para o modo segundo o qual um conceito é dado.

Nesta seção serão apresentados, nesta ordem, alguns temas que permanecem praticamente inalterados após a virada crítica, a saber, a concepção de *ser* como *posição*, e a de que *ser* não é um predicado real. E a seguir a inovação relativa à concepção dos juízos de existência como juízos sintéticos. Por fim, serão apresentados problemas que podem se originar destas teses tomadas em conjunto, bem como problemas relativos a tópicos sobre os quais Kant não se pronuncia na *CRP*.

1.2.1. O conceito de existência na *CRP*

As teses fundamentais de Kant sobre os conceitos de ser e de existência permanecem inalteradas: eles não são predicados reais, mas modos de pôr o sujeito, num juízo. Elas reaparecem na *Lógica Transcendental*, tanto na *Analítica*, na dedução dos conceitos puros do entendimento, quanto na *Dialética*, no contexto da refutação das provas para a existência de Deus. Na *Analítica* a tese aparece menos explicitamente, mas com novos ares, na explicação da modalidade dos juízos (onde se encontra a existência) na tábua de classificação destes:

A modalidade dos juízos é uma função muito particular destes, cuja característica consiste em nada contribuir para o conteúdo de um juízo (pois além da quantidade, qualidade e relação nada mais constitui o conteúdo do juízo), e apenas se referir ao valor da cópula com relação ao pensamento em geral.⁵²

⁵² KANT, 1997, A74/B99-100.

Pode-se perceber que aqui Kant só está considerando os juízos em que o verbo ‘ser’ constitui a cópula, a ligação entre dois outros conceitos. Não há menção dos juízos existenciais, e isto, como já foi visto acima, constitui uma lacuna correspondente à classificação dos juízos deste tipo, e que permanece aberta mesmo na *CRP*.

É apenas na refutação do argumento ontológico que os juízos existenciais ganham um tratamento distinto. Ali primeiramente aparece uma consideração, em nada substancialmente diferente das teses pré-críticas, sobre o conceito de ser em geral:

Ser não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa; é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. No uso lógico é somente a cópula de um juízo. A proposição *Deus é onipotente* contém dois conceitos que têm os seus objetos: Deus e onipotência; a minúscula palavra *é* não é um predicado mais, mas tão-somente o que põe o predicado *em relação* com o sujeito.⁵³

Com relação aos juízos existenciais, neles aparece apenas um conceito, que é posto de maneira absoluta:

Se tomar, pois, o sujeito (Deus) juntamente com todos os seus predicados (entre os quais se conta também a onipotência) e disser *Deus é*, ou existe um Deus, não acrescento um novo predicado ao conceito de Deus, mas apenas ponho o sujeito em si mesmo, com todos os seus predicados e, ao mesmo tempo, o *objeto* que corresponde ao meu *conceito*.⁵⁴

Quando Kant diz que ‘existência’ não é um predicado real se pode supor duas interpretações diferentes: “existência” não é um predicado real porque não opera como predicado ou porque ela opera, mas não altera (determina) o conceito-sujeito. Kant defende a última. Para ele, um predicado real é um *predicado determinante*. Este, além de acrescentar algo a respeito do conceito de que é predicado deve também ampliar o mesmo, ou seja, deve fazer um acréscimo no que diz respeito à intensionalidade do conceito. Um predicado determinante é aquele capaz de modificar o conteúdo do conceito do qual é predicado em pelo menos um juízo⁵⁵; assim, o conceito ‘solteiro’ é um predicado real, pois embora não determine o conceito-sujeito no juízo “Não-casados são solteiros”, o determina no juízo “João é solteiro” (vale lembrar que Kant considera nomes próprios como sendo equivalentes ao conceito completo de um indivíduo, ou seja, conceitos sob os quais cai somente um indivíduo).

Ora, com o conceito de ‘existência’, ou ‘ser’, isto nunca acontece. Com efeito, quando se pensa o conceito completo de um objeto (o que Kant parece identificar com uma espécie de

⁵³ KANT, op. cit., A598/B626.

⁵⁴ Ibid., A599/B627.

⁵⁵ Esta interpretação é dada por Daniel Bonevac (ver BONEVAC, 1982).

conjunção de todos os conceitos que são notas características do conceito em questão), e a seguir se lhe acrescenta o predicado ‘existe’, significando que um tal conceito é dado na experiência, nada é de fato acrescentado, pois, se fosse, o conceito completo do objeto não seria de fato um conceito completo. Deste modo, o conceito completo do indivíduo ‘Júlio César’ não poderia se aplicar ao objeto ao qual este nome pertence, pois ao objeto pertenceria ainda o conceito de ‘existência’, o qual falta ao primeiro. Assim, ‘existência’ nada pode acrescentar ao conceito de que é predicado, pois

(...) se assim não fosse, não existiria o mesmo, existiria, pelo contrário, mais do que o que pensei no conceito e não poderia dizer que é propriamente o objeto do meu conceito que existe⁵⁶

Vê-se, portanto, que o conceito de ‘existência’ não é, como os demais conceitos, uma regra para o ordenamento do múltiplo da intuição, algo que corresponda a alguma propriedade de algum objeto.

Quanto ao conceito de possibilidade, vale o mesmo que para a existência, neste sentido; ele também se refere ao modo como um objeto pode ser dado, e portanto em nada contribui para seu conteúdo. O que Kant entende por possibilidade, no período crítico, não difere muito do que era pensado no período pré-crítico. Com efeito, ainda permanece a distinção entre possibilidade lógica e possibilidade real ou material (agora também chamada *possibilidade transcendental*)⁵⁷. A primeira é a possibilidade do conceito, e a segunda é a possibilidade da própria coisa:

A ilusão de tomar a possibilidade lógica do *conceito* (já que ele não se contradiz a si próprio) pela possibilidade das *coisas* (em que um objeto corresponde ao conceito) só pode enganar e satisfazer os inexperientes.⁵⁸

Vale notar a equiparação que faz Kant, numa nota de rodapé da segunda edição da *CRP*⁵⁹, entre esta *possibilidade da coisa* e a assim chamada *possibilidade real*, o que reforça a sugestão de Heidegger acima exposta, segundo a qual o significado de *real* em Kant tem a ver

⁵⁶ KANT, op. cit., A600/B628.

⁵⁷ Mark van Atten, em um artigo intitulado *Gödel, Mathematics and Possible Worlds* vai ainda mais além e difere três tipos de possibilidade utilizados nas obras de Husserl e Hartmann, seguindo um caminho parecido com aquele seguido por Kant: primeiramente, se tem a possibilidade lógica, dependente da não-contradição dos conceitos (para a qual vale a possibilidade de um quadrado-redondo, por exemplo, embora não valha a de um quadrado não-quadrado, por causa da contradição explícita); a seguir se tem a possibilidade conceitual, que requer o mesmo da possibilidade lógica, mais o requerimento de que os conceitos envolvidos não levem a uma contradição material (um quadrado-redondo não é, assim, conceitualmente possível); por fim se tem a possibilidade transcendental, que requer o mesmo da possibilidade conceitual mais o requerimento de que se possa construir idealmente o objeto deste conceito com completa evidência. Para maiores detalhes, ver VAN ATTEN, 2001.

⁵⁸ KANT, op. cit., A244/B302.

⁵⁹ *Ibid.*, B303.

com *pertencente a uma “res”* ou *a uma coisa*. Somente a possibilidade real tem algo de significativo, uma vez que a mera não-contradição de conceitos não diz muito com relação à possibilidade de um objeto num sentido transcendental. A mera possibilidade *do conceito*, portanto, não informa muita coisa:

Uma substância que estivesse permanentemente no espaço, sem, todavia, o preencher (...), ou uma faculdade particular do nosso espírito de *intuir* antecipadamente o futuro (...) ou, por fim, uma capacidade do nosso espírito de estar em comunidade de pensamento com outros homens (...), são conceitos cuja possibilidade está totalmente destituída de fundamento, porque não pode assentar sobre a experiência e suas leis conhecidas, e sem a experiência constituem uma ligação arbitrária de pensamentos, que, embora não encerrem contradição, não pode todavia reivindicar realidade objetiva nem, portanto, a possibilidade de um objeto como o que aqui se pretende pensar.⁶⁰

Percebe-se que o mero jogo de conceitos, agora ainda mais claramente que antes da virada crítica, tem apenas um valor restrito para o conhecimento. Mais que isso, por indícios já presentes em *A Falsa Sutileza das Quatro Figuras Silogísticas*, pode-se ver que o mero jogo de conceitos não amplia de modo algum o que ele chama de *conhecimento genuíno*⁶¹. E daí surge sua crítica à silogística, entendida como mera manipulação de conceitos que só serve, segundo Kant, para o “*atleticismo*” (*athleticism*) acadêmico, mas não para a ampliação do conhecimento genuíno.

Como corolários das teses sobre existência e possibilidade, continuam valendo aqueles que Kant já derivara no texto pré-crítico. Ora, se o conceito de ser não acrescenta nada ao conceito do qual é predicado, então o possível e o real são indistinguíveis quanto ao conteúdo. Nas palavras de Kant:

Ambos têm de conter, exatamente, o mesmo; e, em virtude de eu pensar o objeto deste conceito [Deus] como dado em absoluto (mediante a expressão: ele é), nada se pode acrescentar ao conceito, que apenas exprime a sua possibilidade. E assim o real nada mais contém que o simplesmente possível. Cem táleres reais não contém mais que cem táleres possíveis. Pois que se os táleres possíveis significam o conceito e os táleres reais o objeto e a sua posição em si mesma, se este contivesse mais do que aquele, o meu conceito não exprimiria o objeto inteiro e não seria, portanto, o seu conceito adequado. Mas, para o estado das minhas posses, há mais em cem táleres reais do que no seu simples conceito (isto é, na sua possibilidade).⁶²

Este exemplo “monetário” mostra o mesmo que o exemplo do conceito ‘Júlio César’ mostrava no texto de 1763, com uma vantagem talvez ilustrativa: pensar que há cem dólares no meu bolso e tocar numa nota de cem dólares no meu bolso são ações equivalentes do ponto de vista da quantidade e da espécie de dinheiro em questão, todavia, no segundo caso eu estaria

⁶⁰ Ibid., A222-223/B270.

⁶¹ KANT, 1992a, AK 2:57.

⁶² Id., 1997, A599/B627.

realmente mais rico (em cem dólares). Há um acréscimo significativo na passagem da mera possibilidade à realidade, e este acréscimo é o que justifica a tese de que juízos existenciais são sintéticos.

Primeiramente, os juízos existenciais são sintéticos porque não podem ser analíticos (já que o conceito de existência não pode estar contido em nenhum outro conceito). Em segundo lugar, embora ‘existência’ não amplie o conceito-sujeito, algo é informado nos enunciados existenciais, a saber, eles dizem que ao conceito corresponde algum objeto na experiência⁶³. Como o conceito de existência acrescenta algo ao termo sujeito, juízos existenciais são sintéticos. Disso se segue que não se pode afirmar que a um determinado conceito corresponde uma instância – fazer uma afirmação de existência, portanto – com base na mera análise de tal conceito; para isso é necessário algo como um passo para fora da dimensão puramente conceitual, uma vez que no âmbito interno não figura o conceito de existência. Nas palavras de Kant,

Como 1. pode uma coisa existir apenas como sujeito, e não como simples determinação de outras coisas, ou seja, como pode ser substância; ou como 2. deve existir uma coisa em virtude de outra existir, e, portanto, como pode alguma coisa em geral ser causa; ou 3. como, quando diversas coisas são, do fato de uma delas existir, alguma coisa resulta para as restantes e reciprocamente, e como, desta maneira, pode haver uma comunidade de substâncias; eis o que não pode reconhecer-se mediante simples conceitos.⁶⁴

Em suma, um enunciado existencial é sintético porque, mesmo não havendo neles nenhum acréscimo com relação à constituição interna, à intensionalidade, de um conceito, algo de significativo é ali informado. Um juízo existencial não versa sobre a constituição interna dos conceitos, mas sim sobre relação destes com a realidade. Dito de outro modo, ele fala sobre a relação do entendimento daquele que julga com a realidade propriamente dita, e não sobre a relação entre o conceito-sujeito e o conceito-predicado de um juízo. Daí a inclusão da ‘existência’ (e de sua negação) entre as modalidades, quer na tábua das categorias (como modificadoras do modo como os objetos se apresentam ao pensamento), quer na tábua dos juízos (como modificadoras do valor da cópula com relação ao pensamento, e não do conteúdo dos juízos).

As atribuições de existência devem ser baseadas em dados da percepção. Esta tese reaparece no período crítico com maior força nos “Postulados do pensamento empírico em geral”:

⁶³ Isto, todavia, não significa o mesmo que dizer que o conceito de existência opera como operaria um conceito fregeano de segundo nível.

⁶⁴ KANT, op. cit., B288.

1. O que está de acordo com as condições formais da experiência (quanto à intuição e aos conceitos) é *possível*.
2. O que concorda com as condições materiais da experiência (da sensação) é *real*.
3. Aquilo cujo acordo com o real é determinado segundo as condições gerais da experiência é (existe) *necessariamente*.⁶⁵

Na preparação do terreno para a “Refutação do Idealismo”⁶⁶, Kant explicitamente diz:

O postulado relativo ao conhecimento da *realidade* das coisas exige uma *percepção* e, portanto, uma sensação, acompanhada de consciência; não exige, é certo, consciência imediata do próprio objeto, cuja existência deverá ser conhecida, mas sim o acordo desse objeto com qualquer percepção real, segundo as analogias da experiência, que representam toda a ligação real numa experiência em geral.⁶⁷

Esta passagem mostra que são possíveis inferências mediatas de existência, mas somente na medida em que estas inferências tenham como base final a experiência. Por isso Kant aceita a prova da existência do magnetismo, o qual não é percebido pela sensibilidade humana, mas que, todavia, pode ser deduzido mediante a observação empírica de outros fenômenos a ele vinculados, como o movimento da limalha de ferro em direção a um ímã que se coloque em frente a ela. De uma forma ou de outra, portanto, afirmações de existência baseiam-se em dados obtidos por meio da sensibilidade. A experiência continua sendo, então, a pedra de toque para as afirmações de existência, bem como continua sendo a base para afirmações de possibilidade *real* ou *transcendental*.

1.2.2. Comentários sobre a doutrina crítica

Nesta seção serão considerados alguns problemas que surgem da concepção kantiana de existência, bem como as possíveis soluções que podem ser dadas a estes problemas. Para isso, serão usados dados tanto do período crítico quanto daqueles do período pré-crítico que não tenham sofrido uma transformação na *CRP*.

As teses de Kant sobre existência, quando tomadas em conjunto, podem dar origem a dúvidas quanto à sua consistência. Tome-se como exemplo esta possível inter-relação entre a tese de que afirmar a existência de algo é afirmar que se pode experienciá-lo, e a de que o conceito de *ser* possui um único significado, embora possua diferentes usos.

Quê dizer dos objetos que instanciam um conceito-sujeito de um juízo existencial? A eles também se aplica o conceito de existência do mesmo modo que se aplica aos seus conceitos completos? Então afirmar a existência de algo é dizer que seu conceito se aplica a

⁶⁵ Ibid., A218/B265-266.

⁶⁶ Ibid., B275.

⁶⁷ Ibid., A223/B272.

objetos *existentes*? É mais ou menos isto que Kant faz no *Beweisgrund*. Ali, Kant afirma que enunciados do tipo “A existe” devem ser lidos como “Os predicados que eu penso reunidos em A pertencem a certas coisas na natureza”. Ora, se destas *coisas na natureza* pode-se dizer que também existem, então a reconstrução do juízo existencial se torna circular: “A existe” significaria “Os predicados reunidos em A pertencem a certas coisas *existentes* na natureza”. Na *CRP* esta interpretação já não aparece. Não obstante, Kant parece sustentar ainda uma posição semelhante ao vincular existência e experienciabilidade.

Outra dificuldade diz respeito à independência entre a descrição completa de um objeto e a sua existência. Ora, se o conceito completo de um objeto não inclui sua existência como sendo uma nota característica sua, pode ser o caso que a uma descrição completa falte um objeto na experiência – no caso, por exemplo, de o objeto em questão ser meramente possível. Mas como dizer, então, que a alguns conceitos completos falta um objeto? Isto equivaleria a dizer que “Há objetos (descritos de modo completo por seus conceitos) que não existem”. Dado que Kant não parece concordar com uma multiplicidade de significados do verbo ‘ser’ ou ‘existir’, isto significa que “Existem objetos que não existem”, o que é uma contradição.

Parece haver, portanto, um uso ambíguo tanto do conceito de ser quanto do de existência: um diferenciando objetos reais de objetos possíveis (como um predicado de primeira ordem) e outro indicando instanciação de conceitos (como faz o quantificador existencial). Tal ambigüidade, como se pôde ver, pode levar a contradições.

Estas críticas, apesar de pertinentes, podem ter seus efeitos minimizados. No que diz respeito à primeira, a qual encontra-se exposta em detalhe num artigo de Forgie⁶⁸, é possível defender Kant baseando-se no fato de que Kant não faz uma hierarquização de conceitos tal como se pode ver em Frege. É digno de nota, por exemplo, que Kant não parece ver uma diferença entre um juízo como “Sócrates é mortal” e “Homens são mortais” no que diz respeito à categoria da relação. Ambos se enquadram na tábua dos juízos como juízos categóricos, que expressam relações entre *conceitos*. Ora, sendo assim, tanto “Sócrates” quanto “Homens” são tidos como conceitos (embora, no primeiro caso, se trate de um conceito, ou uma coleção deles, que se aplica a apenas um indivíduo). Não havendo uma distinção entre nomes (que estão por objetos), conceitos de primeiro nível (que estão por propriedades de objetos) e conceitos de segundo nível (que estão por propriedades de objetos), não faz sentido, ou pelo menos é anacrônico, falar do conceito de

⁶⁸ FORGIE, 2000.

existência em Kant como sendo um conceito de segunda ordem, cuja aplicação a objetos seria ou trivial ou proibida. Ao que parece, uma melhor alternativa para compreender a tese de Kant seria ver o conceito de existência como um conceito que se aplique aos conceitos dos objetos, e não aos objetos propriamente ditos, uma vez que explicitamente é dito que ‘existência’ não é um predicado de coisas. Isto, todavia, não implicaria um uso de segundo nível do conceito de existência, como se poderá ver após a segunda alternativa de defesa de Kant.

Pode-se também defender Kant baseando-se em indícios do próprio período pré-crítico nos quais Kant aponta para alternativas que eliminariam a aparente circularidade. Com efeito, no *Beweisgrund* Kant oferece outras alternativas além daquela acima exposta para a leitura de enunciados existenciais do tipo “A existe”, a saber, “A é um conceito empírico”⁶⁹. Neste caso, se evitaria a menção de *coisas existentes*, e com isso a circularidade apontada por Forgie. Nesta alternativa, fica claro o papel metalingüístico do conceito de existência, uma vez que um juízo existencial não é traduzido numa forma comum aos demais juízos que podem ser objetos da lógica – note-se, por exemplo, a ocorrência da propriedade “ser um *conceito* empírico” nos mesmos. Poder-se-á perguntar: mas isto não é justamente utilizar o conceito de existência como uma propriedade de outros conceitos? Talvez sim, mas disso não se segue que não se possa usá-lo como aplicado a objetos, pois, para Kant, os objetos possuem seus respectivos conceitos completos (dos quais os nomes parecem ser uma espécie de abreviação) aos quais o conceito de existência pode ser uma espécie de propriedade (embora não no sentido usual do termo). Nem, tampouco, se segue disso que existência possa ser uma *nota* de outros conceitos. Pelo que se pode ver, Kant não aponta para uma multiplicidade de níveis conceituais. Há um nível de conceitos, no qual não está o conceito de existência (afinal este não é um conceito que possa servir para a definição de um objeto), e um nível, por assim dizer, *extra-conceitual* (onde se encontrariam o conceito de existência e também as demais modalidades), que exige “um passo para fora da dimensão conceitual”, para usar as palavras de Kant. Isto é muito diferente do que faz Frege, que coloca os conceitos de segundo nível de modo tal que eles também possam ser deduzidos de um cálculo conceitual, o que, para Kant, é completamente inconcebível.

Assim, as críticas de ambigüidade e de circularidade não atingem o objetivo pelos seguintes motivos: 1) não há uma diferenciação entre nomes e conceitos, o que impede que o conceito de existência se aplique a uns e a outros de maneira diversa (ambígua); 2) o conceito

⁶⁹ Ver citação na nota #11 acima.

de existência não possui propriamente uma diferença de nível com relação aos demais, mas sim uma diferença mais profunda: enquanto os conceitos em geral são regras para o ordenamento do múltiplo da intuição, o conceito de existência é uma espécie de conceito metalingüístico, que é usado como um indicador da não vacuidade de um conceito do primeiro tipo; e, finalmente, 3) porque a ambigüidade só aparece se se considera um nome ou o conceito completo de um objeto como sendo de um nível inferior ao dos demais conceitos – pois neste caso o conceito de existência se aplicaria a conceitos de um nível superior e também a nomes e conceitos completos de objetos. Todavia, se não se faz esta estratificação, pode-se bem dizer que “A existe” significa “A se aplica a coisas existentes”, ou, em outras palavras, “A se aplica a conceitos que possuem um referente (ou “que podem ser experienciados”)”.

A segunda crítica, que pode ser encontrada na argumentação de Frege no *Diálogo com Pünjer sobre existência*, e que será apresentada em maior detalhe no capítulo dedicado a Frege, diz que Kant deve se ver forçado a admitir a legitimidade de uma expressão como “Existem objetos que não existem”. Contra esta crítica pode-se argumentar do seguinte modo. A alegação de que alguns conceitos completos não possuem referentes, como será mostrado, não leva, de acordo com as regras de dedução que Kant leva em conta, à contradição “Existem objetos que não existem”. Com efeito, se Kant aceita o princípio de subalternação, de acordo com o qual “Alguns A são B” se deduz de “Todos A são B”, então ele deve negar ao primeiro tipo de juízo qualquer espécie de compromisso existencial, uma vez que assim o faz com relação ao segundo. Assim sendo, não se pode passar da afirmação (categórica, ao que tudo indica) “Alguns objetos não existem” à “Existem objetos que não existem”, que é uma afirmação de existência⁷⁰.

Kant, com efeito, necessita, em sua ontologia, dos objetos possíveis. Ora, se um juízo é definido como a representação da representação de um objeto⁷¹, um juízo categórico teria uma função existencial se *objeto* é entendido como algo existente. Com isso a crítica de Kant ao Argumento Ontológico ficaria em parte deficiente, bem como sofreria um enorme abalo o próprio sistema da *CRP*, pois seria permitido que apenas de operações conceituais se derivasse a existência dos objetos que estão pelos conceitos (de forma independente da

⁷⁰ É interessante notar que Kant e Aristóteles, por motivos diferentes, aceitam o mesmo princípio de subalternação. Kant o aceita porque não vê nos juízos particulares (que ao que tudo indica são também juízos categóricos, ou seja, relações entre conceitos), como não vê nos demais juízos categóricos, nenhum compromisso existencial. Aristóteles, por seu turno, aceita a subalternação porque vê tanto nos particulares quanto nos universais um compromisso com a existência de objetos que instanciem os conceitos em jogo (ver também, KLIMA, 2001).

⁷¹ KANT, 1997, A68/B93.

sensibilidade, portanto). No entanto, como observa Landim⁷², juízos categóricos não possuem uma função existencial porque a noção de *objeto* empregada por Kant é aquela de *objeto lógico*, ou seja, a de algo *pensado como* objeto. Isto porque, para Kant, todo conceito tem por matéria objetos, afinal ele é uma regra para ordenar o múltiplo de uma intuição. Pode-se criar, por exemplo, o conceito de ‘Pégaso’, sob o qual cairia um cavalo que possuísse asas (um objeto num sentido meramente lógico). A não-existência deste cavalo, todavia, não impede que se pense o conceito (e, assim, de modo mediato, também seu objeto).

Assim, a segunda crítica acima exposta pode ser amenizada pelo seguinte raciocínio: alguns conceitos não são dados na experiência, mas mesmo assim, tal como requer a definição de *conceito*, eles possuem objetos (possíveis) como sua matéria. Assim sendo, Kant tem de admitir que alguns objetos não existem. Isto, todavia, não pode ser expresso no juízo “Existem objetos que não existem”, pois isto não estaria conforme a determinadas sutilezas do sistema kantiano. Melhor seria dizer, usando um vocabulário familiar a Kant, que “Alguns objetos [ou, para ser mais rigoroso, seus respectivos conceitos] podem ser postos de maneira relativa, mas não de maneira absoluta”, ou, “Alguns objetos *são*, mas não *existem*”.

Claro está, contudo, que podem surgir problemas com relação à concepção kantiana de existência, e que as críticas acima podem ser afastadas somente por meio de recurso a certas sutilezas, ou subentendidos presentes na obra de Kant. Uma boa parte destes problemas certamente se deve ao modo lacônico com o qual o autor trata do tema. Muitos dos problemas certamente têm sua origem na falta de uma classificação explícita para os juízos existenciais. Pode-se, inclusive, desconfiar que Kant considere um tipo autêntico de juízo aqueles da forma existencial.

Nas definições de juízo da *CRP* ou de outras obras como *A falsa sutileza das quatro figuras silogísticas*, sempre se vê o juízo como uma comparação, ou uma relação, entre conceitos. A definição da *CRP*, como “representação da representação de um objeto” mostra o juízo como apresentando uma representação de um objeto (o conceito sujeito) subsumida a outra representação (o conceito predicado). Mas, em que medida o juízo existencial possui esta dupla representatividade, se nele figura apenas um conceito (uma vez que o verbo ‘ser’ não é mais um conceito a fazer parte do juízo, mas apenas o que *põe* o sujeito, relativamente ou absolutamente)?

Herbart, aluno de Fichte, posteriormente apontou para a direção acima indicada, a saber, a de considerar os juízos existenciais uma espécie única e irreduzível de juízo. Segundo

⁷² LANDIM, op. cit., pp. 90-91.

Herbart, como a existência não é considerada uma propriedade (já que acrescenta algo, mas não “alarga” o termo sujeito, logo não o determina); e como os juízos deste tipo também não podem ser considerados hipotéticos – ou seja, expressando uma relação entre dois pensamentos completos do tipo “Se é dia, há luz” – eles devem ser vistos como um tipo único e irreduzível de juízos. Como consequência disto, surge a necessidade de uma reformulação da lógica – o que será efetivado por Frege⁷³.

Mas em Kant esta necessidade ainda não se fazia sentir, talvez pelo caráter metalingüístico que foi acima sugerido para os juízos existenciais, o que os isentaria de uma classificação rigorosa dentro da tábua de juízos que expressam relações de conceitos. Os demais juízos, com efeito, sempre expressam relações entre conceitos ou entre juízos. Os categóricos podem ser feitos pelo entendimento somente, caso sejam analíticos. Os sintéticos a posteriori, por sua vez, baseiam-se na experiência, mas a contribuição deles para o conhecimento se dá no nível conceitual, uma vez que o conceito predicado amplia o conceito sujeito. Com os juízos existenciais isto não ocorre. Sua contribuição é relevante para o conhecimento, mas não no nível conceitual. Além disso, os juízos categóricos sintéticos a posteriori encontram lugar em todos os momentos da tábua dos juízos, ao passo que os existenciais não.

Pode-se tentar uma solução para este problema analisando-se mais a fundo a natureza da tábua dos juízos. Os juízos de relações entre conceitos encontram facilmente lugar na tábua, naqueles lugares em que a contribuição para o conteúdo dos conceitos é relevante (Qualidade, Quantidade e Relação), e também onde não há esta contribuição, a saber, na Modalidade. Mas os existenciais, por não expressarem uma relação, até podem se classificar de acordo com a Qualidade, a Quantidade e a Modalidade, mas lhes falta uma classificação quanto à Relação. A solução para este impasse talvez já fosse vislumbrada por Kant, numa forma parecida com a que propôs Herbart: trata-se de um tipo único e irreduzível de juízo. Poder-se-ia vê-los como juízos que, por não expressarem relação entre conceitos ou outros juízos, mas sim uma relação entre o entendimento daquele que julga e a realidade mesma, estão fora da tábua por ser ela de classificação exclusiva daqueles juízos com os quais o entendimento pode lidar de forma independente da sensibilidade.

Esta sugestão, todavia, não desfaz a obscuridade que rodeia o problema. Mas pode, no entanto, ser um indicativo de uma provável atitude de Kant frente aos juízos existenciais e o

⁷³ Para maiores detalhes, ver o artigo de Sullivan, *Frege on Existential Propositions* (SULLIVAN, 1991).

conceito de existência. De acordo com tal atitude, os juízos existenciais ficariam fora do jogo conceitual, como as operações da metalinguagem ficam fora da linguagem formalizada.

2. O CONCEITO DE EXISTÊNCIA EM FREGE

A exemplo do que foi feito no capítulo anterior, dedicado a Kant, neste capítulo será utilizada uma determinada perspectiva, uma chave de interpretação, para a leitura da obra de Frege. É importante ressaltar que tanto neste capítulo quanto no anterior, tal olhar perspectivo não pretende ser de nenhum modo algo exclusivo. Há, com efeito, vários ângulos a partir dos quais se pode analisar a obra destes autores, e os que são aqui adotados se justificam na medida em que parecem representar um aspecto importante para a discussão sobre o conceito de existência, não obstante se possa adotar outros pontos de vista para se discutir outros temas ou até mesmo temas referentes ao conceito em questão. Cabe agora, então, apresentar os pontos de partida para esta abordagem.

As teses de Frege sobre o conceito de existência não são as pedras fundamentais de sua teoria. Elas nascem a partir do desenvolvimento de certos elementos de seu projeto; em outras palavras, elas são “subprodutos” de sua teoria – o que de modo algum as desqualifica; basta ver, por exemplo, que o projeto fregeano não foi bem sucedido, ao passo que os seus “subprodutos” são utilizados até os dias de hoje nos mais diversos ramos do saber. O referido projeto é o de uma fundamentação da aritmética em bases puramente lógicas, ou seja, uma fundamentação tal que retire da aritmética o caráter de conhecimento *sintético* a priori que Kant lhe atribuiu. Frege defendia uma recusa de qualquer elemento psicologista na fundamentação, e parece que este seu antipsicologismo leva-o, por exemplo, à formulação de doutrinas como a dos três reinos. É neste contexto que se desenvolvem várias teorias secundárias na obra de Frege; teorias que vão desde uma discussão sobre as inadequações da linguagem ordinária para o conhecimento científico, passando pela distinção entre o sentido e a referência de uma expressão, pela distinção entre função, argumento e valor, e chegando até as discussões sobre existência (que, vinculadas a teoria dos três reinos, vão além daquelas apresentadas por Kant e desvinculam existência e experienciabilidade ao falarem de existentes atuais e não atuais). O pano de fundo para a discussão dos temas deste capítulo será, portanto, o antipsicologismo fregeano, a sua busca por uma base sólida e um modo de expressão rigoroso para a fundamentação da aritmética e da análise.

Neste capítulo serão estudados primeiramente os aspectos gerais da teoria de Frege, com ênfase naqueles que mais se relacionam com a discussão a respeito dos conceitos de ser e de existência. Em seguida serão apresentadas com maior detalhe as teses de Frege sobre tais conceitos, explicitando, quando possível, as motivações que o levaram a formulá-las, as críticas que podem ser feitas e ainda as diferenças que elas possuem com relação às de Kant.

Por fim será feita uma análise de um diálogo entre Frege e o teólogo Bernhard Pünjer sobre o conceito de existência. Neste diálogo se pode confrontar as tese de Frege com as de Kant, uma vez que Pünjer tem uma postura marcadamente kantiana.

2.1. Aspectos importantes para a discussão do conceito de existência em Frege

Nesta seção, como já foi dito acima, será feita uma caracterização da teoria fregeana com ênfase naqueles aspectos que se encontram mais relacionados ao tema deste trabalho. Para isso, serão tomados como base um texto do início da produção do autor – os *Fundamentos da Aritmética* (1884) –, três textos do período intermediário, em que suas idéias foram apresentadas de forma mais amadurecida – *Função e Conceito* (1891), *Sobre o Sentido e a Referência* (1892), e *Sobre o Conceito e o Objeto* (1892) – e alguns textos do final de sua produção, após o projeto de fundamentação da aritmética em bases lógicas ter sido abalado pela descoberta de paradoxos em seu sistema – *O Pensamento, uma investigação lógica* (1918), bem como alguns textos publicados postumamente. Os temas abordados nesta seção dizem respeito, em princípio, ao projeto fregeano de fundamentar a aritmética em bases lógicas. A seguir será feito um estudo da hierarquia de conceitos que uma linguagem cientificamente adequada deve levar em conta. Ali serão apresentadas noções fundamentais para a discussão do conceito de existência, que são, entre outras, as de *função* (e seus correlatos, *conceito* e *relação*) e de *objeto*, bem como aquilo que diz respeito às relações entre ambos. Por fim, será ainda apresentado um comentário sobre os *reinos* de entidades que Frege considera, a saber, o *subjetivo*, o *objetivo atual* e o *objetivo não-atual*. Esta discussão é importante na medida em que uma noção relacionada ao conceito de existência, a saber, a de *atualidade* (*wirklichkeit*), desempenha um papel importante nesta classificação.

A busca por uma base clara e sólida para a matemática não era uma novidade à época de Frege. Com efeito, autores como Weierstrass e Peano já haviam feito esforço semelhante ao buscar fundamentos para toda a atividade matemática na aritmética, reduzindo a ela a análise, à qual, por sua vez, reduzia-se a geometria. Frege, no entanto, não estava satisfeito com as soluções até então propostas. Seu objetivo era ainda mais radical: reduzir a aritmética à lógica, retirando assim seu caráter de conhecimento sintético a priori que lhe conferira Kant¹. Para Frege, somente assim se encontraria um fundamento realmente seguro, dado que

¹ Vale lembrar que para Frege a geometria continuava tendo seu caráter de conhecimento *sintético* a priori, e que sua fundamentação restringe-se, portanto, à aritmética e à análise. Ver, por exemplo, o que diz Alcoforado na introdução de *Lógica e Filosofia da Linguagem* (em FREGE, 2002).

analítico, para a aritmética. A fundamentação logicista da matemática era uma alternativa ao psicologismo, uma vez que não aceitava que os números e operações matemáticas fossem fundamentadas nos estados psicológicos daquele que opera com o instrumental matemático. Também era alternativo ao formalismo (entendido aqui não como o formalismo proposto mais tarde por Hilbert, mas sim qualquer teoria que pretendesse reduzir a atividade matemática à mera manipulação simbólica), uma vez que não aceitava a redução da discussão sobre o fundamento do número à mera discussão sobre os signos; e contra o empirismo, que via na abstração de coisas físicas o fundamento para o número.

Uma das principais preocupações de Frege era sem dúvida relativa à clareza e à precisão de sua teoria. Para que tais atributos fizessem parte das teorias matemáticas era necessário, segundo ele, um estudo mais aprofundado das noções mais básicas com as que se ocupa o matemático. Dentre tais noções a mais básica seria a noção de número. Nos *Fundamentos da Aritmética* Frege tenta levar a cabo a tarefa de esclarecer esta noção básica da matemática. Para isso, um método como o da filosofia se torna quase inevitável, embora, de acordo com Frege, muitos matemáticos não vissem necessidade de tal empreendimento. Tal aversão por parte dos matemáticos se devia à influência dos métodos psicológicos de investigação dentro da filosofia². Frege também não vê no recurso a estados psicológicos o melhor meio de se fundamentar uma ciência. No entanto, ele consegue distinguir entre o que na filosofia é oriundo de métodos psicologistas e o que é propriamente filosófico. As buscas por fundamentos certamente conterão algo de filosófico (num sentido não-psicologista do termo), de modo que, mesmo evitando-se o psicologismo que pode se infiltrar na filosofia, não se pode abrir mão do método filosófico nesta investigação.

Logo na introdução dos *Fundamentos*, Frege apresenta quais são seus guias na investigação do conceito de número:

Nesta investigação ative-me firmemente aos seguintes princípios:
deve-se separar precisamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo;
deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente;
não se deve perder de vista a distinção entre conceito e objeto.³

Pode-se ver aqui a preocupação de Frege com o rigor, com a distinção de elementos que podem muitas vezes passar como indistintos. Frege alude ao método euclidiano como um exemplo de método rigoroso, mesmo que aponte para a necessidade de seu aperfeiçoamento.

² FREGE, 1974, p. 205.

³ Ibid., p. 208.

No que diz respeito à discussão sobre existência, uma das principais exigências de Frege é a de que todo nome ou descrição definida deve possuir referente. Uma sentença em que apareça um nome para objeto só será dotada de referência se o nome possuir um referente. Vejamos o que diz Frege numa das *Dezessete leis básicas da lógica*:

A sentença ‘Leo Sachse é um homem’ é a expressão de um pensamento somente quando ‘Leo Sachse’ designar algo. Do mesmo modo, a sentença ‘Esta mesa é redonda’ é a expressão de um pensamento somente quando as palavras ‘esta mesa’ designarem algo de determinado para mim, caso elas não sejam palavras vazias.⁴

Um pensamento, para Frege, é o sentido de uma sentença, embora nem toda sentença possua um pensamento como sentido⁵. Frege parece sugerir, no trecho supracitado, que as sentenças em que ocorra um nome sem referente não são expressões de um pensamento. No entanto, em outros escritos como *O Pensamento*, Frege parece sugerir que uma sentença pode possuir sentido sem possuir referência. Melhor seria então dizer que as sentenças par as quais falta a referência de um nome são desprovidas, como um todo, de referência. Dummett atribui a Frege um *princípio de composicionalidade*, segundo o qual o sentido de uma expressão complexa é composto pelos sentidos de seus constituintes, e a referência de uma expressão complexa, por sua vez, é composta pelas referências das expressões simples que a compõem⁶. Haaparanta sugere a versão de Carnap do mesmo princípio, onde a referência de uma expressão complexa é uma função das referências das expressões simples que a compõem⁷.

Ora, se a um nome falta referência, e se a referência de uma sentença é uma função da referência de seus componentes, a sentença da qual tal nome faça parte carecerá de referência. De modo semelhante, se o sentido de um nome é um modo de apresentar o objeto a que este nome se refere (assim como ‘Estrela da manhã’ e ‘Estrela da tarde’ são duas maneiras de se apresentar o mesmo corpo celeste), uma sentença carecerá de sentido caso um nome que nela se apresente não seja uma forma legítima de designar um objeto. Cabe ressaltar que a nem todo sentido corresponde uma referência, de modo que uma sentença pode então ter um sentido (expressar um pensamento) sem que haja uma referência para um nome que apareça nela. Este parece ser o caso, por exemplo, da sentença “O corpo celeste mais afastado da terra é um planeta”, a qual expressa um pensamento sem apontar para uma referência⁸.

A pressuposição existencial de que todo nome deve referir é um elemento que distingue as abordagens de Kant e Frege no tocante à existência. Para Kant seria indiferente

⁴ FREGE, 2001, p. 96.

⁵ Id., 2002, p. 14.

⁶ DUMMETT, 1981, pp.152-203.

⁷ HAAPARANTA, 1985a, p. 13.

⁸ FREGE, 1978b, pp. 62-66.

do ponto de vista lógico se um nome possui ou não um referente, pois a pergunta pela referência seria meramente uma questão epistemológica. Já para Frege um nome sem referência não entra na formalização de uma linguagem perfeita, dadas as pressuposições existenciais que esta requer que sejam satisfeitas.⁹

A preocupação de Frege com a elucidação rigorosa dos conceitos básicos para a investigação matemática pode ser vista na análise da noção de função¹⁰. Cabe ressaltar que nos *Fundamentos da Aritmética* Frege fala apenas de conceitos; a nova terminologia, e a incorporação dos conceitos na noção mais ampla de função se dá no artigo *Função e Conceito*.¹¹ A seguir será feita uma reconstrução da noção de função em Frege, dado que esta noção, além de ser uma das noções-chave para o projeto fregeano, é também uma noção fundamental para o tema do presente trabalho.

Logo no princípio de *Função e Conceito*, o autor aponta para uma confusão categorial em matemática: a confusão entre função e número. Com efeito, a fórmula $f(x) = 2x + 1$ não aponta para nenhum número em particular. Ela descreve uma forma, e não um conteúdo específico. Todavia, se substituirmos a variável pelo número 2, teremos $f(2) = 2 \cdot 2 + 1$, e isto aponta para um número particular, específico, a saber, o número 5. Assim, dizer que no primeiro caso se tratava de uma função de x , e no segundo de uma função de 2 é confundir duas noções que não podem se confundir, a de *objeto* e a de *função*.

Um número é, para Frege, um objeto, ou seja, uma entidade completa, saturada. Deste modo, $f(2)$ indica um número, pois é apenas um dos vários modos pelos quais se pode expressá-lo. A expressão $2 + 3$, com efeito, expressa o mesmo número de forma diferente¹². Não se pode, assim, dizer que 5, $2 + 3$, e $7 - 2$ designem coisas distintas. A diferença de designação, diz Frege, não corresponde necessariamente a uma diferença de designados¹³. Uma vez que Frege concebe a igualdade como uma relação entre maneiras diferentes de designar objetos, e não entre nomes de objetos ou objetos propriamente ditos¹⁴, e como é lícito dizer $5 = 2 + 3 = 7 - 2$, isto demonstra que em todos os casos se trata do mesmo designado.

Com as funções não se passa o mesmo. Elas não são, como os números, objetos definidos. Sua principal característica reside justamente no fato de que elas são indefinidas.

⁹ Para uma discussão da importância das pressuposições existências vinculadas ao uso dos quantificadores, bem como da possibilidade de sua eliminação, ver HINTIKKA, 1969.

¹⁰ FREGE, 1978a.

¹¹ KENNY, 1995, p. 111.

¹² Aqui já se pode antever a distinção entre sentido e referência, distinção esta que será estudada com maior detalhe no que segue.

¹³ FREGE, 1978a, p. 36, cf. também KENNY, 1995, pp.126-127.

¹⁴ Id., 1978b, p. 61.

Quando escrevo $f(x) = 2x + 1$ não me refiro a nenhum número em particular, mas apenas apresento uma forma indeterminada para a expressão de um número. Este, com efeito, não faz parte da função. Para demonstrar isso, Frege reescreve a função sem a variável, para evidenciar seu aspecto de indeterminação, sua natureza incompleta¹⁵: $f() = 2.() + 1$.

Importa mostrar que o argumento não é parte da função, mas compõe, juntamente com a função, um todo completo; pois a função, por si só, deve ser denominada incompleta, necessitada de complementação ou insaturada. E, a este respeito, as funções diferem fundamentalmente dos números.¹⁶

Pode-se ver, assim, que há uma diferença categórica entre objeto (no caso, o número) e função. Uma diferença da mesma ordem daquela que se faz entre forma e conteúdo. A forma estaria para a função assim como o conteúdo para o objeto. Pode-se ilustrar o processo de saturação de uma função do seguinte modo. Tome-se como exemplo o trabalho de um escultor de figuras humanas. Basta que se lhe dê uma foto ou desenho da pessoa a ser homenageada e a pedra bruta para ser esculpida para que ele faça seu trabalho. Neste caso, a foto da pessoa representa a função, a forma; e a pedra bruta o argumento, o conteúdo que fará com que aquela forma se faça presente na realidade. O que seria, então, a escultura de pedra resultante? Este seria o valor da função, e seria, como a pedra, um objeto, e não mais função. Trata-se de um ente completo, como a pedra que lhe deu origem. A foto continua sendo a mesma, e pode ser usada para que se faça uma nova escultura, que será outro valor para a mesma função (caso se trate de um tipo diferente de pedra). Diante de várias esculturas de Napoleão, feitas pelo mesmo escultor, reconhecemos a mesma forma, embora algumas esculturas sejam em mármore, outras em argila, outras de bronze, etc. A função, dirá Frege, é o que subsiste quando consideramos apenas o que há de comum em todos estes casos¹⁷.

Pode-se dizer que, de certa maneira, o argumento é aquilo que completa a função, tornando-a um ente saturado, tal como o argumento. Trata-se de um “todo completo em si mesmo”¹⁸. Frege ilustra muito bem o processo de saturação, bem como a estrutura de uma função, com recurso a um exemplo da matemática:

Isto pode ser comparado com a divisão de uma reta num ponto. Fica-se inclinado, assim, a associar o ponto de divisão a ambas as semi-retas. Mas se se quer fazer a divisão de maneira rigorosa, de modo a não contar nada duas vezes, nem deixar nada de fora, tem-se que associar o ponto de divisão a apenas uma das semi-retas. Esta

¹⁵ FREGE, 1978a, p. 38.

¹⁶ *Ibid.*, p. 38.

¹⁷ Sobre a distinção categórica entre objeto e conceito, ver KENNY, 1995, pp. 121-125.

¹⁸ FREGE, *op. cit.*, p. 39.

semi-reta se tornará inteiramente fechada em si mesma e pode ser comparada ao argumento, enquanto que à outra semi-reta faltará alguma coisa.¹⁹

Em princípio, no texto citado, o argumento é entendido em termos de objetos somente (mais especificamente números). Posteriormente, Frege estenderá a concepção de função para além do âmbito da aritmética, e permitirá como argumentos para funções também entidades tais como os próprios objetos físicos, ou ainda outras funções, o que lhe permitirá falar em níveis de funções.

Do par função/argumento nasce um terceiro elemento: o valor. O valor, como já foi dito, é da mesma natureza do objeto. Ele é o resultado do processo de saturação de uma função, mas não é, ele mesmo, uma função. O valor da função $f(x) = 2x + 1$, quando se lhe dá como argumento o número 3, é 7. Do mesmo modo que o argumento da função, o valor é um número, neste caso. Uma função, lembra Frege, deve ter sempre pelo menos um lugar vazio para ser preenchido pelo argumento. Deste modo, o valor jamais deve ser confundido com a própria função.

Com a variação dos argumentos que se dá a uma função, tem-se uma variação nos valores resultantes da mesma. Assim, se à função acima se dá como argumentos os números naturais (1, 2, 3, ...), ter-se-á uma determinada série de valores (3, 5, 7, ..., respectivamente). A esta série de argumentos e seus respectivos valores, Frege denomina *percurso de valores* (no exemplo anterior, este percurso seria $\{<1,3>; <2,5>; <3,7>\}$). Em matemática o percurso de valores é indicado pelo gráfico da função no plano cartesiano. Talvez por isso seja comum, observa Frege, que muitas vezes se confunda o percurso de valores de uma função (que é representado pelo gráfico) com a função mesma. Todavia, uma correta separação entre forma e conteúdo claramente mostra que tal equiparação é incorreta. O percurso de valor é o correlato objetual da sua função.

Uma vez caracterizados os elementos componentes de uma função, cabe agora acompanhar a expansão que Frege faz desta noção. O que antes foi feito apenas no âmbito da aritmética elementar começa a se estender pelos domínios da análise, e a função passa a ser então não apenas uma ferramenta para indicar números, mas também para indicar outros valores. São modificadas as regras que governaram até então sua formação, bem como os valores possíveis passam a ter novas formas.

No que diz respeito às regras de formação de uma função, além dos sinais de soma, subtração, multiplicação, potenciação, etc., são introduzidos sinais para relações como a de igualdade, as relações de “maior que” e “menor que”, etc. No que tange aos valores, passaram

¹⁹ Ibid., p. 39.

a ser admitidos, além dos números, outros objetos tais como os objetos físicos, e, em especial, dois outros valores concebidos como objetos, que serão importantes para a caracterização de um tipo especial de função (o conceito), a saber, o *verdadeiro* e o *falso*. Deste modo, uma função pode agora tomar a forma $x > 5$, a qual terá como valor o verdadeiro para argumentos numéricos maiores ou iguais a 6, e o falso para todos os números iguais ou menores que 5, ou ainda quaisquer outros argumentos que se queira dar, uma vez que Frege não estabelece nenhum tipo de restrição quanto ao domínio sobre o qual as variáveis atuam. Deste modo, pode escrever a função saturada da seguinte maneira: $6 > 5 = \text{“o verdadeiro”}$. E, dada a possibilidade de se igualar duas funções em virtude da coincidência de seus valores de verdade, pode-se dizer que $(6 > 5) = (2 \cdot 2 = 4)$, pois ambos possuem como valor o verdadeiro.

Às funções unárias que têm como valor sempre um valor de verdade Frege denomina *conceitos*²⁰. E a extensão de um conceito é formada por aqueles objetos que fazem com que a função tenha como valor o Verdadeiro. Forma parte da extensão do conceito “ser homem” o objeto “Sócrates”, mas não faz parte dela o objeto “Olimpo”. Assim, aumentou-se a abrangência do que se entendia por argumento: além dos números agora podem ser tidos como argumentos outros objetos. Mas Frege vai ainda além, e amplia também o que se pode entender como valor de uma função: não mais apenas os valores de verdade ou números são contados como valores possíveis de funções, mas também objetos. Assim, uma função como “a capital de x ”, quando saturada com um objeto – “Brasil”, por exemplo – tem como valor resultante outro objeto – no caso “Brasília”. Assim, o que pode contar como argumento de uma função e o que pode contar como valor da mesma possuem a mesma natureza: ambos são objetos. Se surge a questão sobre qual seria a definição de *objeto*, Frege responde de modo negativo: “um objeto é tudo que não é uma função”²¹. Mas há também uma definição positiva, sintática, de objeto: objeto é tudo aquilo cuja expressão é precedida por um artigo definido. Assim, são objetos, além dos objetos físicos e dos números, também os valores de verdade, os percursos de valores e os pensamentos.

Frege ainda fala das *relações*, as quais devem ser entendidas como possuindo como valor sempre um valor de verdade. Elas são um tipo de função onde há mais de um lugar vazio para argumento (funções n -árias, para $n > 1$). Diferentemente do que ocorre com os conceitos, é mais complexo estabelecer níveis de relações, pois o nivelamento depende da natureza do que se pode tomar por argumento. Assim, quando o argumento é uma expressão para objeto, o conceito é de primeiro nível; quando o argumento é uma função de primeiro

²⁰ Ibid., p. 45.

²¹ Ibid., p. 47.

nível, o conceito é de segundo nível; etc. Ora, com as relações é mais difícil de se estabelecer níveis, pois se pode tomar dois argumentos de diferente natureza, como por exemplo na relação “ x cai sob y ”, na qual se pode tomar uma expressão para objeto para substituir x e uma expressão para função de primeiro nível para substituir y , o que dá origem a uma relação mista.

Com os conceitos, como já foi dito, este problema não ocorre. O nível a que um conceito pertence pode ser verificado pela análise da natureza daquilo que ele toma como argumento. E uma vez determinado o nível de um conceito, se pode determinar quais relações ele pode ter com outros conceitos ou com objetos. Entre um conceito e um objeto a única relação possível é a de *subsunção sob*, que indica que o objeto *cai sob* o conceito. O conceito ‘ser cavalo’ e o cavalo de Calígula, Incitatus, exemplificam esta relação. No caso, diz-se que ‘ser cavalo’ é *propriedade* de Incitatus (o qual talvez seja o único a exemplificar também a propriedade ‘ser cônsul’, a ele concedida por seu excêntrico dono). Entre conceitos de mesmo nível a dá-se a relação de *subordinação*, a qual ocorre quando um conceito está contido em outro. O conceito ‘ser cavalo’ e o conceito ‘ser mamífero’ possuem uma relação de subordinação: a todo objeto que o primeiro se aplique, também se aplica o segundo. Neste caso se diz que ‘ser mamífero’ é uma *nota característica* de ‘ser cavalo’. Vale lembrar que a relação de subordinação também pode se dar entre conceitos de nível superior. O conceito de unicidade tem como nota característica o conceito de existência, pois a todo conceito que subsume um objeto se aplica o conceito de existência. O caso que requer mais cuidado é o da relação entre conceitos de níveis diferentes. A relação é análoga, mas não idêntica, a que se dá entre um conceito de primeiro nível e um objeto. Trata-se também de uma subsunção, mas não de subsunção sob, mas *subsunção em*. O conceito ‘ser cavalo’ *cai no* conceito de existência, uma vez que ele possui referentes. Assim, o conceito de existência é uma propriedade do conceito ‘ser cavalo’. Mas isto não equivale à relação entre o conceito ‘ser cavalo’ e Incitatus. Existência é propriedade de ‘ser cavalo’ num sentido totalmente diferente daquele existente entre Incitatus e sua propriedade de ‘ser cavalo’.

Do mesmo modo que existe uma diferença radical entre objetos e funções, existe uma diferença da mesma natureza entre funções de diferentes níveis. Assim, por conceber a noção de existência em termos de uma função de segundo nível, Frege não aceitará que ela seja usada em primeiro nível com o mesmo sentido que teria se fosse utilizada tomando conceitos como argumentos²².

²² Este tema será discutido nas seções seguintes, especialmente naquela dedicada ao estudo do *Diálogo com Pünjer sobre Existência*.

Sobre este assunto, Kenny comenta:

A principal contenção de ‘Sobre Conceito e Objeto’ é a de que há um abismo intransponível entre conceitos e objetos, tal que o que pode ser dito com sentido de um não pode ser dito com sentido do outro. Objetos podem cair sob conceitos; conceitos não o podem.²³

Após apresentar esta tese, Kenny cita Frege

A relação de um objeto com um conceito de primeiro nível sob o qual ele cai é diferente da relação (admitidamente similar) de um conceito de primeiro nível com um de segundo nível. (Para fazer justiça de uma vez à distinção e à similaridade nós poderíamos talvez dizer: Um objeto cai *sob* um conceito de primeiro nível; um conceito cai *em* um conceito de segundo nível.).²⁴

Nota-se que a preocupação de Frege com uma linguagem livre de ambigüidades o leva muitas vezes a formulações que vão muito além do que a linguagem natural poderia sugerir.

Antes de entrar especificamente na discussão sobre existência, cabe ainda analisar outro aspecto importante da ontologia de Frege. Ele diz respeito a um *terceiro domínio*, para além do subjetivo e do objetivo atual, que Frege é levado a formular dadas suas concepções a respeito de entidades que não são sensíveis, embora sejam objetivas.

Nos *Fundamentos da Aritmética*, ao negar que o número tenha uma origem subjetiva, Frege já apresenta uma concepção desta classificação:

Distingo o objetivo do palpável, espacial e efetivamente real. O eixo da Terra e o centro de massa do sistema solar são objetivos, mas preferiria não chamá-los de efetivamente reais como a própria Terra. Chama-se freqüentemente o equador de linha imaginária; mas seria falso chamá-lo de linha imaginada; ele não nasceu do pensamento, não é produto de um processo mental, mas é apenas conhecido, apreendido pelo pensamento. Se o tornar-se conhecido fosse gênese não poderíamos dizer dele nada de positivo no que concerne ao período anterior a esta suposta gênese.²⁵

É preciso reconhecer que há, para além do subjetivo – o qual é impossível de ser compartilhado com outros seres pensantes, e ao qual pertencem os sentimentos, as sensações, as idéias²⁶, etc. – e do objetivo²⁷ – entendido como atual, ou efetivo, ou ainda espaço-

²³ “The principal contention of ‘Concept and Object’ is that there is an unbridgeable gulf between concepts and objects, such that what can sensibly be said of the one cannot sensibly be said of the other. Objects fall under concepts; concepts cannot do so.” KENNY, 1995, p.121

²⁴ “The relation of an object to a first-level concept that it falls under is different from the (admittedly similar) relation of a first level to a second-level concept. (To do justice at once to the distinction and to the similarity we might perhaps say: An object falls *under* a first-level concept; a concept falls *within* a second-level concept.)” FREGE, 1983, apud KENNY, 1995, p. 122.

²⁵ FREGE, 1974, pp. 229-230.

²⁶ Uma idéia é algo que *se tem*, diz Frege em *O Pensamento*. Ela é uma representação subjetiva, que necessita portanto de um portador, e que não pode ser compartilhada. (ver FREGE, 2002, pp. 23-25).

²⁷ Frege utiliza o termo *wirklich* para designar este domínio. A tradução para o português seria *real* (ALCOFORADO, 2002), ou ainda *atual*. Por tais palavras não possuem um significado preciso, também se

temporal – um terceiro domínio, no qual se encontrem aquelas entidades cuja objetividade não se funda em aspectos empíricos, mas sim no fato de poderem ser acessados por qualquer ser racional. É isto o que Frege diz em *O Pensamento: Uma Investigação Lógica*:

É preciso admitir um terceiro domínio. O que este contém coincide com as idéias, por não poder ser percebido pelos sentidos, e também com as coisas, por não necessitar de um portador a cujo conteúdo de consciência pertenceria. Assim, por exemplo, o pensamento que expressamos no teorema de Pitágoras é intemporalmente verdadeiro, verdadeiro independentemente do fato de que alguém o considere verdadeiro ou não. Ele não requer nenhum portador. Ele é verdadeiro não a partir do momento de sua descoberta, mas como um planeta que já se encontrava em interação com outros planetas antes mesmo de ter sido visto por alguém.²⁸

Neste terceiro domínio se encontram os conceitos, os valores de verdade, os pensamentos (que se distinguem das idéias por poderem ser acessados por qualquer ser racional, e também por serem atemporais e não necessitarem de um portador), os números e outras entidades que, apesar de não serem dados no espaço e no tempo, podem ser acessados, ou apreendidos, por qualquer ser racional.

Neste ponto as concepções ontológicas de Kant e de Frege começam a divergir significativamente. Enquanto Kant só admite como objeto aquilo que pode ser apreendido pelos sentidos, Frege vai além e concede um outro sentido ao termo, o qual passa a se aplicar também a entidades abstratas.

Cabe perguntar se este terceiro domínio de objetos não exigiria uma multiplicidade de sentidos para o conceito de existência. O sentido que Kant deu ao conceito vinculava-se com a experienciabilidade de objetos que exemplificassem o conceito do qual ele era predicado. Mas o terceiro domínio não é algo experienciável, e não obstante as entidades que dele fazem parte podem exemplificar conceitos, e tornar assim possível uma predicação de existência de tal conceito, sem que o mesmo possua ligação com o domínio empírico. Tais peculiaridades do conceito fregeano de existência serão abordados nas seções seguintes, dedicadas especificamente ao tema. De qualquer modo, pode-se adiantar que, para Frege, a natureza do objeto que exemplifica um conceito não tem influência alguma sobre o sentido do conceito de existência que dele se pode predicar. Estas diferenças são de cunho epistemológico, e como tais ficam fora da linguagem formalizada que Frege cria.

Uma vez apresentadas as concepções de Frege quanto à construção de uma linguagem livre de ambigüidades e adequada à ciência; a sua definição de função e de objeto, e das relações que podem ocorrer entre eles; e quanto à consideração de um terceiro domínio de

traduz *wirklich* por *efetivo*, ou seja, algo passível de produzir efeitos. Adotarei o termo *atual*, bem como *atualidade* para o termo *wirklichkeit*.

²⁸ FREGE, 2002, p. 27.

entidades; tem-se informação suficiente para abordar especificamente o conceito de existência na obra deste autor. O projeto de uma linguagem adequada ao rigor científico influencia neste tema na medida em que ela seria um melhoramento da linguagem comum, na qual os juízos existenciais parecem assumir uma forma diferente daquela que lhes seria própria. No que diz respeito ao conceito de função, ele é central porque a existência será explicada, na linguagem proposta, como uma função de segundo nível. Por fim, a doutrina dos três domínios é importante porque traz à tona uma série de questionamentos sobre uma possível ambigüidade do conceito de existência que poderia estar presente mesmo na linguagem formalizada de Frege. Com estes assuntos já discutidos, cabem então passar à análise dos conceitos de ser e de existência propriamente ditos.

2.2. Os conceitos de ‘ser’ e ‘existência’ na obra de Frege

Diferentemente de Kant, Frege concebe uma multiplicidade de sentidos ao verbo ‘ser’. Alguns autores chegam mesmo a sugerir que ele considere mais de um sentido para ‘existe’. Estas questões serão abordadas com maior detalhe no decorrer desta seção. Aqui serão tomados como base dois textos de Leila Haaparanta: *Frege’s Doctrine of Being*²⁹ e *Frege on Existence*³⁰, para a parte relativa a Frege, e um texto de Barry Miller, *Existence*³¹, para uma introdução de caráter histórico ao tema. Por serem textos suficientemente esclarecedores a respeito das principais noções envolvidas neste tema, não será problemático tomar-lhes como base para o desenvolvimento desta seção. Isto não significa, todavia, que não serão levados em conta outros comentadores. Sempre que houverem, na bibliografia consultada, opiniões divergentes e relevantes para a temática, elas serão incorporadas ao texto. Ao final da seção será discutida em detalhe a problemática envolvendo a suposta multiplicidade de sentidos de ‘existe’, a qual pode ser identificada na inter-relação entre os conceitos de existência e de atualidade.

Barry Miller, em seu artigo *Existence*, faz uma reconstrução histórica dos tratamentos que receberam os conceitos de ser e de existência desde a antiguidade. Segundo ele, as teses a respeito da ambigüidade do verbo ‘ser’, apesar de aparecerem em certo sentido em Aristóteles, em Averróes e Avicenna, e posteriormente em Tomás de Aquino, não possuem a mesma característica da distinção que faz Frege. Em Aristóteles se pode encontrar apenas

²⁹ HAAPARANTA, 1985a.

³⁰ Id., 1985b.

³¹ MILLER, 1998.

uma diferença de *usos*, sendo a significação original preservada em todos eles³². As teses de Aristóteles são assimiladas e reformuladas na filosofia árabe. Averróes e Avicenna consideravam a existência como algo accidental com relação à essência. A essência é algo que pode estar presente tanto nas coisas quanto no intelecto, mas com a existência não se passa o mesmo. A essência está para a possibilidade assim como a existência está para a realidade³³. Tomás de Aquino herda alguns aspectos da interpretação dos árabes, mas adota uma postura sensivelmente diferente. Para ele, não há lugar para se falar em entidades possíveis, às quais se agregaria a propriedade de existir. Todavia, a existência continua sendo análoga ao acidente, uma vez que é contingente que algo exista ou não. Mas o tratamento de Aquino vai ainda além. Ele aponta dois sentidos distintos de existência: um diz respeito à caracterização de um objeto, e serve para responder à pergunta “*Quid est...?*” (“O que é...?”), e aparece em frases como “Sócrates é mortal”; e outro diz respeito à instanciação de uma propriedade, respondendo à pergunta “*An est...?*” (“Há algo como...?”). Na modernidade, as concepções que mais influenciaram Frege foram as de Hume e Kant, para os quais o conceito de existência não acrescenta nada ao conceito de que é predicado, e só pode ser atribuído a um conceito após o mesmo ter sido experienciado³⁴.

Em *Frege on Existence*, Haaparanta procura mostrar que as origens da tese segundo a qual o verbo ‘ser’ é ambíguo em determinados contextos remonta no máximo ao princípio do século XIX, e não à filosofia grega, como sustentam alguns filósofos e lingüistas. Segundo ela, tal tese é originada dos trabalhos de Frege e de Russell, que foram os primeiros a definir e formalizar uma multiplicidade de significados do verbo. Ela rejeita totalmente que haja alguma semelhança entre o tratamento dado por Frege ao conceito e aquele dado por Aristóteles. Segundo a autora, a distinção aristotélica não possui nada em comum com a distinção dos diferentes significados do verbo ser feita por Frege e Russell. Pelo que se pôde ver em Miller, no entanto, uma influência pelo menos indireta é quase impossível de ser negada, uma vez que as concepções de Kant, que a autora reconhece como influenciadoras de Frege, guardam muitas semelhanças com as de Aristóteles. Cabe lembrar ainda que Aquino

³² Ibid., p. 3. Para mais detalhes, ver também a subseção dedicada ao tema no primeiro capítulo deste trabalho.

³³ Não seria exagero interpretativo identificar aqui também alguns elementos da concepção de Kant sobre o tema.

³⁴ MILLER, op. cit., pp. 2-5. Não é difícil, também, ver aqui uma certa relação com os usos do predicado existencial e de pressuposições existenciais que aparecem em Frege. Como Aquino não admite entidades possíveis (do modo como faz, por exemplo, Kant), todo nome é nome de um existente, e isto por si só já carrega consigo algumas pressuposições existenciais. Isto não significa supor que Frege tenha dois sentidos distintos para o predicado de existência (pois o primeiro uso seria uma subsunção, para ele), mas sim que suas concepções a respeito do tema encontram um correlato nas idéias de Aquino. Com relação ao segundo uso, a comparação pode ser feita de modo mais direto, pois parece tratar-se ali da atribuição da propriedade de não ser vazio a um determinado conceito.

aponta para dois sentidos distintos do conceito de ser, o que contraria a tese da originalidade de Frege no que diz respeito a este tópic.

Haaparanta, no entanto, parece não levar em conta qualquer possível influência que as teses de Aquino possam ter tido sobre Frege. Ela concorda com a larga influência que Kant tem sobre Frege neste assunto, mas lembra também que Frege vai muito além de Kant, e oferece um novo sentido ao conceito³⁵ (para Kant, vale lembrar, o sentido do conceito de ser é o mesmo nos juízos existenciais e nos categóricos, variando apenas no que diz respeito ao modo de apresentação dos juízos). De acordo com ela, as diferentes formalizações que ‘ser’ e ‘existir’ ganham em sua linguagem formal sugerem uma multiplicidade de significados dos mesmos, uma vez que esta linguagem pretende ser a expressão da forma do pensamento, de modo que quaisquer dessemelhanças entre duas formalizações sugerem dessemelhanças em seus significados.

De acordo com o tratamento de Frege e de Russell, o conceito de ‘ser’ pode indicar *identidade* (em enunciados do tipo “A estrela da manhã é Vênus” – $a=b$); *predicação* (“Sócrates é mortal” – $P(a)$); *inclusão em uma classe* (“Cavalos são mamíferos” – $\forall(x)[P(x)\supset Q(x)]$); e *existência*, tanto como *predicação* (“Há satélites naturais em Júpiter” – $\exists(x)S(x)$) quanto como *identidade* (“Sócrates existe” – $\exists(x)[x=s]$)³⁶.

No que diz respeito a enunciados de identidade, o ‘é’ designa a possibilidade de se substituir o nome que ocorre à sua direita pelo nome que ocorre à sua esquerda, em qualquer contexto, sem modificação do valor de verdade das sentenças em que eles ocorrem. Mas ele também pode indicar, segundo a autora, uma relação entre objetos, uma vez que Frege considera idênticos dois objetos que caem sob os mesmos conceitos (embora fique em aberta a questão sobre se estes conceitos formam a determinação completa de tais objetos, pois em tal caso tratar-se-ia de uma relação de auto-identidade); ou ainda seria ele um indicador metalingüístico do número de sentidos que um mesmo referente pode ter; ou, por fim, uma relação do objeto consigo mesmo³⁷.

Os enunciados predicativos relacionam-se com o que Frege chama *subsunção*. Nestes enunciados a cópula (que, diga-se de passagem, não possui uma contrapartida formal) indica que um determinado objeto cai sob um determinado conceito, ou seja, que o conceito em

³⁵ HAAPARANTA, 1985a, p. 128.

³⁶ As formalizações apresentadas não são idênticas, no que diz respeito à aparência, àquelas propostas por Frege. No entanto, por serem mais simples de manipular graficamente, as formalizações aqui adotadas são aquelas utilizadas por Russell e introduzidas por Peano. Na linguagem formal de Frege, vale lembrar, não há sequer um símbolo específico para o quantificador existencial, que é expresso apenas por meio da negação da generalidade (cf. HAAPARANTA, 1985a, p. 15).

³⁷ HAAPARANTA, op. cit., p. 60-61.

questão é um *propriedade* de tal objeto. Neste caso parece claro que este sentido de ‘ser’ possui força existencial, uma vez que ele sempre ocorre no contexto da subsunção de um objeto determinado sob um conceito. Como não há objetos possíveis, de “Sócrates é mortal” pode-se deduzir “Sócrates é” ou “Sócrates existe”.

O terceiro tipo de enunciado versa sobre o fato de um conceito estar vinculado a outro, numa relação de pertinência. Assim sendo, a tudo que o primeiro conceito que aparece no enunciado se aplique, se aplicará também o segundo. Esta relação é denominada por Frege *subordinação*, e os conceitos que fazem parte dela são *notas características* uns dos outros. Nestes casos a cópula não possui força existencial, pois trata-se de mero jogo conceitual, o que não pode determinar a existência de um objeto que instancie os conceitos que dele fazem parte. Veja-se esta passagem dos *Fundamentos da Aritmética*:

É certo que à primeira vista a proposição ‘Todas as baleias são mamíferos’ pareça tratar de animais; mas se perguntarmos de que animais se está falando, não se pode indicar nenhum em particular. Posta uma baleia diante de nós, nossa afirmação não afirmará nada a seu respeito. Não se poderia deduzir que o animal em questão fosse mamífero sem admitir a proposição de que é uma baleia, o que nossa proposição não implica. De modo geral, é impossível falar de um objeto sem de alguma maneira designá-lo ou nomeá-lo. (...) Que nossa proposição somente possa ser legitimada mediante a observação de animais singulares, isto nada prova quanto ao seu conteúdo.³⁸

Pode-se ver que, se Frege diverge de Kant no caso da subsunção, atribuindo-lhe força existencial, aqui ambos autores estão de acordo. A diferença diz respeito ao fato de ser a ontologia kantiana mais rica em entidades, admitindo entidades possíveis que instanciem conceitos. Tal riqueza tem como consequência o fato de que, para Kant, mesmo nas subsunções não se poder determinar se o objeto existe (isto, segundo ele, só pode ser feito por meio do recurso à experiência).

Enunciados existenciais gerais constituem o tipo genuíno de enunciados existenciais. Eles informam que o conceito em questão não é vazio, que a ele correspondem instâncias. Neste caso, ‘existe’ é um predicado de segundo nível, uma propriedade de conceitos. É deste sentido de existência que fala Frege na célebre passagem dos *Fundamentos da Aritmética*:

De fato, a afirmação de existência nada mais é que a negação do número zero. Por ser a existência uma propriedade de conceito, a prova ontológica da existência de Deus não atinge seu objetivo.³⁹

Para Frege o problema do Argumento Ontológico talvez não esteja na conclusão, que não apela à experiência para atribuir existência a um objeto, mas sim na segunda premissa, que

³⁸ FREGE, 1974, p. 245

³⁹ Ibid., pp. 247-248.

subordina o conceito de existência ao de perfeição, tratando-o, portanto, como nota de um conceito, e não como propriedade. Neste sentido o predicado de existência é utilizado como o conceito no caso de juízos de predicção de uma propriedade com relação a um objeto. Assim como o conceito é algo totalmente distinto do objeto, também o conceito de segundo nível é totalmente distinto dos de primeiro nível.

Haaparanta sugere que a leitura fregeana do conceito de existência esteja vinculada à sua concepção de que não se pode falar de um objeto e de sua existência de modo direto, ou seja, sem levar em conta as propriedades que este objeto instancia⁴⁰. Ela vê nesta posição uma forte influência de Kant, e mostra duas vias pelas quais ele pode ter influenciado Frege: primeiramente, ao dizer que existência não é um predicado real, e, em segundo lugar, por considerar a existência uma “propriedade do pensamento que se tem sobre uma coisa”, o que em Frege aparece como uma propriedade de segundo nível.

Os enunciados da forma existencial identitária, apesar de serem os que geram mais polêmica quanto à sua interpretação, não são levados em conta na construção da linguagem formal de Frege⁴¹. As razões para isso dizem respeito às pressuposições existências de uma linguagem bem-formada, de acordo com as quais todo nome deve possuir um referente, o que tornaria tais enunciados sempre triviais. A autora atribui as pressuposições existências de Frege ao fato de que, em sua ontologia, não há lugar para objetos possíveis. Não é possível conceber, de acordo com sua visão, que objetos que não são atuais *neste* mundo sejam atuais em outros mundos possíveis, e assim instanciem conceitos. O quantificador, aliás, ocupa um lugar central na obra de Frege, pois estão a ele vinculadas as condições de verdade ou falsidade de uma sentença: como o quantificador varia sobre todo o universo (o qual é composto, para Frege, por objetos e propriedades de objetos, aos quais correspondem as constantes individuais, ou nomes, e as constantes para predicados ou relações), uma sentença do tipo “Todo x é P” ($\forall(x)P(x)$) será verdadeira se todos os objetos do universo possuírem a propriedade P; e uma sentença do tipo “Existe um x que é P” ($\exists(x)P(x)$) será verdadeira se pelo menos um objeto possuir tal propriedade. No entanto, não há ainda nos logicistas uma noção da teoria da quantificação tal como a concebemos hoje. Isto justamente porque eles entendiam o quantificador como variando sobre todos os indivíduos, ou, em outras palavras, sobre o universo. Não há, para Frege, uma possibilidade de interpretar os quantificadores em domínios diversos, pois não há “domínios”, mas sim “o domínio”; e as leis contidas no

⁴⁰ HAAPARANTA, op. cit., p. 143.

⁴¹ O único lugar na obra de Frege em que tais enunciados recebem maior atenção é no *Diálogo com Pünjer sobre existência*.

sistema de Frege devem valer para tudo o que existe neste domínio único. Para Frege a lógica é o sistema das verdades mais gerais acerca do universo, de modo que não se pode dizer que ela não possua um conteúdo. Seu conteúdo consiste justamente nessas verdades gerais. Neste sentido, a lógica não é vista como uma estrutura sem conteúdo, e que se “aplique” a algum conteúdo determinado⁴².

Assim, o conceito de ser nunca servirá para distinguir dois objetos, pois ele se aplica a todos eles. Um juízo da forma “*a* existe” será sempre ou auto-evidente, dadas as pressuposições existenciais envolvendo nomes próprios, ou destituído de sentido, mas nunca falso (pois isso implicaria que se aceitasse que o nome denotasse algo e ao mesmo tempo se negasse que ele existisse). Segundo Haaparanta, Frege chega a sugerir que se leia enunciados desta forma como “O nome ‘*a*’ possui referente”, mas isto seria impossível de ser expresso dentro do sistema, pois a metalinguagem, para ele, não é legítima.

2.2.1. Sobre a ambigüidade do conceito de existência em Frege

Por poderem ser interpretadas sob diversos pontos de vista, as teses de Frege a respeito do conceito de existência algumas vezes recebem leituras em que tais pontos de vista se confundem, dando origem a supostas ambigüidades que contrariam os interesses originais do autor. Não é raro ver comentadores atribuindo a Frege um uso ambíguo do conceito de existência. Geralmente se toma como fundamento para esta interpretação ora a distinção entre os dois domínios de entidades objetivas, ora uma suposta diferença que existe entre os sentidos do predicado de existência quando aplicado a objetos e quando aplicado a conceitos. A ambigüidade poderia residir, assim, tanto entre dois tipos supostamente diferentes de existência, a saber, a atual e a não-atual, quanto entre dois diferentes usos do quantificador existencial, um aplicado a uma predicação ($\exists xPx$) e outro a uma relação de identidade ($\exists x(x=a)$). O objetivo desta seção será tentar mostrar que o descuido com algumas distinções importantes para a teoria fregeana pode levar a uma interpretação equivocada da mesma.

Serão considerados aqui os dois tipos de ambigüidade acima mencionados, embora outros elementos que podem sugerir uma leitura ambígua do conceito de existência na obra de Frege possam surgir em meio a discussão. Tentar-se-á mostrar que as supostas ambigüidades não chegam a representar um problema para Frege, pois não criam problemas com relação ao projeto fregeano de criação de uma linguagem formalmente adequada à ciência.

⁴² Para maiores detalhes sobre as origens da teoria da quantificação, ver GOLDFARB, 1979.

Primeiramente será analisada a argumentação de Maria Luísa Soares, na terceira seção de seu artigo *A Noção de existência em Frege*, na qual ela apresenta uma leitura que parece sugerir dois sentidos ao conceito de existência, tanto no tocante ao uso aplicado a conceitos e a objetos de modos supostamente distintos quanto no que diz respeito ao tipo de existência que um objeto poderia ter (atual ou não-atual). Em seguida as teses de Haaparanta, encontradas em uma seção de *Frege's Doctrine of Being*, serão também examinadas. Estas dizem respeito a uma ambigüidade relativa ao próprio uso do quantificador existencial, que possuiria duas aplicações distintas. As teses de Soares parecem se referir a um âmbito pré-formal da discussão, uma vez que são ali misturadas diversas perspectivas. Já as de Haaparanta parecem restringir-se a um âmbito formal, no qual há menos noções envolvidas.

Maria Soares vê a ambigüidade do conceito de existência explicitamente formulada na introdução obra *Leis Básicas da Aritmética*, onde Frege parece estar distinguindo claramente dois sentidos do conceito: o de atualidade (primeiro nível) e aquele expresso por 'há' (segundo nível):

Com isto... [a confusão dos lógicos psicologistas entre conceito e objeto, propriedade e nota] se relaciona a sua concepção errada sobre os juízos da linguagem corrente que se exprimem em 'há...'. Esta existência o Sr. Erdmann confunde com atualidade (vol. I p. 311) que, como vimos, também é claramente distinta de objetividade. De que coisas estamos nós a afirmar que é atual quando dizemos que 'há raízes quadradas de 4'? De 2 ou -2? Mas nem um nem outro são nomeados aqui de modo algum. E se eu desejasse dizer que o número 2 atua ou é ativo isto seria falso e completamente diferente daquilo que eu digo com a frase 'Há raízes quadradas de 4'. A confusão é das mais grosseiras possíveis; porque não se trata de conceitos de mesmo nível, mas sim de conceitos de primeiro e de segundo nível.⁴³

Nesta passagem, porém, é necessário ter cuidado com as distinções para as quais Frege está apontando. Tanto a objetividade quanto a atualidade, bem se vê, são apontadas como dois modos distintos de apresentação de um objeto. No entanto, nenhuma delas está relacionada com a existência expressa por 'há...'. Ao que tudo indica esta é a noção formalmente relevante de existência. Os outros dois sentidos que ela pode ter – os quais, diga-se de passagem, são totalmente distintos deste sentido mais relevante – só podem possuir o status de ser um sentido do conceito de existência num nível pré-formal, no qual ainda podem importar para a caracterização do mesmo certas noções epistemológicas como aquelas relativas ao modo de apresentação do objeto. Num âmbito formal, no entanto, elas figurariam apenas como propriedades de objetos, com um sentido totalmente distinto daquele expresso pelo quantificador existencial. Elas poderiam servir para distinguir, por exemplo, um objeto

⁴³ FREGE, 1967 apud SOARES, 1987, p. 59.

espacio-temporal de um objeto lógico, mas nada teriam a ver com a negação do número zero aplicada a um conceito. Dummett argumenta de modo semelhante ao refutar a comparação que Sluga faz entre os sentidos de objetividade e atualidade em Frege com os sentidos de noções supostamente análogas em Lotze. Ele inclusive cita trechos em que fica claro que Frege concebe a atualidade como um predicado de primeiro nível, que se refere ao modo de apresentação de um objeto⁴⁴. Portanto, a passagem citada por Soares se mostra insuficiente para justificar a atribuição de um uso ambíguo do conceito de existência em Frege.

Soares compara também a ambigüidade do conceito de existência com a do conceito de unidade, apresentada nos *Fundamentos da Aritmética* (§ 54). Ali Frege distingue dois sentidos da noção de unidade: um deles seria o sentido coletivo, por assim dizer, de unidade, o qual se aplica a uma coleção de indivíduos que caem num mesmo gênero (por exemplo, os objetos que caem sob o conceito ‘ser mamífero’ formam uma unidade enquanto são todos agrupados sob um mesmo aspecto); ou a cada indivíduo desta mesma coleção, considerado *qua* indivíduo, *qua* algo singular. Após apresentar os dois sentidos do conceito de unidade, a autora compara-os aos sentidos do conceito de existência:

Enquanto o primeiro sentido (...) apresenta uma nítida analogia com a existência como quantificador existencial (existência no sentido estritamente lógico), este segundo sentido remete para um outro sentido de existência: aquele que se predica, não dos conceitos, mas dos próprios objetos reais que sob eles caem, a existência de cada coisa (...) como coisa em si mesma única e irrepetível.⁴⁵

Um destes sentidos (expresso como predicado de objetos) é relacionado, segundo a autora, à existência dos objetos pertencentes ao domínio objetivo atual (*wirklich*), e o outro (expresso pelo quantificador existencial) ao objetivo não-atual.

Uma tal hierarquia do próprio universo [a divisão em objetivo atual, objetivo não-atual e subjetivo] tem evidentes reflexos na linguagem: a existência não pode ser atribuída univocamente ao que é atual e o que pertence ao objetivo não-atual.⁴⁶

É mister reconhecer que há uma multiplicidade de sentidos em que se pode falar de existência na obra de Frege. Porém se deve ter cuidado para que não se tome as distinções que são feitas num âmbito pré-formal, argumentativo, por distinções que valham para o sistema formal que Frege pretende criar. Não obstante, mesmo que se admita que Frege reconheça ambigüidades no conceito de existência, elas não se encontram onde Soares tenta mostrar. Ela talvez esteja certa ao fazer uma analogia entre os sentidos de unidade e de existência. De fato, parece haver na linguagem comum um uso do conceito de existência como um predicado de

⁴⁴ DUMMETT, 1982, pp. 110-114.

⁴⁵ SOARES, 1987, p. 59.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 61.

predicados e outro como predicado de objetos. Mas não é o caso, todavia, que a atualidade e a objetividade não-atual estejam relacionadas diretamente com a existência entendida como um predicado de primeira ordem e a existência expressa por meio do quantificador existencial. Se ao modo de apresentação dos objetos, ou modo de se dar, (atual ou não-atual) correspondesse um sentido da noção de existência, entendida enquanto predicado de indivíduos, tal sentido teria o mesmo caráter para ambos os casos: se trataria de um predicado de primeiro nível, que se aplica a objetos. Assim, do número 2 se diria que ele existe objetiva, mas não atualmente, e do monte Everest que ele existe objetiva e atualmente. Em ambos os casos, se estaria fazendo uma subsunção de um objeto sob um conceito, o que não tem nada a ver com a subsunção de um conceito de primeiro nível em um conceito de segundo nível, que é expressa formalmente pela quantificação existencial.

A existência expressa pelo quantificador existencial é aquela que Frege define como a negação do número zero atribuída a um conceito. Neste sentido, não importa se o objeto que cai sob o conceito é atual ou meramente objetivo; se há um objeto que cai sob o conceito ‘F’, isto basta para que se diga que ‘há F’s’. Trata-se da mesma noção de existência envolvida nas duas sentenças: ‘Há homens’ e ‘Há raízes quadradas de 4’. Em ambos os casos se trata de uma quantificação existencial, embora as entidades que permitem afirmar a primeira sentença tenham um modo de se dar diferente daquele das entidades que permitem a segunda afirmação. Isto por si só já basta para refutar a equiparação de Soares entre atualidade e existência como predicado de primeiro nível e entre objetividade e existência como propriedade de segundo nível.

Como o próprio Frege observa, num trecho de *Leis Básicas da Aritmética*, seria pouco favorável para ele a “tendência generalizada de reconhecer como existente apenas aquilo que pode ser percebido pelos sentidos”⁴⁷, pois, caso contrário, o projeto logicista, no qual os números figuram como objetos, fracassaria antes mesmo de começar. Além disso, como mostra Haaparanta, Frege reconhece em textos mais tardios que em algum sentido se deve conceder atualidade a entidades objetivas como os pensamentos, uma vez que eles podem ser apreendidos por alguém e, com isso, passar a atuar causalmente no mundo⁴⁸. As diferenças entre o atual e o meramente objetivo só podem ser consideradas de um ponto de vista epistemológico, isto é, do ponto de vista da maneira como se apresentam *a nós*. Somente assim se pode falar que há dois sentidos diferentes de ‘existir’: existir como um objeto dos sentidos e existir como um objeto do pensamento. Estes sentidos, todavia, são totalmente

⁴⁷ FREGE, 1967 apud SOARES, 1987, p. 61.

⁴⁸ HAAPARANTA, 1985a, p. 152.

irrelevantes para os objetivos de Frege, e em nada se assemelham ao sentido expresso pelo quantificador existencial. Como predicado de segundo nível, o conceito de existência parece não possuir ambigüidades; estas surgem, se é que se pode dizer que surgem, somente quando ele é considerado predicado de primeiro nível, quando tornam-se relevantes distinções concernentes ao modo de apresentação dos objetos no domínio objetivo de entidades.

Haaparanta, no entanto, parece não concordar que o quantificador existencial não possua um uso ambíguo. Ela vê nas duas diferentes formalizações para enunciados existenciais uma dupla significação para o conceito de existência: uma representada pelo quantificador existencial e o símbolo de identidade e outra representada pelo quantificador e o símbolo de predicação.

A discussão acima mostra que Frege assume que 'existe' e o 'é' da existência possuem duas leituras: eles podem referir tanto a um conceito vazio de primeira ordem, o qual ele tenta tratar de um ponto de vista pragmático, ou a um conceito significativo de segunda ordem. No primeiro caso o enunciado existencial se torna significativo se ele é transformado em um enunciado metalingüístico que expressa que um dado nome próprio tem uma referência. No último caso o enunciado nos diz que um conceito é instanciado, i.e., que há um objeto que possui uma dada propriedade.⁴⁹

Após sustentar estes pontos de vista, a autora continua:

Existência de primeiro nível é formalizada por meio do quantificador existencial e do símbolo de identidade, enquanto existência de segundo nível é expressa por meio do quantificador existencial e do símbolo de predicação.⁵⁰

A ambigüidade quanto ao nível parece não ser aqui da mesma natureza que aquela indicada por Soares. Pois neste caso se trata de um conceito trivial de primeiro nível, o que não ocorria na argumentação de Soares. Para ela o predicado de primeiro nível não seria trivial, pois haveriam dois tipos de objetos, de modo que o predicado serviria para distinguir entre objetos de domínios diferentes. Mas no caso de Haaparanta a situação é um pouco diferente. Ali o predicado de primeiro nível é trivial porque se aplica a todo objeto (não importando sua natureza, se meramente objetiva ou se atual). Nota-se, assim, que este predicado de primeiro nível possuiria um sentido análogo ao do de segundo nível (o que não acontecia no caso do predicado não trivial de primeiro nível que Soares indicava), a saber, ele

⁴⁹ "The above discussion shows that Frege assumes 'exists' and the 'is' of existence to have two readings: they may refer either to an empty first-order concept, which he tries to treat from a pragmatic point of view, or to a meaningful second-order concept. In the former case the existential statement becomes meaningful if it is transformed into a metalinguistic statement which expresses that a given proper name has a reference. In the latter case the statement tells us that a concept is instantiated, i.e., that there is an object which has a given property." (HAAPARANTA, 1985a, pp. 140-141).

⁵⁰ "First-order existence is formalized by means of the existential quantifier and the symbol for identity, while second-order existence is formalized by means of the existential quantifier and the symbol for predication." (Ibid., p. 141).

seria também algo como a negação do zero, só que desta vez não aplicada a um conceito, mas a um objeto (daí sua trivialidade).

Assim, em ambos os casos haveria uma quantificação existencial. “Sócrates existe” e “Homens existem” seriam formalizados como $\exists x(x=s)$ e $\exists xHx$, respectivamente. Estas duas fórmulas, na notação bidimensional da conceitografia, não possuem diferença no que diz respeito à parte gráfica (ambas possuem a barra de conteúdo, a de asserção, a concavidade que expressa generalidade e os dois símbolos de negação), ou seja, no que tange às constantes lógicas. As diferenças surgem apenas na parte relativa às constantes não-lógicas (símbolos para predicado, nome e relação). Cabe, então perguntar por que se deveria considerar os enunciados existenciais sobre objetos como contendo uma predicção de primeiro nível de existência se não há, na linguagem objeto, nenhum símbolo de predicado que expresse tal sentido deste conceito? Por que não considerar que no escopo do quantificador existencial esteja uma relação de identidade ($x=y$), a qual se transforma em um conceito quando se substitui uma das variáveis relacionadas por uma constante individual ($x=a$), de modo que a quantificação dê origem a uma sentença (uma fórmula fechada do tipo $\exists x(x=a)$), que fale sobre algo que já é pressuposto, e portanto trivial (o fato de que o nome possui um referente)? Isto evitaria que se confundisse duas coisas que parecem não se confundir: a atribuição de existência a um nome e a atribuição de atualidade a um objeto. A primeira atribuição guarda o caráter de predicado não-real que Kant atribuiu ao conceito (porque nada modifica no conteúdo daquilo de que é predicado), mas a segunda não, pois informa algo a respeito da própria natureza do objeto (que ele é um objeto dos sentidos ou que toma parte em relações causais).

Mas, como Haaparanta bem observa, é forçoso reconhecer que há pelo menos um problema se sentenças da forma $\exists x(x=a)$ são admitidas na conceitografia. O problema diz respeito ao fato de que mesmo que o conceito de existência não possa estar contido em um conjunto de conceitos de primeiro nível, Frege não pode admitir que os enunciados da forma acima descrita sejam significativos, não-triviais. Isto seria consentir que o conceito de existência possuísse um uso significativo em primeiro nível! Haaparanta parece dar uma sugestão bastante adequada para a solução deste impasse:

Se nós dizemos que *a* existe e se alguém nos pergunta o que é que existe, nós não estamos habilitados para responder a questão de outra maneira que mencionando alguns dos conceitos sob os quais aquele objeto cai. Nós podemos dizer que a sentença ‘*a* existe’ significa que há um objeto que possui as propriedades P, Q, R, etc.. Existência aparece como um conceito de segundo nível, que significa instanciação de um feixe de propriedades. Mas uma vez que nós não podemos dizer

o que o objeto a é abstraído de nossos conceitos, nossa resposta à questão a respeito do que a é em si mesmo vem a ser dizer que a é a (...).⁵¹

Também se poderia evitar a atribuição direta de um conceito de segundo nível a um objeto alegando que o quantificador existencial está subsumindo o conceito de primeiro nível ‘ser idêntico a a ’. Mesmo assim permanece a pergunta pela informatividade de enunciados deste tipo. Nada garante que ‘ser idêntico a a ’ é um conceito trivial. Mas, neste ponto, cabe lembrar que as pressuposições existenciais não são explícitas, mas sim pressupostas sem explicitação. Assim, a trivialidade destes enunciados está garantida pelas pressuposições existenciais que acompanham os nomes próprios, não como notas dos conceitos que porventura os definem, mas como requerimentos externos à formalização da linguagem. De qualquer modo, a proposta de Haaparanta, é de que se rejeite na conceitografia os enunciados deste tipo problemático, uma vez que, além de conter uma subsunção um tanto obscura (a do objeto sob o conceito de existência), contêm também a pretensão de dizer algo que não poderia ser dito, a saber, aquilo expresso pelo sentido de um enunciado de identidade⁵².

Haaparanta vê a ambigüidade do conceito de existência entre a existência dos objetos em si mesmos, que seria um sentido equivalente ao de primeiro nível, e a existência enquanto atribuição da propriedade ‘possuir referente’ a um conceito, equivalente ao uso em segundo nível. Com isso pode-se distinguir três tipos de ambigüidades que se pode encontrar no conceito de existência em Frege. O primeiro é aquele apontado por Soares (entre o atual e o meramente objetivo), que, como foi visto, mesmo se for considerada uma ambigüidade não chega a constituir um problema para as intenções de Frege, uma vez que não se trata de uma ambigüidade no nível formal da teoria. A segunda ambigüidade se dá entre dois usos diferentes do quantificador existencial. Finalmente, outra ambigüidade seria entre um conceito de primeiro nível, atribuído diretamente a um objeto (enquanto existente em si) e um operador como o quantificador existencial. Todas estas possíveis ambigüidades, como foi visto, podem ser afastadas com certa facilidade da doutrina fregeana a respeito do conceito de ser.

Mais elementos relativos a supostas ambigüidades no conceito fregeano de existência serão encontrados na próxima seção, bem como no próximo capítulo, quando será discutida a

⁵¹ “If we say that a exists and if someone asks us what it is that exists, we are not able to answer the question in any other way than by mentioning some of the concepts under which the object falls. We can say that the sentence ‘ a exists’ means that there is an object which has the properties P, Q, R, etc.. Existence turns out to be a second-order concept, which means instantiation of a bundle of properties. But since we cannot say what the object a is as abstracted from our concepts, our answer to the question concerning what a is in itself comes down to saying that a is a (...).” (HAAPARANTA, 1985a, p. 142).

⁵² Ibid., p. 143.

posição de Forgie⁵³, de acordo com a qual há quase uma identidade entre as teses de Frege e de Kant sobre o conceito de existência.

2.3. O Diálogo com Pünjer sobre Existência

Uma das obras de Frege que mais gera polêmica quanto a uma possível concessão, da parte de Frege, de um uso de primeira ordem do conceito de existência, é sem dúvida o *Diálogo com Pünjer sobre Existência*⁵⁴. A seguir será feita uma reconstrução dos principais pontos do diálogo, bem como dos comentários que Frege faz sobre o mesmo. Tentar-se-á, por fim, mostrar que as concessões que Frege faz parecem ser mais de caráter argumentativo, uma vez que na maior parte dos casos sua argumentação se dá por *reductio ad absurdum*, ou seja, ele assume como verdade justamente o contrário daquilo que quer provar para a seguir, mediante o surgimento de uma contradição, negar o que tinha assumido destarte.

O “plano de ataque” de Frege consiste principalmente em mostrar as contradições a que Pünjer é forçado por considerar um uso de primeira ordem ao conceito de existência, ou seja, por querer conferir um status de informatividade a enunciados existenciais sobre objetos. Para isso Frege utiliza-se dos próprios pressupostos de seu interlocutor, como o fato de ele atribuir o mesmo significado a ‘existe’, a ‘há’ e a ‘ser experienciável’; ou usar o conceito de existência aplicado a objetos ou a conceitos da mesma forma; ou ainda confundir nota característica com propriedade. O procedimento utilizado é, então, o de partir de determinadas premissas e se chegar a contradições insuperáveis; um procedimento por *reductio ad absurdum*, portanto.

A posição defendida por Pünjer tem como ponto de partida a equiparação entre os significados do conceito de existência expressos por ‘existe’ e ‘há’ e o conceito de ‘ser experienciável’⁵⁵. Assim, o enunciado “Há homens” significa o mesmo que “Homens existem” ou “Ao conceito ‘homem’ corresponde algo que pode ser experienciado”. Além disso, ele quer conferir aos enunciados existenciais afirmativos sobre indivíduos um caráter não-trivial, sem, em contrapartida, admitir que os juízos existenciais negativos sobre indivíduos sejam possíveis – o que significa que ele dá um tratamento assimétrico a dois enunciados do mesmo gênero. Os juízos existenciais afirmativos não são auto-evidentes, segundo ele, porque se pode criar conceitos vazios – e aqui se vê já o primeiro problema que

⁵³ FORGIE, 2000.

⁵⁴ FREGE, 1979.

⁵⁵ Ibid, p. 53.

surge de se igualar o uso de primeira ordem (aplicado a objetos) do conceito de existência com um uso de segunda ordem (aplicado a conceitos de primeira ordem), pois Pünjer defende um uso informativo do conceito de existência aplicado a indivíduos recorrendo à sua informatividade quando aplicado a conceitos.

Além disso, Pünjer sustenta que em juízos existenciais o sujeito real é o indivíduo – tanto em enunciados com nomes próprios quanto em enunciados sobre conceitos, nos quais o verdadeiro referente é, segundo ele, o objeto que cai sob o conceito. Assim sendo, a negação desse tipo de enunciado somente é possível numa metalinguagem, como, por exemplo, em juízos como “A sentença ‘*x* pode ser experienciado’ é falsa”⁵⁶, nos quais *x* representa um nome próprio, ou o referente individual de um conceito. Dessa maneira Pünjer dá o mesmo tratamento a juízos existenciais singulares, juízos existenciais gerais e juízos particulares, dizendo que em todos o sujeito é um indivíduo. De modo que “João existe” é equivalente a “Há homens”, que por sua vez equivale a “Algo existente é um homem”. Ele faz uma redução dos enunciados existenciais a enunciados particulares.

Por fim, outro aspecto importante de sua argumentação diz respeito ao fato de ele reconhecer duas espécies de objetos, a saber: os “formados por algo afetando o *eu*”, que são os objetos da experiência, e os formados pelo *eu* sem relação com a experiência, que são apenas objetos de idéias.

Frege objeta as posições de Pünjer como um todo, ou seja, pelo fato de que é impossível sustentar, sem cair em contradições, as teses principais acima expostas. O primeiro ponto que se pode atacar é que se ‘ser experienciável’ equivale a ‘haver’ e a ‘existir’; e se existem objetos que não podem ser experienciados (aqueles que não são formados por algo afetando o ego); pode-se concluir que o que foi dito anteriormente significa “Existem objetos que não existem”, o que é uma contradição.

Outra objeção se funda sobre a equiparação de enunciados como “Há homens”, “Alguns homens existem” e “O objeto do conceito ‘homem’ pode ser experienciado” ou “Algo que pode ser experienciado é um homem”, juntamente com a tese segundo a qual juízos existenciais sobre indivíduos não são auto-evidentes. Ora, os juízos existenciais como “Há homens” somente podem ser transformados em juízos particulares compostos de sujeito e predicado se o conceito em questão pode ser decomposto em duas das notas características que o compõem, como, por exemplo ‘animal’ e ‘racional’, de modo que o enunciado possa ser convertido em “Alguns animais são racionais”. Se se quer fazer algo com validade universal,

⁵⁶ Ibid., p. 53.

deve-se procurar um conceito que superordene todos os demais, como, no caso o conceito de ‘ser experienciável’ escolhido por Pünjer. Tal conceito deve ser nota característica de todo e qualquer conceito, e, dessa forma, nada acrescentará ao conceito em questão, pois é algo já pressuposto em qualquer conceito. Aqui duas contradições podem ser apontadas: 1) a primeira diz respeito à informatividade dos enunciados existenciais para indivíduos sustentada por Pünjer, pois se o conceito de ‘ser experienciável’ é universalmente aplicável, este tipo de enunciado é tautológico; 2) a segunda refere-se ao fato de Pünjer distinguir objetos que podem ser experienciados de objetos que não podem sê-lo, o que contradiz a condição de que o conceito ‘ser experienciável’ seja superordenador de todos os demais.

Frege mostra, nos comentários finais sobre o diálogo⁵⁷, que não se consegue sair desta dicotomia nem mesmo se se considera o conceito de ‘ser’ como superordenador de todos os demais, pois se o objetivo é atribuir algum conteúdo aos enunciados existenciais, e se o conceito de ‘ser’ é considerado uma nota característica de todos os outros conceitos, o objetivo torna-se impossível de ser alcançado, pois a informatividade dos juízos existenciais tem como condição o fato de que haja casos em que o ser possa ser negado de um sujeito. Desta maneira, sustentar a informatividade dos enunciados existenciais é incompatível com a proposta de se reduzir enunciados existenciais a particulares, sob o preço de se criar enunciados contraditórios tais como “Algo que possui ser não é”. Logo, pode-se concluir que os enunciados existenciais não são redutíveis a particulares, e o sentido expresso por ‘há’ não é o mesmo expresso por ‘ser experienciado’ ou ‘ser formado por algo afetando o ego’.

Isto pode ser comprovado por exemplos práticos, tais como os que Frege elenca nos comentários ao diálogo. Segundo o autor, quando se questiona se, por exemplo, há vida em outros planetas, não se está perguntando se a idéia de vida em outros planetas foi causada por algo afetando o ego, mas sim se tal idéia possui realmente um referente na realidade.

No diálogo Frege chega até a admitir um uso de primeira ordem do conceito de existência, mas sem admitir que sentenças dessa forma sejam informativas. Para ele, “Algo existente é um homem” somente pode significar o mesmo que “Há homens” se o conceito ‘coisa existente’ seja superordenador; mas, neste caso, não há como sustentar que juízos deste tipo sejam informativos, e, além disso, se pode criar sentenças como “Algo existente é um unicórnio”, uma vez que todo conceito está subordinado ao conceito ‘coisa existente’.

As principais teses que Frege parece sustentar são a de que ‘haver’ e ‘existir’ entendido como um predicado de indivíduos, não são equivalentes, pois são de níveis

⁵⁷ Ibid., pp 64 e ss.

diferentes: enquanto um se refere a indivíduos o outro se refere a instanciação de conceitos. Deste modo, o conteúdo de enunciados como “Há homens” (entendido como “Homens existem”) não está em “existem” mas sim na forma do juízo particular, ou seja, ‘existência’ não é um predicado real nestas sentenças, mas sim o indicativo de que o conceito em questão é instanciado, possui referente. No entanto, devido ao fato de Frege não considerar adequado o uso do conceito de existência como sendo de primeira ordem, tal conceito possui o mesmo sentido de ‘haver’, e, assim, a conversão para “Homens existem” torna-se possível, com a observação de que neste caso a palavra ‘existem’ nada acrescenta ao sujeito, pois refere-se apenas à forma do juízo existencial, ou seja, ao fato de o conceito possuir referentes, e, portanto, não há uma verdadeira redução dos juízos existenciais aos particulares – o que Frege verifica é justamente o contrário: os juízos particulares é que podem ser todos transformados em existenciais, como, por exemplo, “Alguns mamíferos são aquáticos” pode ser transformado em “Há mamíferos aquáticos”⁵⁸.

Neste sentido, ‘existência’ não pode ser tida como nota característica de um conceito de primeira ordem, pois ela está num nível superior a estes conceitos, e, portanto, é uma propriedade destes. Assim, a relação que se estabelece entre ambos nunca pode ser de subordinação, pois se trata de uma ‘subsunção em’, ou seja, de um caso em que um conceito de nível superior é propriedade – e não nota característica – de outro de nível inferior. Assim, o que se observa é que o principal objetivo de Frege é mostrar que a tentativa de tornar equivalente, em uso e em significado, conceitos de níveis diferentes de linguagem gera contradições insuperáveis; bem como mostrar que juízos existenciais sobre indivíduos não são incorretos, mas sim tautológicos quando afirmativos e auto-contraditórios quando negativos, pois um nome próprio pressupõe sempre a existência do seu referente numa linguagem bem formada. De modo que as tentativas de encontrar alguma sugestão de Frege para um uso de primeira ordem do conceito de existência ao que parece não conseguem alcançar seus objetivos, pois quando Frege admite tal uso o faz apenas para mostrar que ele é limitado a tautologias sobre objetos ou que ele leva a sérias contradições.

⁵⁸ Ibid., p. 63.

3. DOIS ESTUDOS DE CASO: FREGE E KANT COMPARADOS

Neste capítulo será feita uma comparação entre as teses de Frege e as de Kant sobre os conceitos de ser e de existência por meio de dois estudos de caso: as refutações das provas ontológicas para a existência de Deus e as concepções a respeito da formação e taxonomia de conceitos vazios. Estes temas foram escolhidos por facilitarem a comparação das posições dos autores, as quais, embora semelhantes à primeira vista, mostram-se radicalmente distintas quando se leva em conta as motivações que se escondem por detrás delas. Como se tentará mostrar, Kant tem uma abordagem sensivelmente mais rica em distinções de caráter epistemológico, ao passo que Frege restringe seu método ao âmbito lógico, o que dá origem a um sistema mais rigoroso, embora menos capaz de poder dar conta de certos pormenores que uma abordagem mais ampla como a de Kant pode dar.

Na primeira seção deste capítulo serão expostas as refutações de Kant e de Frege, respectivamente, ao assim chamado Argumento Ontológico. Na segunda seção será apresentada uma exposição a respeito das teorias de ambos autores a respeito da formação de conceitos, com ênfase na formação e taxonomia de conceitos vazios.

3.1. O Argumento Ontológico

Apesar de parecerem semelhantes, as argumentações de Kant e de Frege contra a prova da existência de Deus conhecida como Prova Ontológica ou Argumento Ontológico são bem distintas entre si. Na obra de Kant esta argumentação aparece já no período pré-crítico e, embora ainda não seja ali apresentada como uma refutação categórica de toda e qualquer prova deste tipo (mas apenas das que foram apresentadas até então), já apresenta os elementos básicos para esta refutação universal, que será feita de modo completo na *Crítica da Razão Pura*. Em Frege, por sua vez, não se encontra uma refutação tal como em Kant. As críticas de Frege se dirigem especialmente ao tipo de argumento apresentado por Descartes, o qual somente é refutado por erros de tipagem lógica dos conceitos envolvidos. Mas o próprio Frege deixa em aberto a possibilidade de uma prova de existência por meio de simples dedução lógica, o que para Kant, especialmente o Kant crítico, é totalmente inviável. No que segue os argumentos de cada autor serão expostos em detalhe, e ao final será feita uma avaliação da crítica que William Forgie faz tanto aos argumentos de Frege quanto aos de Kant.

3.1.1. A crítica kantiana ao argumento ontológico

A refutação do Argumento Ontológico é um dos resultados principais que a filosofia crítica de Kant alcança. A filosofia da razão pura, como ele mesmo salienta, é mais uma disciplina do que um instrumento para a obtenção de conhecimento¹. Ela tem, portanto, muito mais de negativo do que de positivo, e serve para conter os excessos aos quais a filosofia especulativa pode chegar. Tais excessos dizem respeito, por exemplo, ao uso de conceitos que não possuem intuições que lhes correspondam, como é o caso de conceitos como o de um ser supremo, de uma alma humana, e de mundo concebido como uma totalidade. Estes conceitos eram estudados pela teologia racional, que pretendia dar uma prova da existência de Deus, pela psicologia racional, interessada na imortalidade da alma, e pela cosmologia racional, que tentava dar resposta à pergunta sobre se o mundo é finito ou infinito. Tais disciplinas, que formavam a chamada *metafísica especial* (que, juntamente com a *metafísica geral* ou *ontologia*, formavam o quadro do que se entendia por metafísica na época), por não tratarem de conceitos com referência intuitiva, não eram entendidas como capazes de produzir conhecimento genuíno, uma vez que este, na visão de Kant, deve se originar de duas fontes: a sensibilidade (quer em conteúdo, quer apenas em forma) e o entendimento. Por deverem sempre estar ligadas as duas fontes dos elementos do conhecimento para que haja de fato conhecimento, o argumento ontológico, por se apoiar em meros conceitos já perde todo seu valor.

Apesar de Kant apresentar um fundamento possível de prova da existência de Deus no texto de 1763, ele ali já se mostrava insatisfeito com as pretensas provas da existência de Deus até então apresentadas. O fundamento de prova que ele apresenta difere substancialmente dos argumentos tradicionais, como será visto a seguir.

Kant parte da noção de possibilidade interna (ou absoluta, como ele também a chama) para mostrar que algo deve necessariamente existir para que algo seja possível². Ele distingue entre dois aspectos da possibilidade, o formal e o material. O primeiro diz respeito à mera concordância, à não-contradição, das notas que compõem um determinado conceito. O segundo diz respeito ao conteúdo de tais notas, e à não-contradição destes conteúdos. Assim, algo pode não ser possível de duas maneiras distintas: quando seu conceito é auto-

¹ KANT, 1997, A795/B823.

² Id., 1992b, AK 2:77 e ss.

contraditório, ou quando não há conteúdo neste conceito, isto é, quando falta material para ser pensado.

Disso Kant conclui que não há como negar a existência de tudo, de uma só vez, e ainda assim supor que algo é possível. Isto seria contraditório, não segundo a forma, pois não há uma contradição nominal aqui, mas segundo a matéria, pois não haveria nada de atual, que é o que dá origem material a toda a possibilidade³. Assim, para que algo seja possível, algo deve existir necessariamente. Algo cujo cancelamento acarreta o cancelamento de toda a possibilidade é algo necessário, uma vez que o contingente é aquilo cuja negação pode ser possível. Há, de acordo com isto, um ser absolutamente necessário. Mas isto nada diz ainda a respeito da natureza deste ser. Assim, Kant vai além e expõe argumentos para mostrar que este ser é Deus.

Por conter o fundamento da possibilidade de todas as coisas, este ser deve ser *um*, e não vários. A justificativa é a seguinte: se existissem duas coisas absolutamente necessárias A e B, se poderia dizer que uma delas (B, por exemplo) é possível apenas na medida em que ela é dada através de outra coisa que lhe serve como fundamento (no caso, A), mas isto contradiria a sua definição como um ser absolutamente necessário. Portanto, só há lugar para *um* ser absolutamente necessário. Tal ser também deve ser *simples*, pois caso contrário poderia não ser o caso que sua anulação anulasse também toda a possibilidade. Pois se fosse composto de muitas partes, de acordo com o argumento da unidade do ser absolutamente necessário, estas partes deveriam ser todas contingentes, e apenas o todo formado pelo conjunto delas seria necessário. Mas isto é impossível pelo fato de que um agregado de substâncias não pode possuir mais necessidade em sua existência do que possuem as partes que o compõem, de modo que o todo seria também contingente. Mas isto é impossível pelo fato de que o ser absolutamente necessário, pela própria definição, não pode ser contingente. Além de simples e único, tal ser deve também ser *eterno* e *imutável*, pois contém o fundamento de sua possibilidade e da possibilidade de todas as coisas. Como não pode ter sua existência negada, ele também não pode ter tido geração ou degeneração, e portanto é eterno e imutável.

A realidade suprema também deve ser reconhecida nele, uma vez que nele está contido o material de toda a possibilidade. Tudo o que existe, já está nele contido de alguma forma, da mesma forma que tudo que é possível. Assim, pode-se dizer também que ele contém o mais

³ Kant considera que todo o possível tem origem no atual, quer diretamente (todo atual também é possível), quer indiretamente, por meio de combinação (se pode construir um conceito de um cavalo com asas, pois se tem a idéia de asa e de cavalo, embora a combinação de ambas não seja dada na realidade).

alto grau de realidade. Depois de apresentar este argumento (que, por apelar para a definição de um *ser realíssimo*, parece se assemelhar a um argumento ontológico), Kant apresenta as características que dariam a este ser a natureza de um deus: o entendimento e a vontade. Tais características são apresentadas de modo pouco rigoroso, como o próprio Kant observa. Seu argumento é, grosso modo, o de que o ser realíssimo também deve servir de fundamento para estas faculdades, de modo que elas também já estão contidas nele.

O argumento de Kant não é igual àquele denominado *argumento cosmológico* ou *prova por contingência*, o qual parte do pressuposto de que se algo existe, alguma outra coisa deve existir como seu fundamento, ou seja, parte das possibilidades como sendo conseqüências de uma existência primordial. Também não é igual ao argumento cartesiano, ou *ontológico*, que a partir da possibilidade de um conceito deduz sua necessidade por meio da mera análise das notas que o compõem. Kant faz o contrário do que faz Descartes, como bem observa Gordon Treash, na introdução que ele faz à sua tradução do *Beweisgrund*:

O método cartesiano procede da possibilidade das coisas, como um fundamento, para a existência da atualidade primordial como uma conseqüência derivada deste fundamento. O argumento kantiano inverte completamente o processo. Ele parte das possibilidades, como conseqüências, para o ser necessário, como o fundamento delas.⁴

O argumento ontológico cartesiano, aliás, é já refutado neste texto pré-crítico. A base de refutação é a tese clássica de Kant segundo a qual existência não é um predicado real, ou seja, não pode ser encontrada entre as notas que compõem um conceito de um objeto. Segundo Regina Dell’Oro, Dieter Henrich vê nesta tese o passo decisivo em direção à filosofia crítica de Kant⁵.

Realmente, como já foi visto no primeiro capítulo, a concepção de Kant a respeito do conceito de existência na *CRP* não apresenta nenhuma mudança significativa com relação ao que já havia sido dito no *Beweisgrund*. A observação de Henrich parece muito pertinente,

⁴ “The Cartesian method proceeds from the possibilities as a ground to the existence of the primordial actuality as a consequence derived from this ground. The Kantian argument completely inverts the process. It moves from the possibilities, as consequences, to the necessary being as their ground.” (TREASH, *Introduction In: KANT*, 1979, p. 15). Na terceira parte do *Beweisgrund* Kant apresenta uma taxonomia das provas para a existência divina. Algumas tomam como base o possível e outras o existente. As que tomam como base o possível o fazem com vistas a deduzir dele a existência de Deus como uma conseqüência, ou atribuir esta existência como seu fundamento. As que tomam o existente como fundamento têm como objetivo derivar a existência de Deus como sendo a *causa primeira* de todas as coisas. Os problemas das provas do primeiro tipo está em que de uma forma ou de outra a existência será concluída por meio da análise de um conceito (em outras palavras, ela será concluída a partir da possibilidade), o que já havia sido demonstrado impossível na primeira parte do livro. As provas do segundo tipo, por sua vez, enfrentam todos os problemas que enfrenta o princípio de razão suficiente (“se algo existe, existe alguma outra coisa que não depende de nada”); e, além disso, mesmo que se aceite tal princípio, elas enfrentarão os mesmos problemas das provas do primeiro tipo ao tentar provar a necessidade deste ser ou especular a respeito das propriedades deste fundamento último (ver pp. 223-231).

⁵ DELL’ORO, 1994, p.86.

afinal o requisito de que toda afirmação de existência deva ter uma espécie de evidência empírica, ou, em outras palavras, que não se pode extrair o conceito de existência a partir da mera análise de um conceito, parece apontar na direção da exigência, na *CRP*, de que todo conhecimento seja originado do intercâmbio da faculdade do entendimento com a da sensibilidade.

A crítica ao Argumento Ontológico tradicional, ou Cartesiano, vai um pouco além desta exigência, de acordo com a interpretação de Treash, e é feita de dois modos distintos, embora associados: um diz respeito à lógica, e outro, segundo ele, à relação entre o pensamento e o mundo, à ontologia⁶. Primeiramente o argumento é rejeitado com base nas teses expostas na primeira parte do *Beweisgrund*, de acordo com as quais o conceito de existência não pode ser extraído de outros conceitos por meio de simples análise. E, em segundo lugar, o argumento é rejeitado por não distinguir o aspecto material e o formal da possibilidade, pois a partir da mera não-contradição do conceito de um ser possuidor do mais alto grau de perfeição (que é tido por Kant apenas como o requisito formal da possibilidade) deduz a necessidade da existência do mesmo, sem levar em conta se a possibilidade de um tal ser preenche, além do requisito formal da possibilidade, também o requisito material da mesma, ou seja, o dado material que permitisse pensar um tal ser. Em linhas gerais, pode-se ver já neste texto do período pré-crítico a base de refutação a toda prova de existência feita por meio de análise conceitual: pensar e ser não são a mesma coisa.

As críticas aos argumentos cosmológico e físico-teológico não parecem no texto de 1763 tão distintas quanto na *CRP*, embora a refutação delas seja feita de modo similar nos dois casos. Há, ao que parece, uma equiparação por parte de Kant entre as duas espécies de prova, uma vez que na quarta seção da terceira parte do livro, onde o autor fala que apenas duas provas para a existência de Deus são possíveis: a ontológica e a cosmológica (a primeira toma a possibilidade como ponto de partida, e a segunda a existência). As refutações das provas físico-teológica e cosmológica feitas neste texto serão expostas a seguir.

A prova físico-teológica é tida por Kant como a mais persuasiva ao intelecto humano. Ao observar a beleza e ordem da natureza, facilmente se conclui, por analogia com a capacidade humana de criar algo ordenado, que existe um criador que fez com que o mundo fosse disposto desta maneira, com vistas a algum fim. As críticas de Kant ao argumento físico-teológico são as seguintes. Primeiramente, é digno de nota que a harmonia da natureza parece se restringir apenas aos organismos vivos, uma vez que os seres inanimados parecem

⁶ KANT, 1979, pp. 15-19.

estar submetidos apenas às leis necessárias que regem a natureza, e não a uma ordem intrínseca a eles mesmos. E, mesmo se não fosse assim, deve-se notar que é difícil dizer se as leis que governam as coisas vivas não são do mesmo tipo que as leis que governam as coisas inanimadas, o que significaria que também os seres vivos estariam submetidos à pura necessidade, e não a uma ordenação proveniente de um criador sábio e bom; isto dá ao mundo o caráter de necessário, oposto ao caráter contingente que a prova pretende dar a ele. Ainda com relação a esta divisão do mundo em vivo e não-vivo, a prova peca por negligenciar um aspecto importante do mundo: a matéria. Pode até ser provado, por analogia, que a divindade deu ordem ao mundo, mas resta ainda provar quem o criou, ou seja, de onde vem a matéria à qual Deus dá o ordenamento. Outro aspecto da prova criticado por Kant diz respeito ao modo como ela se apresenta. Com efeito, uma prova que coloca muito peso na teleologia corre o risco de perder o rigor exigido por uma prova filosófica e se perder em especulações sobre o que pode ser o fim almejado pelo criador⁷.

A prova cosmológica, ou prova por contingência, lança mão do princípio de razão suficiente: nenhum contingente pode ser causa de si mesmo. Assim sendo, deve haver um ser necessário que é a causa de todos os contingentes, caso contrário haveria um regresso *ad infinitum* na cadeia causal. Kant concorda com o fato de que, se se aceita este princípio, a prova não apresenta problemas em seu começo. Todavia, Kant não aceita que se afirme a existência necessária deste ser. De acordo com ele, há dois sentidos de necessidade (do mesmo modo que ocorre com a possibilidade), um formal e outro material. Ao dar apenas uma definição nominal do que seja este ser necessariamente existente, ou seja, ao dizer que ele é o ente realíssimo (do qual é contraditório afirmar a não-existência), se está atribuindo a ele apenas o aspecto formal da necessidade (o fato de sua negação ser contraditória). Não há nada de material até aqui, ou seja, nada prova a necessidade real de tal ser. Assim, este argumento padece do mesmo problema apresentado no argumento cartesiano: pretende derivar existência através de mera análise de conceitos; a primeira parte do argumento, que utiliza a experiência como ponto de partida (por meio do *princípio de razão suficiente*) só serve para chegar a esta definição nominal do ser realíssimo. Depois disso, o recurso à experiência não mais é utilizado, e o argumento torna-se vazio de conteúdo empírico tanto quanto o argumento ontológico⁸.

⁷ Ibid., pp. 145-187. Ver também DELL'ORO, 1994, pp. 32-41.

⁸ Ibid., pp. 227-229. Ver também DELL'ORO, 1994, pp. 58-64.

Como foi dito, Kant parece fazer equivaler as duas provas (físico-teológica e cosmológica) ao classificar as duas como sendo do tipo *cosmológico*, ou seja, como provas que levam da experiência empírica das coisas à existência de sua causa última:

De toda esta revisão pode ser visto que se se deve concluir, a partir do conceito de coisas possíveis, nenhum argumento para a existência de Deus é possível exceto aquele que considera a possibilidade interna das coisas como algo que pressupõe alguma existência (...). De modo similar, parece que se a inferência deve ascender à mesma verdade a partir do que quer que seja que a experiência das coisas existentes ensina, a prova pode levar apenas das propriedades percebidas nas coisas do mundo e do arranjo contingente do mundo para a existência, bem como para as propriedades, da causa suprema. Eu tomo a liberdade de denominar a primeira prova de ontológica, mas a segunda de cosmológica.⁹

Por todos os problemas apontados acima, não apenas com as provas cosmológicas, mas também com aquela dada por Descartes, elas são refutadas por não provarem nada, ao final das contas. O único argumento possível deve ser construído sobre a noção de possibilidade interna. Mas Kant apenas indica este caminho, sem o trilhar com o devido rigor. Talvez isto se deva ao passo crítico que Henrich vê já neste texto de Kant, o qual fica ainda mais sugestivo quando se lê a sua última frase: “É completamente necessário se esteja convencido da existência de Deus; mas não é tão necessário assim que ela seja demonstrada”¹⁰.

Na *CRP* as provas são igualmente rejeitadas por Kant, embora ele já não ofereça ali nenhum fundamento válido para uma possível prova. O esquema geral da obra, com efeito, já impede que seja feito algo neste sentido. Todavia, ainda permanece nesta obra algo semelhante ao fundamento da possibilidade interna, a saber, o *ideal transcendental*. Mas, como no texto pré-crítico, tal argumentação não ultrapassa o limite do conhecimento que a *CRP* impõe, ou seja, a argumentação permanece dentro dos limites do raciocínio engajado tanto com conceitos como com intuições que lhes correspondam (pura ou empiricamente).

Como Deus é tido como uma *idéia*, ou seja, como um conceito sem intuição correspondente, as provas para sua existência são todas criticadas nesta obra. A diferença é que Kant apresenta uma clara taxonomia destas provas, bem como a relação de dependência que há entre elas, e que faz com que todas se reduzam a um mesmo tipo, ao final. A prova físico-teológica é demonstrada como dependente da cosmológica, que por sua vez depende da

⁹ “From all this review it can be seen that if one is to conclude from the concepts of possible things, no argument is possible for the existence of God except the one which regards the internal possibility of things as something presupposing some existence (...). Similarly it appears that, if the inference is to ascend to the same truth from whatever the experience of existing thing teaches, the proof can lead only from the properties perceived in things of the world and the contingent arrangement of the world to the existence as well to the properties of the supreme cause. I take the liberty of terming the first proof the ontological, but the second one the cosmological.” (Ibid., pp. 231-233).

¹⁰ “It is thoroughly necessary that one be convinced of God's existence; but is not nearly so necessary that it be demonstrated.” (Ibid., p. 239).

ontológica, a qual é refutada praticamente do mesmo modo que foi refutada no *Beweisgrund*. A seguir serão expostas brevemente as três refutações.

A prova físico teológica, que faz Deus parecer como que um arquiteto do mundo, que molda sua matéria e faz nascer nele a ordem é refutada porque não prova que este arquiteto do mundo também tenha sido seu criador. E, mesmo se provasse, não poderia prosseguir pela via empírica, analógica, para provar que este ser possui existência necessária. O único caminho é recorrer ao *princípio de razão suficiente*, a fim de estabelecer um ser necessário que sirva como fundamento para a existência de tudo o mais. Isto, todavia, é exatamente o que se apresenta no argumento cosmológico, como se verá a seguir¹¹.

O argumento cosmológico, com recurso ao princípio acima aduzido, tenta provar que deve existir um ser que seja a origem e o fundamento de toda a série causal que se observa no mundo. Mas também aqui a experiência se mostra insuficiente para mostrar que um tal ser seja Deus. Como Kant observa, o *princípio de razão suficiente* apenas mostra a necessidade de se postular uma causa primeira, sem, com isso, dizer o que seja esta causa. O recurso é então utilizar o conceito de um ser necessário e deduzir a partir de suas características tal conclusão. Mas isto é justamente o que faz o argumento ontológico¹².

O argumento ontológico é refutado quase que do mesmo modo que o fora no período pré-crítico. A base de refutação é a de que existência não pode ser deduzida de um conceito através da análise do mesmo, bem como a exigência da disciplina da razão exposta na *CRP* de que se deve conter os excessos da filosofia especulativa¹³. Com relação a este último ponto, Kant alerta já no começo do texto da refutação do argumento ontológico:

Em todos os tempos se falou do ser *absolutamente necessário*, mas envidaram-se mais esforços para provar a sua existência do que para compreender como se poderá e até mesmo se se poderá pensar uma coisa desta espécie. Ora, é muito fácil dar uma definição nominal do que seja este conceito, dizendo que é algo cuja não-existência é impossível; mas nem por isso ficamos mais cientes das condições que tornam impossível considerar a não-existência de uma coisa como absolutamente impensável e que são, na verdade, aquilo que se pretende saber, isto é, se através deste conceito pensamos ou não em geral qualquer coisa. Porque rejeitar, mediante a palavra *incondicionado* todas as condições de que o entendimento sempre carece para considerar algo como necessário, não me permite, nem de longe, ainda compreender se por este conceito de um ser incondicionalmente necessário ainda penso algo ou porventura nada penso.¹⁴

Além das impossibilidades lógicas que foram demonstradas no *Beweisgrund* envolvendo as características especiais do conceito de existência, surgem na *CRP* ainda considerações de

¹¹ KANT, 1997, A620-630/B648-658.

¹² *Ibid.*, A603-620/B631-648.

¹³ *Ibid.*, A795/B823.

¹⁴ *Ibid.*, A592-593/B620-621.

cunho epistêmico que afastam de vez qualquer possibilidade de se provar existência por meio de argumentos ontológicos do tipo em questão.

Pode-se ver, após o que foi exposto, que em Kant não há lugar para uma demonstração da existência de seres que estejam para além de uma experiência possível, pois ela marca o limiar entre o que pode ser conhecido pela razão humana e o que ela pode apenas se aventurar com especulações, as quais estão longe de contribuir para o conhecimento genuíno. Esta refutação categórica que faz Kant difere substancialmente da que faz Frege, a qual pode ser vista como compartilhando apenas uma parte da crítica lógica que aquele faz.

3.1.2. A crítica fregeana ao argumento ontológico

Há bem menos para ser dito sobre a refutação fregeana ao argumento ontológico, pois esta, como veremos, não ataca o argumento de diversas maneiras, como fazia a de Kant. A crítica de Frege ao argumento ontológico não aparece como algo central na sua obra. Ela aparece nos *Fundamentos da Aritmética* mais como um exemplo do mau uso do conceito de existência do que como uma tese cuja refutação é central para o objetivo da obra. A crítica se restringe ao argumento cartesiano (geralmente considerado como possuindo a forma “Deus possui todas as perfeições; existência é uma perfeição; logo, Deus existe”), mais especificamente à confusão que ali aparece entre notas e propriedades de conceitos. Mas há nela certos aspectos que fazem a crítica de Frege se distanciar significativamente da de Kant, uma vez que em Frege não apenas os objetos físicos podem estar envolvidos em enunciados existenciais (os objetos abstratos podem instanciar conceitos). Também os números instanciam conceitos, e a eles deve ser dado o mesmo status lógico que se dá a um objeto físico: ambos podem ser instâncias de conceitos. Assim sendo, é lícito para Frege que se faça afirmações de existência sem recurso à experiência, o que deixa ainda uma porta aberta para os argumentos ontológicos.

Após afirmar que a existência é uma propriedade de conceitos, no §53 dos *Fundamentos da Aritmética* ele compara o conceito de existência e o de unidade, e diz de ambos:

A unicidade não pode ser usada para a definição deste conceito [Deus], como também a solidez, comodidade e caráter espaçoso de uma casa não podem ser empregados, com pedras, argamassa e vigas, em sua construção. Não se pode entretanto concluir que, de modo geral, nada que seja propriedade de um conceito seja inferido do conceito, isto é, de suas notas características. Em certas ocasiões isto é possível, como por vezes é possível, na base do tipo de pedra usado em uma construção, tirar uma conclusão a respeito da durabilidade do edifício. Seria pois exagero afirmar que afirmar que nunca se pode concluir nada sobre a unicidade ou existência a partir das notas características de um conceito; isto apenas nunca pode

acontecer de modo tão direto quanto a atribuição a um objeto, como sua propriedade, da nota característica de um conceito sob o qual ele cai.¹⁵

Como se vê, não há nada tão forte aqui que possa fazer com que a crítica de Frege ao argumento ontológico se assemelhe à de Kant. Ele claramente deixa em aberto a possibilidade de se deduzir existência das notas de um conceito, do mesmo modo que se pode deduzir a qualidade de uma casa pela análise do tipo de material utilizado em sua construção.

Os problemas com o argumento ontológico dizem respeito às confusões entre os níveis dos conceitos envolvidos. Como observa Sautter, citando as lições de Frege de 1910/1911 sobre a conceitografia, Frege vê os problemas relativos ao nível do conceito de existência como vinculados com o nível que ocupa a expressão ‘Deus’. Se ela é um conceito, então existência não pode ser do mesmo nível que ela, pois seria assim nota deste conceito, e não propriedade. Frege não fala sobre a possibilidade de existência ser um conceito de primeiro nível, restringindo-se apenas a mostrar que se ‘Deus’ é uma expressão de um conceito, a existência só pode ser a ele atribuída como sua propriedade, não como uma nota característica¹⁶.

Se ‘Deus’ é um conceito de primeiro nível, o argumento falha porque a existência não será uma propriedade deste conceito, mas sim uma nota característica sua, o que contraria a concepção de Frege segundo a qual os enunciados existenciais atribuem uma propriedade a um conceito (ou, talvez, a um objeto), mas nunca uma nota a um conceito. Se ‘Deus’ é um objeto, o argumento seria uma tautologia, pois embora Frege nunca negue explicitamente que existência possa ser predicado de objetos, ele claramente argumenta que se assim fosse todo juízo existencial afirmativo seria verdadeiro e todo juízo existencial negativo seria auto-contraditório. Como a segunda premissa do argumento é apresentada como ou subordinando o conceito de existência ao de perfeição ou subsumindo o primeiro no segundo (“Existência é uma perfeição”), o argumento pode ser já descartado destarte, pois nenhum conceito de primeiro nível pode ter o conceito de existência como um conceito subordinado, embora isto seja possível, pela passagem dos *Fundamentos da Aritmética* mostrada acima, quando se trata de conceitos de nível superior; ou, caso a relação seja de subsunção, o conceito de perfeição seria de terceiro nível, ou o de existência seria de primeiro. Tanto uma alternativa quanto a outra são difíceis de defender de acordo com as relações entre conceitos que Frege permite.

Há autores que sugerem que uma concessão da parte de Frege com relação a um uso em primeiro nível do conceito de existência comprometeria sua argumentação. Mas esta

¹⁵ FREGE, 1974, p. 248.

¹⁶ SAUTTER, 2000, pp.143-147.

crítica não parece tão bem fundada. Tome-se, por exemplo, o conceito ‘ser o menor número natural’, trata-se de um conceito de primeiro nível, do qual existência parece ser, embora não seja, uma nota característica, uma vez que parece deduzir-se da própria natureza do conceito. Ela não pode ser uma nota característica porque não entraria na definição do conceito em questão (e neste sentido a argumentação de Frege parece seguir uma trilha já percorrida por Kant). Ela não é uma nota característica porque, quando digo, por exemplo, que “Chuí existe”, usando a existência como um predicado de primeiro nível, não estou dizendo o mesmo que quando digo “Existe uma cidade ao sul do Brasil”, pois no primeiro caso me refiro à existência de um objeto que já está dado, Chuí, ao passo que no segundo caso me refiro ao fato de que um conceito (‘ser uma cidade ao sul do Brasil’) possui uma instância. As diferenças podem ser vistas com mais precisão na formalização: a primeira é formalizada como $\exists x (x = c)$, e a segunda, $\exists x Sx$. O papel do quantificador existencial difere muito daquele que seria desempenhado por um predicado de existência de primeiro nível, pois suas naturezas devem ser completamente diferentes, de acordo com o que requer a hierarquização conceitual. Ele pode ser nota característica de um conceito como o de unicidade, afinal todo conceito sob o qual cai um único objeto é já um conceito instanciado, mas o conceito de unicidade é de segundo nível, e portanto completamente diferente por natureza de um conceito como ‘ser Deus’. De acordo com Soares, Frege reduz o âmbito modal ao âmbito extensional¹⁷, de modo que nunca se poderia encontrar o conceito de existência (que é uma noção modal) dentre quaisquer predicados intensionais da linguagem, isto é, dentre aqueles conceitos que podem entrar na definição de um objeto.

O argumento ontológico é rejeitado por Frege, embora permaneça a possibilidade de se tentar provar a existência de algo sem o requisito de que ele possa ser experienciado, ou seja, mediante simples análise dos conceitos envolvidos na sua definição. Mas, segundo alguns autores, há problemas nesta refutação se Frege permitir um uso de primeira ordem do conceito de existência – possibilidade defendida por alguns comentadores e criticada por outros¹⁸. Forgie, por exemplo, argumenta que nem Frege nem Kant conseguem refutar o argumento ontológico. O texto em que Forgie sustenta esta tese será discutido a seguir, em uma seção a parte.

Com o estudo das refutações ao argumento ontológico para a existência de Deus pode-se ver com mais clareza a diferença entre as abordagens de Kant e Frege. A crítica de Frege restringe-se somente ao nível lógico (muito embora a lógica, para ele, contenha as verdades

¹⁷ SOARES, 1987. p. 50.

¹⁸ SAUTTER, *op. cit.*, p.142.

mais gerias acerca da *realidade*), e mesmo assim mostra-se já suficiente para a refutação do argumento, embora não descarte totalmente a construção de uma demonstração de existência de modo analítico. Em Kant tal concessão já não pode aparecer, porque ele está preocupado com questões não apenas de natureza lógica, mas também de natureza epistemológica. Pelo modo mais brando de abordagem que Frege apresenta ao tratar do argumento ontológico, pode-se deduzir que o tema não possui em sua obra a relevância que possui na obra de Kant, para quem a construção de uma teoria do conhecimento metafísico parece ser o objetivo principal. Para Frege o argumento sofre de problemas lógicos, embora argumentos de seu tipo não sejam sempre inválidos; mas para Kant ele não apenas possui incompatibilidades lógicas, mas é absolutamente impossível de ser feito.

3.1.3. Forgie: Frege e Kant equiparados

Nesta seção será discutido um texto em que as concepções de Frege e de Kant são igualadas, como se as teses de Frege não fossem diferentes das de Kant. O artigo que pretendo discutir é um caso em que a tentativa de igualar as teses dos dois autores faz com que se ignore aspectos importantes por trás da suposta equivalência. Trata-se de um artigo de William Forgie, *Kant and Frege: Existence as a Second-Level Property*¹⁹. Neste texto Forgie sustenta que ambos, Kant e Frege, concebem existência como uma propriedade de segundo nível. Depois de exposta a argumentação de Forgie em seu artigo, serão analisados os pontos fracos e fortes da mesma, ressaltando especialmente o quanto algumas posições (especialmente as de Kant) são descaracterizadas neste processo de comparação entre os dois autores.

A tese central no texto de Forgie é a de que Kant e Frege concebem existência como uma propriedade de segundo nível – tese expressa tanto no título do artigo quanto no seu primeiro parágrafo²⁰. Forgie tenta mostrar que esta tese (de que existência é uma propriedade de segundo nível) – que ele denomina *tese metafísica* – não pode ser derivada de uma premissa semântica que ambos autores sustentam a respeito da estrutura das afirmações de existência. As *teses semânticas* são retiradas do texto pré-crítico de Kant acima estudado

¹⁹ FORGIE, 2000.

²⁰ No começo do artigo, Forgie diz “Ambos, Kant e Frege sustentaram que existência é um predicado ou propriedade de segundo nível. E, em geral, cada um tentou estabelecer esta conclusão do mesmo modo.” (“Both Kant and Frege maintained that existence is a second-level predicate or property. And, broadly speaking, each tried to establish this conclusion in the same way.” (Ibid., p. 165). Embora admita a seguir que suas argumentações diferem em pontos cruciais, seu objetivo será tentar mostrar ao longo do artigo que os argumentos de ambos fracassam por motivos semelhantes.

(*Beweisgrund*), e de dois textos de Frege (*Fundamentos da Aritmética* e *Sobre conceito e objeto*), e podem ser descritas como segue.

Tese semântica (Frege): em afirmações de existência atribuímos a um conceito de primeiro nível a propriedade de segundo nível “não ser vazio”. (Retirada de passagens nos *Fundamentos da Aritmética* nos quais Frege explica o conceito de existência em termos da negação do número zero a um conceito²¹).

Desta tese semântica, segundo Forgie, Frege deriva a tese metafísica:

Tese metafísica: existência é um predicado de segundo nível.

Esta tese será necessária, segundo Forgie, para a refutação do Argumento Ontológico para a existência de Deus.

As teses de Frege, de acordo com Forgie, já haviam sido antecipadas por Kant, no *Beweisgrund*²²:

Tese semântica (Kant): em afirmações de existência atribuímos a uma coleção de predicados de primeiro nível o predicado de segundo nível “pertencer a algo existente”.

Forgie vai ainda além e diz que Kant deriva também desta premissa a tese metafísica de que existência é um predicado de segundo nível (vale lembrar que as teses de Frege encontram respaldo textual, mas estas atribuídas a Kant não, e aqui começa a descaracterização das teses kantianas).

Pode-se ver que, na tese semântica, os autores divergem na caracterização da suposta propriedade de segundo nível envolvida nas afirmações existenciais. Para Frege trata-se da propriedade “não ser vazio”, ao passo que para Kant a propriedade é “pertencer a algo existente” (ou, também, “ser um conceito que se aplica a algo existente”). Esta diferença baseia-se sobre diferenças na ontologia de cada autor: Kant aceita objetos possíveis (pois eles são matéria de conceitos possíveis), ao passo que Frege não o faz (para ele apenas objetos atuais/reais instanciam conceitos). Assim, Kant tem de fazer menção a “algo existente” na tese semântica, pois enunciados existenciais falam de instanciação de conceitos por objetos

²¹ A passagem dos *Fundamentos da Aritmética* é a seguinte: “(...) a proposição de que não existe triângulo retângulo retilíneo equilátero enuncia uma propriedade do conceito ‘triângulo retângulo retilíneo equilátero’; ela atribui-lhe o número zero. Sob este aspecto, existência se assemelha ao número. De fato, afirmações de existência não são mais do que a negação do número zero. Por ser a existência uma propriedade de conceitos, o argumento ontológico para a existência de Deus falha”. (FREGE, 1974, pp.247-248).

²² “Se eu digo ‘Deus é uma coisa existente’, parece que estou expressando a relação de um predicado com um sujeito. Mas há uma incorreção nesta expressão. Expressando-me corretamente eu deveria dizer ‘Algo existente é Deus’, isto é, ‘Aqueles predicados que nós designamos coletivamente pela expressão ‘Deus’ pertencem a uma coisa existente’”. (“If I say ‘God is an existent thing’, it seems as though I am expressing the relation of a predicate to a subject. However, there is an inaccuracy in this expression. Precisely expressed it should read: ‘Something existent is God’, that is, ‘Those predicates taken together that we signify by the expression ‘God’ belong to an existent thing’”). (KANT, 1979, p. 61).

reais, e não meramente possíveis. Assim, a menção a “coisas existentes” é significativa para Kant. Para Frege ela até pode ser feita, segundo o que diz Forgie baseado no que faz Frege no *Diálogo com Pünjer sobre existência* (ali Frege admite a menção de “coisas existentes” na tradução dos enunciados existenciais), embora ressalte que este acréscimo é trivial, pleonástico.

E aqui está o calcanhar de Aquiles da argumentação de Forgie: uma vez que ambos admitem que se traduza enunciados existenciais falando-se em “aplicar-se a algo existente”, eles acabam por admitir que existência opera também em primeiro nível, ou seja, como propriedade de objetos. Uma vez que admitem isso, de acordo com Forgie, ambos não conseguem fornecer argumentos para dizer que existência é um conceito de segundo nível; ou seja, a tese metafísica torna-se insustentável. Kant possui vários argumentos para afirmar que existência não é um predicado de primeiro nível, mas não possui nenhum que a caracterize como propriedade de segundo nível, uma vez que sempre se poderá dizer que ela opera sim no primeiro nível, embora como uma pseudo-propriedade ou coisa do tipo. Frege também não consegue superar este problema, segundo Forgie, uma vez que no *Diálogo* permitiu que se usasse existência como operando em primeiro nível (Gassendi, citado por Forgie²³, também não admitia objetos possíveis em sua ontologia e mesmo assim não negava que existência operasse em primeiro nível).

Os problemas encontrados por Forgie podem assim ser resumidos da seguinte forma: 1) não se consegue definir o que seria a propriedade de segundo nível correspondente a existência – mesmo se a caracterize como “não ser vazio” ou “se aplicar a algo existente” continua valendo a sua atuação em primeiro nível; 2) isto bloqueia a conclusão metafísica; e assim 3) a refutação do argumento ontológico fica comprometida, pois, segundo Forgie, não há como refutá-lo mediante considerações semânticas sobre a estrutura dos enunciados existenciais.

As críticas ao texto de Forgie que serão apresentadas a seguir serão desenvolvidas tendo em vista, principalmente, a tese central do texto de Forgie, segundo a qual há uma identidade nas concepções de Frege e Kant (“existência é um predicado de segundo nível”). Primeiramente será analisado o modo como Kant é apresentado, e a seguir serão feitos alguns comentários relativos ao modo como Frege é apresentado.

Ao que parece Forgie se excede em dois pontos: primeiro ao apresentar uma tese de Frege como se tivesse sido já antecipada em detalhes por Kant; e segundo ao negar com isso a

²³ FORGIE, op. cit., p. 173.

originalidade de Frege. Não há dúvida que no texto pré-crítico de Kant já está dada a direção para a abordagem fregeana, mas também não se pode negar que a hierarquização conceitual de Frege não é possível de ser encontrada (e talvez nem esboçada) em Kant.

Veja-se o caso de Kant. O texto em que as teses de Kant são apontadas, apesar de ser um dos poucos em que Kant fala demoradamente sobre existência, não é um texto que tem todas as suas teses incorporadas no período crítico – ali Kant sequer refuta categoricamente a possibilidade de uma prova da existência de Deus. Isto vale em especial para a tese semântica de que fala Forgie. Na *CRP* os comentários quanto à caracterização do conceito de existência permanecem quase inalterados com relação ao texto pré-crítico (não é um predicado real, não é nota característica, requer experienciabilidade dos conceitos aos quais se aplica, etc), mas aqueles relativos à estrutura das afirmações de existência já não se vê mais. Isto pode denotar que Kant tenha abandonado algumas posições, dentre elas aquela que Forgie aponta.

Mas, deixando de lado o mérito da escolha dos textos e analisando o artigo a partir dos elementos presentes na bibliografia analisada, as críticas podem então ser mais adequadamente construídas. O primeiro elemento que impressiona é sem dúvida a atribuição da tese metafísica a Kant. É claro que o modo como Kant expõe o conceito, caracterizando-o como “um predicado não do objeto, mas do pensamento que se tem dele” pode sugerir uma interpretação à moda fregeana. No entanto, esta se torna anacrônica, uma vez que outras interpretações que prescindem de elementos tais como níveis de conceitos podem ser dadas. É digno de nota, por exemplo, que Kant não parece ver uma diferença entre um juízo como “Sócrates é mortal” e “Homens são mortais” no que diz respeito à categoria da relação. Ambos se enquadram na tábua dos juízos como juízos categóricos, que expressam relações entre *conceitos*. Não há, portanto, sequer uma distinção entre nomes (que estão por objetos) e conceitos de primeiro nível (que estão por propriedades de objetos). Por isso não faz sentido, ou pelo menos é anacrônico, falar do conceito de existência em Kant como sendo um conceito de segunda ordem. De fato, Kant não aponta para uma multiplicidade de níveis conceituais. Há um nível de conceitos – admitindo que se possa falar em níveis – no qual não está o conceito de existência (afinal este não é um conceito que se aplique a coisas), e um nível, por assim dizer, *extra-conceitual* (onde se encontrariam o conceito de existência e também as demais modalidades), que exige “um passo para fora da dimensão conceitual”, para usar as palavras de Kant. Isto é muito diferente do que faz Frege, que coloca os conceitos de segundo nível de modo tal que eles também possam ser deduzidos de um cálculo conceitual, o que, para Kant, é completamente inconcebível.

Forgie alega que Kant não consegue caracterizar a suposta propriedade de segundo nível relativa ao predicado “existe”. Esta crítica, todavia, não parece ser justificada, uma vez que Kant fornece sim uma caracterização adequada: trata-se de uma modalidade, de algo que fala da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Esta caracterização, se não aparece no texto pré-crítico – em cujo prefácio o próprio Kant diz tratar-se de um texto incompleto – aparece claramente na *CRP*.

Em suma, Kant não necessitaria de algo como a tese metafísica, uma vez que a demonstração de que existência não é uma nota característica de outros conceitos já é o bastante para seu objetivo de refutar o argumento ontológico para a existência de Deus proposto por Descartes.

Com relação a Frege, também é questionável a escolha do texto, especialmente porque é dele que Forgie tira uma tese que Frege apenas admite, ao que parece, com fins retóricos, para provar que assim fazendo se correria o risco de cair em contradições. O texto é o *Diálogo com Pünjer sobre Existência*, e a tese em questão é a de que existência poderia operar (embora pleonasticamente) como propriedade de objetos (ou de nomes de objetos)²⁴.

Mas deixando de lado este tipo de questão, há outros comentários sobre argumentos de Forgie contra Frege. Forgie diz que Frege tenta derivar, sem sucesso, a tese metafísica da tese semântica. Este, no entanto, pode não ser o caso. Ao que parece Frege vê inicialmente o assunto à maneira kantiana: existência não pode ser uma nota, estar subordinada, a outros conceitos. Com a descoberta dos paradoxos é que uma estratificação conceitual em níveis se faz necessária, e a inclusão do predicado de existência no nível superior talvez tenha sido como que postulada, uma vez que no primeiro nível ela não poderia estar (não somente por não poder se aplicar a objetos, mas principalmente por não poder estar subordinada aos conceitos daquele nível).

Assim sendo, também é questionável dizer que Frege necessita da tese metafísica para a refutação do Argumento Ontológico, que somente considerações semânticas não bastam para fazê-lo. Se lermos o §53 dos *Fundamentos* até o final, veremos que Frege não diz que o argumento não pode ser feito, mas apenas que ele não pode ser feito de modo tão simples (isto é, ironicamente, justamente o que Forgie sugere como uma efetiva via de refutação do argumento por parte de Frege!). Assim como uma sentença tem de obedecer certas regras de formação para ser considerada uma sentença, também um argumento precisa obedecer certas regras, para ser chamado de argumento. E o Argumento Ontológico não as obedece.

²⁴ Para uma discussão sobre até que ponto se pode dizer que há uma ambigüidade do conceito de ser ou de existência na obra de Frege, ver o item 2.2.1 do presente trabalho.

A crítica quanto à caracterização da propriedade de segundo nível parece também não ser justificada no caso de Frege. Afinal ele a define como a negação do número zero a um conceito, e a expressa por meio do quantificador existencial. As críticas a Frege, em suma, também não são adequadas por fixarem-se no fato de que Frege necessitaria provar a tese metafísica a partir da tese semântica, o que é bastante questionável.

Apesar destes problemas, o texto traz à tona questões que permanecem obscuras, questões cujo estudo e delimitação ainda são tarefas a realizar. Um ponto a ressaltar é que tanto em Frege quanto em Kant fica em aberto em que medida um conceito de primeira ordem (aplicável a objetos ou nomes de objetos) seria diferente do conceito de existência que se aplica a conceitos. Ou seja, os objetos *existem* do mesmo modo que os conceitos?

Outra questão que surge juntamente com esta é a respeito do que seria *A* no juízo “*A* existe” (questão levantada por Frege no *Diálogo* e deixada em aberto), o objeto ou a representação de *A*? Ao que parece, se se fala do objeto, então a existência de objetos é diferente da de conceitos (para conceitos ‘existe’ significa ‘ter referente’; para objetos ‘existe’ significa ‘ser dado’), mas se se fala de representações, então objetos e conceitos existem de modo semelhante (em ambos os casos ‘existe’ significa ‘ter referente’).

Igualando os dois autores Forgie acaba negando a originalidade de Frege no que diz respeito ao tema, o que pode ser visto como uma injustiça, afinal foi Frege, e não Kant, quem deu um tratamento formal ao conceito de existência. Com efeito, o tratamento do conceito de existência em termos do quantificador existencial e da estratificação conceitual da linguagem cientificamente bem-formada – um tratamento de caráter lógico – é algo que diverge bastante (em, em certo sentido, pode-se dizer que vai além) do tratamento epistemológico dado por Kant ao assunto, o qual tinha por objetivo, no texto pré-crítico utilizado e na *CRP*, mostrar que uma afirmação de existência não pode prescindir da experiência.

3.2. Conceitos vazios

As abordagens dos dois autores podem ter suas diferenças salientadas mediante o estudo de suas concepções a respeito dos conceitos vazios. Novamente aqui, encontra-se em Kant uma maior riqueza de distinções, as quais são devidas, em grande parte, ao fato dele não se restringir a um estudo lógico do problema. Na *CRP* são distintos, mediante a contraposição algo/nada, quatro tipos de conceito vazio. Já em Frege, embora ele reconheça que a vacuidade de um conceito pode ter diferentes fontes, não há, do ponto de vista lógico, nenhuma diferença substancial entre eles.

Nas *Lições de Lógica* Kant apresenta suas concepções a respeito da formação de conceitos²⁵. Um conceito é ali apresentado como uma representação universal (por oposição à intuição), que pode ser puro ou empírico, dependendo de sua proveniência se dar via experiência ou não²⁶. Eles podem, de acordo com sua matéria (ou seja, de acordo com os objetos que sob eles podem cair), ser dados ou feitos. Os conceitos são dados *a priori* (caso sejam puros) ou *a posteriori* (caso sejam empíricos). A respeito dos conceitos feitos Kant não fala demoradamente, mas ao que parece, reside aí a origem de conceitos vazios, pois somente um conceito criado por arbitrariedade do intelecto pode não ter instâncias. As operações do intelecto que dão origem a um conceito, segundo sua forma, são a comparação, a reflexão e abstração²⁷. Delas não pode ter origem um conceito vazio, uma vez que sempre pressupõem objetos para que sejam efetuadas²⁸. O estudo da origem dos conceitos quanto à forma só pode se ocupar do modo como um conceito “pode reportar-se a muitos objetos”²⁹, não interessando a esta investigação (que é feita pela lógica) a fonte dos conceitos. Porém, quanto à origem material de um conceito, estudada pela metafísica, esta pode ser a experiência, o intelecto, ou mesmo a invenção. De fato, Kant diz que os conceitos, quanto à sua matéria, “podem conter algo que foi tirado da experiência ou que foi inventado ou que foi tomado emprestado da natureza do intelecto”³⁰. Como se vê, a doutrina kantiana da formação de conceitos permite que se formem conceitos vazios, dada a espontaneidade do intelecto por ele apontada no começo da *Lógica Transcendental*, na *CRP*, bem como sua afirmação de que o que quer que se queira pode servir de predicado lógico.

Assim, na *CRP*, pode-se ver a classificação de pelo menos dois tipos de conceito vazio: os que são possíveis, mas, mesmo assim, não possuem objetos que lhes correspondam (*conceito vazio sem objeto* ou *ens rationis*, como ele denomina); e os que são impossíveis (*objeto vazio sem conceito* ou *nihil negativum*), por abrigarem uma contradição em sua definição. Kant os classifica como duas das espécies de nada, dentre as quais estão também o *objeto vazio de um conceito*, que não é propriamente um conceito, mas sim um objeto proveniente de uma negação (como, por exemplo, a sombra, que é tida como a negação da luz, ou ainda o frio, entendido como a negação do calor); e também a *intuição vazia sem*

²⁵ KANT, 2003. Quando forem feitas referências a este texto, indicarei a paginação da academia (AK).

²⁶ Ibid., AK 92.

²⁷ Ibid., AK 94.

²⁸ Kant diz, ilustrando este ponto: “(...) vejo um pinheiro, um salgueiro e um tília. Ao comparar inicialmente esses objetos entre eles, noto que são diversos entre si em relação ao tronco, (...), etc.. Mas se, em seguida, reflito unicamente sobre o que eles têm de comum (...), e faço abstração de seu tamanho, de sua figura, etc., obtenho, então, um conceito de árvore” (Ibid., AK94-95).

²⁹ Ibid., AK 94.

³⁰ Ibid., AK 94.

objeto, que é a forma da intuição (o espaço em si ou o tempo em si, entidades que não podem ser experienciadas senão por meio de outras entidades)³¹.

Soares³² vê na impossibilidade dos conceitos contraditórios a marca que distingue o pensamento de Kant do de Frege neste tópico. Isto porque, para Frege, um conceito vazio é um conceito que não possui instâncias. A sua possibilidade ou impossibilidade não são relevantes para a sua caracterização.

Frege concebe a formação de conceitos como um processo que pode ter duas fontes: a abstração e a combinação arbitrária. Este tema parece um pouco alheio ao projeto fregeano, por tratar de questões que parecem, à primeira vista, serem apenas epistemológicas. No entanto, ele aparece no §49 dos *Fundamentos da Aritmética*, na crítica a Espinosa, como central para garantir a validade dos enunciados existenciais. Com efeito, se os conceitos são formados apenas por abstração, como sugere Espinosa, não há como se formar conceitos vazios, e assim todo juízo existencial (não apenas aqueles sobre objetos) é trivialmente verdadeiro. Há, portanto, que se garantir a possibilidade da formação de conceitos vazios, pois, mesmo que o assunto seja de ordem epistemológica, a impossibilidade de conceitos vazios traria consequências nefastas para o interior da própria lógica. E Frege garante esta possibilidade ao apresentar sua teoria da formação de conceitos em termos de insaturação de juízos: do juízo “A neve é branca” se origina o conceito “ser branco”, pela supressão do termo objetual da sentença (“... é branca”). Como o sentido de uma sentença não está necessariamente comprometido pela ausência de referência de algum termo que nela figure, poder-se-ia criar conceitos vazios, como “ser um ogro”, a partir da sentença “Shrek é um ogro”.

Uma vez garantida a possibilidade de conceitos vazios, não há muito mais a ser dito em Frege sobre os mesmos. Eles são tidos simplesmente como conceitos sem instâncias. Há, todavia, outra parte em que, mesmo não traçando uma diferença de tratamento lógico de conceitos vazios e conceitos contraditórios, Frege argumenta tendo tal distinção como base. Trata-se dos §§94-96, em que Frege renuncia ao critério utilizado pelos matemáticos formalistas segundo o qual só é impossível o que é autocontraditório. Se assim fosse, para provar que um conceito é instanciado bastaria provar que ele não envolve notas contraditórias. Mas isto, segundo Frege, não é suficiente. Dizer que um número imaginário existe pelo simples fato de que se pode formular um conceito da raiz quadrada de um número negativo, é, segundo Frege, confundir conceito e objeto, ou seja, tomar como objeto algo que apenas é

³¹ Id., 1997, A290-292/B346-349.

³² SOARES, 1987.

expresso por um conceito, como se o sentido deste bastasse para que também possuísse uma referência³³.

Embora no âmbito de sua linguagem lógica Frege não leve em conta as distinções kantianas, parece que ele as têm sempre em mente. Ele não necessita de uma classificação de conceitos vazios no interior da sua conceitografia, como também não necessita distinguir diferentes tipos de existência, mas apenas sentidos análogos para os vários níveis superiores em que este conceito pode aparecer. Isto não o impede, todavia, de recorrer a estas distinções quando faz-se necessária uma explicação a seu respeito. Assim, Frege admite que há conceitos vazios porque simplesmente nenhum objeto lhes serve de instância (embora isso possa vir a ser o caso em alguma circunstância futura), e há conceitos vazios que nunca subsumirão nenhum objeto, porque são contraditórios. Mas não existe nenhuma marca que diferencie uns de outros quanto ao tratamento que recebem.

Soares reclama a falta dessa distinção:

O que não fica claro em toda esta argumentação é o critério fregeano de distinção entre vazio e contraditório: se é a existência de algo que prova, em última análise, tanto a não-vacuidade como a não-contradição de um conceito, parece não haver uma possibilidade de distinguir, logicamente, se um conceito não subsume nenhum objeto por ser vazio, ou por ser contraditório.³⁴

O que a autora parece não levar em conta é que uma tal distinção seria irrelevante logicamente. Um conceito vazio é vazio por não possui uma instância. Quanto ao fato de ser contraditório ou não, isto na maioria das vezes não pode ser constatado à primeira vista, de modo que muitas vezes não se poderia mesmo dizer se o conceito é vazio em virtude de uma coisa ou de outra.

Fica claro que mais uma vez a abordagem kantiana segue um caminho sensivelmente diferente daquele que a análise fregeana trilha. E, novamente, não parece haver uma oposição entre as teses dos dois, mas sim uma cooperação: Frege parece aproveitar muito do que Kant disse, apesar de restringir-se a uma análise mais pontual dos problemas. Com relação aos conceitos vazios, Frege não apresenta distinções porque sua abordagem é calcada na lógica, e esta, na visão de Kant, abstrai completamente de todo conteúdo do conhecimento e atém-se apenas à sua forma. Como as possíveis diferenças entre os conceitos vazios jazem no seu conteúdo (ou, mais propriamente, no modo como este está ausente neles), elas são irrelevantes para Frege.

³³ FREGE, 1974, pp. 274-277.

³⁴ SOARES, 1987, p. 65.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho mostrou o quanto o tema pode apresentar uma grande variação, como se a cada vez que se o abordasse ele se mostrasse sob uma nova nuance. Não obstante esta fugacidade, pôde-se ver que realmente uma comparação direta entre Frege e Kant no tocante ao tópico pode ser prejudicial a certos detalhes dos projetos de ambos, embora tal equiparação não pareça à primeira vista tão prejudicial. Pode-se dizer que se trata de dois sistemas que podem funcionar de modo independente, muito embora um leve em conta certos resultados alcançados pelo outro. A seguir serão apresentados os principais resultados a que se pôde chegar no decorrer deste processo de pesquisa. Primeiramente serão apresentados os resultados referentes ao estudo de Kant; em seguida os referentes a Frege; e por fim o que se pôde concluir a partir do cotejo entre as posições de ambos. Finalmente serão apresentados as sugestões de trabalho que surgiram no decorrer deste trabalho e que não puderam ser desenvolvidas aqui.

Com relação a Kant, pôde-se ver que ele é herdeiro de uma interpretação dos conceitos de ser e de existência que vê nos mesmos não uma ambigüidade, mas mais propriamente uma variedade de usos possíveis. Não obstante este fato, ele traça uma separação radical entre o jogo conceitual e a realidade propriamente dita. Enquanto nos silogismos categóricos de Aristóteles parecia haver uma garantia de que todo conceito tem contrapartida na realidade, em Kant esta garantia é negada, ou pelo menos suspensa. Em Kant o jogo conceitual pode ser visto como fruto da pura espontaneidade do intelecto, o qual não possui, ou pelo menos não se sabe se possui, uma relação de isomorfismo com a realidade.

Kant manteve, na *CRP*, a maioria das teses do período pré-crítico sobre existência. As mudanças mais significativas foram a inclusão do conceito de existência na tábua das modalidades, e o reforço da tese segundo a qual afirmações de existência devem ser feitas com base em alguma evidência empírica. Foi bloqueado, desta maneira, o argumento por ele mesmo apresentado no opúsculo pré-crítico. Outras modificações dizem respeito à exigência da própria arquitetura da *CRP*. Assim, por exemplo, a cópula de um juízo é tida como um indicador da relação entre as representações envolvidas com a apercepção originária.

Pôde-se ver que muitos elementos da teoria fregeana a respeito do conceito de existência e dos juízos existenciais foram antecipados por Kant já no período pré-crítico. Ali ele já apresentava suas teses de que o conceito de existência não é um predicado de objetos, no sentido de que ele não pode servir para definir qualquer objeto; do mesmo modo que apontava para o fato de que juízos existenciais podem enganar devido à forma como se

apresentam na linguagem natural, onde existência aparece como um predicado, quando na verdade apenas indica o fato de que o conceito se aplica a algo na experiência.

Com relação a Frege, pode-se destacar o fato de que se diferencia de Kant por sugerir uma multiplicidade de significados, não apenas uma multiplicidade de usos, ao conceito de ser. Também se pôde observar que Frege não concede um uso não-trivial de primeiro nível ao conceito de existência, embora claramente permita um uso trivial, irrelevante para seus propósitos. Sobre uma possível ambigüidade do conceito de existência com relação aos diferentes tipos de objetos que podem instanciar um conceito (objetivos atuais e objetivos não-atuais), demonstrou-se que isto seria um exagero de interpretação, uma vez que as diferenças entre os diferentes domínios de entidades não são relevantes para a aplicação do quantificador existencial, quer esteja no escopo deste uma predicação ($\exists x Px$) ou uma relação de identidade ($\exists x(x=a)$).

Mostrou-se também que as concessões que Frege faz no *Diálogo com Pünjer sobre Existência* são, em sua grande parte, meramente retóricas, tendo por finalidade mostrar as contradições que se originam das próprias posições de seu interlocutor. As concessões significativas denotam apenas a possibilidade de um uso *trivial* do conceito de existência aplicado a indivíduos, mas nunca a uma ambigüidade do conceito de existência.

O primeiro dos resultados a que se chegou com respeito ao tipo de relação que se dá entre os autores é sem dúvida o fato de que a influência de Kant sobre Frege não é total, ou seja, Frege não incorpora todas as teses de seu antecessor. É isto o que acontece quando ele explicitamente sugere que um cálculo conceitual pode chegar a uma demonstração de existência. Outro aspecto que diferencia os tratamentos dispensados pelos autores ao conceito de existência é a ausência, em Kant, de uma hierarquização conceitual que permita localizar o conceito de existência num nível superior aos demais. Para Kant os nomes são tomados como expressões para conceito. Deste modo, as pressuposições existências que aparecem em Frege com relação a nomes não se fazem presentes na abordagem kantiana. Para Kant tanto nomes quanto conceitos podem não possuir referente.

Relacionado a isto está a necessidade de Kant reconhecer que objetos possíveis também possam ser a matéria de conceitos (uma vez que podem ser arbitrariamente definidos por meio do recurso a outros conceitos, como “Pégaso” pode ser definido como “cavalo com asas”, e, portanto, instanciar, de certo modo, este conceito). Todavia, este não parece ser o caso se se entende por instanciação o fato de o objeto ser dado na experiência. Como Frege impede que nomes sem referente desempenhem algum papel numa linguagem bem-formada, ele não precisa preocupar-se com este tipo de questão. De resto, ambos concordam quando

dizem que enunciados existenciais indicam instanciação de conceitos; a divergência diz respeito apenas ao fato de que Kant considera os nomes como um conjunto de conceitos (que formam o conceito completo do indivíduo nomeado).

Por causa desta ausência de uma estratificação conceitual em Kant, pode-se assegurar que ele não concebe o conceito de existência como um predicado de nível superior. Sua recusa em aceitar que este conceito seja deduzido de outros conceitos também corrobora esta tese. Como em Frege os conceitos são rigorosamente tratados e passíveis de serem submetidos a um cálculo regrado, não há problemas em se incluir tal conceito em uma cadeia dedutiva.

Estes elementos apontam para um dos resultados principais a que se chegou neste trabalho, a saber, que Kant situa sua argumentação num contexto epistemológico, ao passo que Frege restringe-se a um contexto lógico que incorpora certas noções epistêmicas apenas na medida em que elas possam ter alguma importância no nível lógico. Talvez resida neste ponto a origem da diferenciação entre as abordagens de ambos com relação ao conceito de existência.

Por ser o tema muito amplo, muitas questões permanecem em aberto. É isto que ocorre, por exemplo, com a pergunta pela classificação dos enunciados existenciais em Kant. Ou com a questão sobre a relação entre as diferentes modalidades e o conceito de ser. Ainda, com relação a Frege, poder-se-ia traçar uma comparação entre os operadores lógicos de sua conceitografia e as diferentes modalidades kantianas, baseando-se na relação entre, por exemplo, a barra de juízo e a modalidade da realidade. Outro tema sugerido pela semelhança de abordagens diz respeito à relação entre o conceito de verdade e o de existência, os quais, na obra de Frege, aparecem como noções que não fazem parte do conteúdo de um juízo, mas apenas de sua forma.

Em suma, pôde-se ver que o estudo deste tema nos autores mencionados dá origem a muitas discussões relativas a temas basilares da filosofia. Embora tenha se revelado de difícil tratamento, devido à fugacidade acima referida, este tema certamente contribui para uma melhor compreensão da atividade filosófica como um todo, pois diz respeito a noções que a acompanham desde seu nascimento, e que talvez podem ser vistas como a sua fonte.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARNES, J. *Metaphysics*. In: BARNES, J. (Ed.) *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. (pp. 66-108).
- BRANQUINHO, J.. *A Forma Lógica de Afirmações de Existência*. Disponível em <http://www.disputatio.com>. Acesso em 14-04-1998. (26 p.).
- BONEVAC, D.. *Kant on Existence and Modality*. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1982.
- DELL'ORO, R.. *From Existence to the Ideal: Continuity and Development in Kant's Theology*. New York: Lang, 1994.
- DUMMETT, M.. *Frege: Philosophy of Language*. London: Duckworth, 1981.
- DUMMETT, M.. *Objectivity and Reality in Lotze and Frege*. In: *Inquiry* (25) [s.l.: s.n.], 1982. (pp. 95-114).
- FORGIE, J. W.. *Kant and Frege: Existence as a Second-Level Property*. In: *Kant Studien* (91, 2), Berlin, 2000. (pp. 155-177).
- FREGE, G.. *Dezessete sentenças básicas da lógica*. In: ALCOFORADO, P. (Org., trad. e notas) *Gottlob Frege: Investigações Lógicas e outros ensaios*. São Paulo: Cadernos de Tradução (7), 2001.
- FREGE, G.. *Fundamentos da Aritmética*. In: CIVITA, V.. *Col. Os Pensadores Vol. XXXVI: Peirce e Frege*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- FREGE, G.. *Função e Conceito*. In: ALCOFORADO, P. (Trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978a. (pp. 33-57)
- FREGE, G.. *O Pensamento. Uma investigação lógica*. In: ALCOFORADO, P. (Org., trad. e notas). *Gottlob Frege: Investigações lógicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (pp. 9-39)
- FREGE, G.. *Sobre o Sentido e a Referência*. In: ALCOFORADO, P. (Trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978b. (pp. 59-86)
- FREGE, G.. *Dialogue with Pünjer on Existence*. In: HERMES, H.; KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F. (Eds.). *Gottlob Frege: Posthumous Writings*. Oxford: Basil Blackwell, 1979. (pp. 53-67).
- GOLDFARB, W. D.. *Logic in the Twenties: The nature of Quantifiers*. In: *The Journal of Symbolic Logic*, Vol. 44, Nº 3, Setembro 1979.
- HAAPARANTA, L.. *Frege's Doctrine of Being*. Helsinki: *Acta Philosophica Fennica* (39), 1985a.
- HAAPARANTA, L.. *Frege on Existence*. In: HAAPARANTA, L.; HINTIKKA, J. (Eds.). *Frege Synthesized: New Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege*. Dordrecht: B. Reidel, 1985.

- HEIDEGGER, M. *A Tese de Kant Sobre o Ser*. In: STEIN, E. (Trad.) *Col. Os Pensadores: Heidegger e Sartre*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (pp. 219-248).
- HINTIKKA, J.. *Kant on Existence, Predication, and the Ontological Argument*. In: *Dialectica* (35), 1981. (pp. 127-146).
- KAHN, C. *Por que a existência não emerge como um conceito distinto na filosofia grega?* In: *Cadernos de Tradução (Vol. 1): Sobre o verbo grego ser e o conceito de ser*. FRANCO, I. (Trad.), IGLESIAS, M. (Ed.). Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 1997. (pp. 91-106).
- KANT, I.. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- KANT, I.. *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- KANT, I.. *The false subtlety of the four syllogistic figures*. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores) *Immanuel Kant – Theoretical Philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a.
- KANT, I.. *The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God*. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores) *Immanuel Kant – Theoretical Philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992b.
- KANT, I.. *Inquiry concerning the distinctness of the principles of natural theology and morality*. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores) *Immanuel Kant – Theoretical Philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992c.
- KANT, I.. *The One Possible Basis for a Demonstration of the Existence of God*. TREASH, G. (Trad.) Lincoln and London: University of Nebraska, 1979.
- KENNY, A.. *Frege*. London: Penguin Books, 1995.
- KLIMA, G.. *Existence and Reference in Medieval Logic*. In: HIEKE, A. e MORSCHER, E. (eds.) *New Essays in Free Logic*. [s.l.: s.n.] 2001.
- LANDIM F., R. *Juízos predicativos e juízos de existência*. In: *Analytica* (5, 1-2), Rio de Janeiro, 2000. (pp. 83-108).
- MILLER, B.. *Existence*. Disponível em <http://plato.stanford.edu>. Acesso em 08-05-1998. (22p.)
- PEÑA, L.. *La Ontologia de Gottlob Frege*. In: *El Ente y su Ser*. Univ. De León, 1985. (pp. 264-285).
- POLI, R. *Qua-Theories*. Disponível em <http://www.formalontology.it/polir>. Acesso em 24-04-2005. (15 p.)
- REALE, G. & ANTISERI, D.. *História da Filosofia Vols. I, II e III*. São Paulo: Paulus, 1991.
- RESTALL, G.. *Barriers to Inference*. Disponível em <http://www.consequently.org>. Acesso em 23-10-2005.

- SAUTTER, F. T.. *O argumento ontológico gödeliano para a existência de Deus*. Campinas: [s.n.] 2000.
- SOARES, Maria Couto. *A Noção de Existência em Frege*. *Análise* (7), Lisboa, 1987. (pp. 49-78).
- SULLIVAN, D.. *Frege on Existential Propositions*. *Grazer Philosophische Studien* (41), 1991. (pp. 127-149).
- VAN ATTEN, M.. *Gödel, Mathematics and Possible Worlds*. In: *Axiomathes* (12). Dordrecht: Kuwer Academic Publishers, 2001. (pp. 355-363)